

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

ERIC THOMAS DA SILVEIRA FRANZ

DA AMÉRICA AO *REAL JARDÍN DE MADRID*: A *REAL EXPEDICIÓN AL VIRREINATO DEL PERÚ Y CHILE* (1777-1788) E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO BOTÂNICO HIPÓLITO RUIZ LÓPEZ

**SÃO LEOPOLDO
2019**

ERIC THOMAS DA SILVEIRA FRANZ

DA AMÉRICA AO *REAL JARDÍN DE MADRID*: A *REAL EXPEDICIÓN AL VIRREINATO DEL PERÚ Y CHILE* (1777-1788) E A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO BOTÂNICO HIPÓLITO RUIZ LÓPEZ

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Eliane Cristina Deckmann Fleck

SÃO LEOPOLDO

2019

F837d Franz, Eric Thomas da Silveira.
Da América ao Real Jardín de Madrid : a Real Expedición al Virreinato del Perú y Chile (1777-1788) e a produção científica do botânico Hipólito Ruiz López / por Eric Thomas da Silveira Franz. – 2019.
140 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2019.
“Orientadora: Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck”.

1. Hipólito Ruiz López. 2. Diários de viagem. 3. Botânica.
4. América espanhola. I. Título.

CDU: 910.4:581.9

Aos meus pais Ildo e Mariza. Um pequeno gesto de agradecimento pelo exemplo e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Todo ser humano carrega em si um universo de complexidade ímpar. Como seres sociais que somos, construímos nossas identidades e nossas consciências através de um processo de acúmulo e mescla de experiências, que passam pelo filtro único da subjetividade de cada um. De cada experiência, de cada contato com o outro, descobrimos mais sobre nós mesmos e refinamos nossa leitura do universo que nos cerca.

Em meu processo de construção como pessoa humana, pude desfrutar de experiências singulares que a formação acadêmica me propiciou. Sendo assim, o sentimento de gratidão pela conclusão de mais esta etapa merece ser compartilhado com todos aqueles que reconhecidamente fizeram parte desta trajetória, afinal, é impossível chegar a lugar algum sozinho.

Por conta disso, gostaria de agradecer à minha orientadora, a professora Eliane Fleck, por todo incentivo e fé depositada. Sua orientação e auxílio desde os tempos como bolsista de Iniciação Científica foram sempre instigadores e elucidativos. Poder contar com sua experiência e profissionalismo, expressados tanto em conversas pessoais, quanto em comentários, muitas vezes cirúrgicos em relação ao trabalho, ajudaram-me a sentir segurança ao longo dessa caminhada. Serei eternamente grato pelo exemplo que foste sempre, como profissional e como pessoa humana.

Não poderia deixar de agradecer, também, aos colegas e amigos com os quais pude compartilhar experiências, referências e momentos de descontração. Ao Maico Biehl, Vinícius Masseroni, Rogério Carvalho, Bernardo Ternus, Dionathan Kirst, Luísa Alves, Armando Barden, Marcelo da Silva, Andressa Arnecke, Évelyn Fülber, Angélica Matos e João Lima. Muito obrigado por serem estas pessoas incríveis.

Existem pessoas, no entanto, que deixam marcas tão profundas que levamos conosco ainda mais próximas. Assim, agradeço do fundo do coração, aos meus padrinhos Fernando Roque, Peter Iverson, Marina Haack, Douglas Almeida e Ana Gaelzer, por estarem sempre ao meu lado e serem cúmplices na escrita da minha vida.

Agradeço, ainda, aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, não só pelas aulas, mas, também, pelas

conversas nos corredores, pela atenção e pelas contribuições no andamento da pesquisa. Menciono, em especial, as professoras Ana Paula e Maria Cristina, que tendo participado do Exame de Qualificação, contribuíram muito com o desenvolvimento do trabalho a partir de suas observações e sugestões.

Gostaria também, de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelos recursos financeiros investidos, que tornaram possível a realização do Curso de Mestrado, da pesquisa e da escrita da presente dissertação em regime de dedicação integral.

Por fim, estendo os agradecimentos às pessoas mais importantes de minha vida. Ao meu pai Ildo, que mesmo tendo deixado este plano, sei que me acompanha e vê, nesta conquista, um motivo de orgulho, à minha mãe Mariza, por ser uma mulher incrível, que transborda amor e carinho e que, juntamente com meu pai, são aos maiores exemplos que possuo, ao meu irmão Thiago e à minha irmã Roberta, pela parceria, cumplicidade, bom humor e “puxões de orelha”, que sempre me deram forças e me ajudaram no caminho que escolhi trilhar, à minha sobrinha e afilhada Ana Clara, por todo amor e carinho, e à minha esposa Leticia Mallmann, por todo amor, carinho, apoio e paciência que tem dedicado a mim ao longo destes anos, seja discutindo Bourdieu às 6h da manhã, seja ouvindo atentamente às incontáveis leituras da dissertação.

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos. Obrigado, de coração.

Inverno de 2019.

“El Comercio nacional no puede conseguir adelantamientos algunos sin tener noticia de los productos que posee, y siempre mendigaría de otras naciones lo que le sobra en su propio territorio, y las subministraría las utilidades y provechos que pudieramos sacar nosotros de ellas, con qualquiera producción que se descubra dentro de nuestras posesiones [...]” (RUIZ, 1796, p. 61).

RESUMO

A presente dissertação tem como tema central a circulação de conhecimentos e espécies, em especial, de plantas, entre a Espanha e suas colônias americanas durante os séculos XVIII e XIX. Através das obras e dos diários do botânico Hipólito Ruiz Lopez, que liderou a *Real Expedición al Virreinato del Perú y Chile* (1777-1788), procuramos identificar e avaliar em que medida o *Real Jardín*, enquanto instituição a serviço do Estado espanhol, exerceu influências na produção científica do botânico-viajante. Para tal, consideramos a natureza do relato de Ruiz como transpassada por uma série de condicionantes, entre eles, a subjetividade e a singularidade da forma como apreendeu essa experiência e, ainda, a consciência que o autor teve das expectativas que a Coroa espanhola alimentou em relação à sua produção intelectual. Assim sendo, através do discurso contido no diário e nas obras do botânico, buscamos analisar de que maneira a ciência espanhola esteve vinculada a um projeto de exploração de suas colônias pautado por uma visão utilitarista da natureza durante a segunda metade do século XVIII e princípios do XIX.

Palavras-chave: Hipólito Ruiz López. Diários de viagem. Botânica. América espanhola.

ABSTRACT

The main theme of this dissertation is the species and knowledge circulation, especially plants, between Spain and its American colonies during the XVII and XIX centuries. Through the works and diary of botanist Hipólito Ruiz Lopez, who headed out the *Real Expedición al Virreinato del Peru y Chile*, we looked to identify and evaluate the extent to which *Real Jardín*, as an institution serving the Spanish State, exerted influences on the traveler's speech. For that, we consider the nature of the Ruiz's report as pierced by a serie of constraints, including the subjectivity and singularity of the way the individual learns an experience and, as well as the author's awareness of the expectations that the power feeds in relation to his production. Therefore, through the discourse contained in the botanist's diary and works, we seek to analyze how Spanish science was linked to a project of colonies exploration guided by an utilitarian view of nature during the second half of the XVII century and the beginning of XIX century.

Keywords: Hipólito Ruiz López. Travel diaries. Botany. Spanish America.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Peru - 1840	40
Figura 2 - Detalhe do mapa - Principais locais de herborização	41
Figura 3 - Flor completa de angiosperma.....	111
Figura 4 - Banisteria febris	112

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. DESLOCAMENTOS ALÉM-MAR – HIPÓLITO RUIZ LOPEZ E A <i>REAL EXPEDICION AL VIRREINATO DEL PERÚ Y CHILE</i>	27
2.1. Quebrando expectativas: um mundo real e imprevisível.....	38
2.2. Entre o familiar e o exótico, espécies úteis: correções e adições ao conhecimento farmacológico.....	59
3. A CIÊNCIA NA ESPANHA DA ILUSTRAÇÃO – INSTITUIÇÕES E AGENTES A SERVIÇO DO IMPÉRIO.	69
3.1. O <i>Real Jardín Botánico de Madrid</i> no cenário internacional.....	78
3.2. Em busca do prestígio: estratégias em prol do ineditismo.....	89
4. PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO – A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO.....	96
4.1. A Botânica, a Farmácia e a Medicina – campos em formação, agentes em discussão.....	105
4.2. O exercício etnográfico do Botânico: um meio social como objeto de interesse.....	116
5. Considerações finais.....	128
Referências Bibliográficas.....	134

1. INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que o conhecimento acumulado pela humanidade através dos séculos advém de diversas vertentes e culturas, cada qual com a sua maneira de conceber o que é tido como mais confiável. Em certa medida, tendemos naturalmente a hierarquizar estas formas de compreensão e explicação dos fenômenos naturais e sociais, baseados naquilo que melhor atende às nossas expectativas.

Talvez uma das maiores contribuições do movimento Ilustrado durante o chamado “*Século das Luzes*”, tenha sido a mudança de mentalidade experimentada no período. Tendo a razão como fio condutor das ações humanas num processo de gradativa secularização dos saberes, foi possível a consolidação do método científico, que, atendendo às premissas racionais, entregava à sociedade meios para controlar o mundo natural que a rodeava, finalmente fazendo com que a natureza se curvasse às vontades da humanidade.

Em função disso, o século XVIII caracterizou-se pelo esforço em melhor conhecer a fauna e a flora dos territórios coloniais, razão pela qual tantas viagens de caráter científico foram destinadas à América neste período. Porém, mesmo munidos de um ideal racional e fazendo uso de um arsenal metodológico tido como moderno, estes viajantes, na qualidade de homens de ciência, não deixaram de reconhecer e empregar, também, conhecimentos já consolidados entre os povos nativos e entre os *criollos*.

Este momento será particularmente conturbado na Espanha e em seu Império colonial por conta da propagação destas ideias ilustradas em um Estado em que a Igreja católica era dominante. Segundo Mauricio Nieto, em fins do século XVIII, nenhuma outra nação europeia havia alcançado proporções tão altas de homens e mulheres vinculados à Igreja quanto a Espanha (NIETO, 1995, p. 3). Além disso, o clero detinha a posse de boa parte das terras e ditava não só a moralidade, como a educação. Em função da baixa taxa de alfabetização, era comum que nas comunidades rurais o sacerdote fosse o único capaz de ler e escrever. Por conta dessa presença e atuação em basicamente todos os setores da sociedade espanhola, a Igreja constituiu-se em uma instituição capaz de rivalizar com o rei.

Carlos III, membro da casa Bourbon e rei da Espanha entre os anos de 1759 e 1788, viu na Ilustração uma oportunidade para diminuir o poder da Igreja. Condenava os latifúndios sob o domínio da instituição e, em 1767, expulsou os jesuítas do país e dos domínios coloniais como estratégia para a implantação de uma educação moderna, além de promover durante seu reinado uma série de expedições às colônias e a fundação de instituições que pudessem formalizar e consolidar uma formação apropriada aos moldes daqueles que o cientificismo ditava. É neste cenário que o Real Jardim Botânico de Madrid é fundado em 1755, com forte influência dos médicos reais que intentavam, por meio deste, acessar e controlar o conhecimento sobre as principais plantas medicinais e suas formas de cultivo.

Esta instituição, que servia diretamente aos interesses do monarca, e que também visava o bem da nação, manteve uma atuação política de suma importância no campo das relações internacionais. Por meio de suas coleções e da atuação de seus contribuintes foi capaz de manter vínculos com importantes personagens atuantes no campo científico e político a nível mundial. Além disso, se configurava em espaço privilegiado de formação de homens de ciência, pois capacitava técnica e intelectualmente essa classe em áreas de saber como a Botânica, a Farmácia e a Química.

Estabelecido um contato com o mundo além-mar, este acenava às mais variadas camadas sociais (ainda que somente um número bastante restrito pudesse, de fato, usufruir destas oportunidades) com uma infinidade de possibilidades sustentadas, em grande parte, na curiosidade do homem e em sua reação frente ao tido como “exótico” e/ou desconhecido. *“Todo el siglo XVIII está marcado por un violento contraste entre lo heredado y lo nuevo, legado de la vieja polémica entre ‘antiguos y modernos’”* (LAFUENTE; PESET, 1989, p. 32), e em função deste “contraste”, alguns elementos passaram a tomar parte nas discussões cotidianas. O interesse público, ainda que provavelmente mais interessado no caráter fantástico das narrativas de viagem do que nos avanços da Botânica ou da Farmácia, somou-se ao interesse utilitarista das monarquias em realizar empreendimentos em terras longínquas. De fato, o reconhecimento da fauna e da flora das colônias oferecia a possibilidade de se obter uma gama de recursos econômicos a serem explorados que não poderiam ser ignorados, porém, tal

intenção predatória sempre esteve também perpassada pela curiosidade e pelo interesse científico de fato. Segundo Mary Louise Pratt,

Na segunda metade do século XVIII, a expedição científica tornar-se-ia um catalisador das energias e recursos de intrincadas alianças das elites comerciais e intelectuais por toda a Europa. Igualmente relevante é que a exploração científica haveria de se tornar um foco de intenso interesse público, e fonte de alguns dos mais poderosos aparatos ideológicos e de idealização, por meio dos quais os cidadãos europeus se relacionaram com outras partes do mundo (PRATT, 1999, p. 52-53).

É necessário ter em mente que este momento traz ainda uma noção de universalização calcada na internacionalização do conhecimento científico que então se ensaiava. Criaram-se ou reformularam-se ramos da ciência, ampliou-se o esforço na divulgação dos resultados, rivalidades políticas e internacionais puderam cessar-fogo ainda que temporariamente (e, por vezes, só em caráter oficial e diplomático) e, em certa medida, a ciência pôde desvincular-se das balizas territoriais transcendendo as fronteiras geográficas. Afinal, o conhecimento passa a ser compartilhado não com um intento amistoso de sociabilidade, mas como forma de se definir e afirmar uma autoridade frente aos demais, visto que o domínio da nação sobre a ciência era tido como um claro sinal de poder.

Neste contexto em que o conhecimento e a capacidade de sua produção e difusão passam a ser vistos como uma espécie de indicativo da soberania de uma nação, é que se fazem ainda mais curiosas as situações decorrentes do contato (mesmo que involuntárias) dos viajantes/dos expedicionários com os nativos. Em certa medida, a capacidade de observação e de apropriação de um conhecimento prévio já consolidado empiricamente pelas comunidades nativas por parte daqueles que haviam recebido a responsabilidade de reportar à Coroa novas descobertas é o principal fator contribuinte para a formação de uma nova concepção sobre aquele mundo que então se apresentava frente aos curiosos e também cobiçosos olhares europeus.

Nesta dissertação, partimos da ideia de que a comunidade científica espanhola - em ascensão em fins do século XVIII - se valeu de um conhecimento prévio já existente e consolidado empiricamente nas comunidades indígenas americanas, para produzir e divulgar um novo conhecimento e, assim se afirmar frente às demais nações europeias. Em razão disso, pode-se compreender que o

envio de expedições científicas à América espanhola e a atuação dos homens de ciência neste território, até então pouco explorado, esteve vinculado a um projeto de domínio do mundo natural e de um melhor aproveitamento dos recursos existentes nas colônias.

Para sustentar esta compreensão, nos propomos a identificar e a discutir evidências da apropriação e da utilização estratégica do conhecimento das populações nativas americanas pela monarquia espanhola, bem como sua vinculação a um projeto de domínio do mundo natural e de aproveitamento econômico dos recursos existentes nas colônias, com vistas a sua afirmação frente às demais nações europeias, através da análise de textos produzidos por um representante da Coroa espanhola, que liderou uma expedição científica ao Peru e ao Chile em fins do século XVIII.

Hipólito Ruiz Lopez, formado como botânico pelo *Real Jardín Botánico de Madrid*, deixou registradas em seus diários, informações resultantes de suas observações não só do mundo natural, mas também das sociedades com as quais pôde ter contato, o que faz com que este material se configure como fonte primordial para a pesquisa que realizo. Além de seus diários já transcritos e publicados – após o regresso da viagem que realizou por cerca de 11 anos – Ruiz produziu uma série de obras de caráter científico. Algumas delas são fruto de uma demanda originária da posição que ele ocupava frente ao *Real Jardín*, outras, possivelmente, estão perpassadas por um interesse particular nos desdobramentos da recepção e circulação que estas obras viriam a ter e, outras, ainda, eram necessárias para calar vozes dissonantes que impugnavam seus estudos.

Cabe destacar que no atual cenário acadêmico brasileiro e, também no latino-americano, de maneira geral, podemos encontrar um número grande de produções que se debruçam sobre relatos de viagem realizadas nos mais distintos contextos espaço-temporais e sob as mais variadas formas, fazendo uso destas narrativas com a intenção de lançar luzes sobre temas diversos, tais como questões de gênero, processos de construção de identidade nacional, relações étnicas e produção de saber científico.

Nesse sentido, este gênero literário, que ganhou espaço e consolidou-se ao longo do XVIII, graças às grandes expedições e às obras que delas resultaram, possibilita uma série de especulações e novas indagações que podem preencher importantes lacunas historiográficas. Valer-se de tais registros para a escrita da

história é dar vozes aos indivíduos, às comunidades visitadas, aos saberes e práticas das sociedades contatadas e a tudo aquilo que direta ou indiretamente dialoga com os autores dos relatos.

Considerando as produções de Ruiz, é preciso estar ciente de que tanto aquelas de cunho mais acadêmico, quanto seus diários, estão perpassadas por uma subjetividade que reflete não só o contexto no qual foram produzidas, mas, também, aquele em que o autor esteve temporariamente inserido. Segundo Heloisa Jochims Reichel, as descrições contidas nos relatos de viagem

São imagens que se constituem em representações do real, elaboradas a partir de componentes ideológicos de pessoas dotadas de equipamentos culturais próprios e que traduzem um patrimônio anterior que condiciona o modo de observar e entender o empírico. Estas representações expressam o contexto em que se formaram e o imaginário social da sociedade em que seus autores viviam (REICHEL, 1999, p. 60).

Da mesma maneira, Francismar Alex Lopes de Carvalho, ao refletir sobre os condicionamentos da escrita do relato de viagem, trata das vozes que perpassam o discurso do viajante, suas próprias motivações e a forma com que lê o mundo ao seu redor antes de transpor suas impressões ao papel. Carvalho sugere a existência de três formas de condicionamento significativamente atuantes no momento da produção e da circulação do escrito: os condicionamentos de percepção de uma experiência; os condicionamentos de resposta às expectativas do poder e; o fato de serem passíveis de reutilização para afirmação de identidades nacionais (CARVALHO, 2005, p. 1-20).

Levando-se em conta esta perspectiva, as obras escritas pelo espanhol podem nos auxiliar na reconstrução do cenário da América espanhola do final do XVIII, implicando na reavaliação de um olhar que tradicionalmente estereotipa e invisibiliza a atuação (ativa) do nativo frente as mais variadas incursões europeias.

Considerando que Ruiz se encontrava inserido em um contexto histórico em que o conhecimento e a capacidade de sua produção e difusão passam a ser vistos como uma espécie de índice/de status que refletia a soberania de uma nação, é que se fazem ainda mais curiosas as situações decorrentes do contato¹ (mesmo que

¹ Os contatos serão analisados levando em consideração o conceito de zona de contato, compreendido como uma “[...] tentativa de se invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias

involuntárias) dos viajantes/dos expedicionários com os nativos e os *criollos*. Em certa medida, a capacidade de observação e de apropriação de um conhecimento prévio já consolidado empiricamente pelas comunidades nativas por parte daqueles que haviam recebido a responsabilidade de reportar à Coroa novas descobertas, é o principal fator contribuinte para a formação de uma nova concepção sobre aquele mundo que então se apresentava frente aos curiosos e também cobiçosos olhares europeus.

Estes viajantes, elevados à categoria de homens de ciência, representavam os interesses da monarquia espanhola, e seria ingenuidade não considerarmos a ação das estruturas e discursos oficiais em suas trajetórias, afinal, neste momento o Estado espanhol já ensaiava consagrar-se enquanto definidor e controlador do seu mundo social.² Se pensarmos, em consonância com a ótica de Pierre Bourdieu, que o “mundo social” se constitui a partir de uma inteligibilidade que surge do acordo relacional entre a integração lógica e a integração moral,³ podemos perceber na relação metrópole/colônias, o intento de expansão deste “mundo social” para além dos limites territoriais balizados pela geografia europeia.

O conhecimento, que antes poderia desenvolver-se numa esfera privada, estando circunscrito a pequenos grupos de intelectuais que constituíam suas próprias redes (por onde poderiam circular manuscritos, livros, etc), sob a influência do Estado, toma ares de universalização e transcende este terreno do particular para tornar-se público e, neste ponto, oficializa-se por conta do reconhecimento geral, algo que impulsiona não só a produção desse conhecimento, como a criação de meios para controle do mesmo.

agora se cruzam” (PRATT, 1999, p. 32), assegurando o papel ativo dos agentes históricos envolvidos.

² Entendido aqui como expressão das representações coletivas sobre o real, com as quais o indivíduo dialoga conscientemente ou não. Para além, se essas “[...] representações coletivas são produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo [...]” (DURKHEIM, 1989, p. 45), elas se constituem através de um acúmulo de experiências e saberes entre gerações. Portanto, à medida em que o Estado determina os meios para transmissão destas representações, pode vir a influenciar a maneira com que indivíduo inserido neste coletivo, lê a realidade.

³ Segundo Bourdieu, utilizando conceitos de Durkheim, via de regra existem duas formas de integração ao mundo social que são fundamentadas pelo Estado sem quais nem mesmo o conflito social seria possível: a integração lógica e a integração moral. São elas que promovem um acordo sobre o sentido do mundo social e estabelecem os terrenos de desacordo e os modos de expressão do desacordo. A integração lógica pressupõe o estabelecimento de um acordo entre pessoas com categorias de pensamento, percepção e construção da realidade semelhantes, pautadas em suas percepções lógicas sobre o mundo social que as rodeia. Já a integração moral, se configura como um acordo entre um certo número de valores. (BOURDIEU, 2016, p. 31)

Segundo Bourdieu (BOURDIEU, 2016, p. 85), a dimensão do privado é, por definição, independente do coletivo e remonta ao particular, ao singular. Por conta disso, se opõe ao público, que justamente por ser representativo do coletivo, não se adequa aos pressupostos de invisibilidade que podem muito bem ser aplicados ao privado. Assim, ainda que tudo aquilo que se vincula ao público esteja sujeito ao escrutínio do coletivo e ao crivo da moralidade, quando aceito, toma ares de oficial e tende a naturalizar-se.

Tendo em mente esta relação dicotômica entre público e privado, é preciso pensar quem serão os produtores deste conhecimento, como o tornarão público e como irão legitimá-lo. No intento de responder a estas questões, se torna de suma importância para pesquisa que proponho, observarmos a atuação do *Real Jardín* frente à sociedade e seus próprios agentes, pois, enquanto instituição a serviço da Coroa, se converteu em espaço de formação dos ditos homens de ciência. Assim, atuou como um órgão oficial, estando imbuído de um poder simbólico que estendeu aos seus agentes, e que é reconhecido além das fronteiras da nação espanhola, corroborando para legitimação dos discursos produzidos sob sua orientação ou discursos de terceiros, em grande medida apoiados sobre estes. É a esta instituição que Ruiz responde e onde realizou sua formação.

Embora nossa proposta não seja fazer da trajetória de Hipólito Ruiz Lopez um objeto de estudo em si, mas, sim, tratar dos reflexos de suas ações durante e após a expedição nos campos da Botânica e da Farmácia, se faz necessário um primeiro esforço desta natureza, a título de aproximação da personagem que fará às vezes de bússola, apontando-nos qual direção seguir neste empreendimento através da sua própria interpretação dos fatos.

Considerando que temos por objetivo identificar possíveis estratégias adotadas para garantir uma inteligibilidade recíproca – entre o viajante a serviço do *Real Jardín* e as populações nativas – que fosse capaz de permitir o intercâmbio sociocultural tendo em vista a execução do projeto exploratório das colônias espanholas, entendemos que reconstituir parcialmente a trajetória de Ruiz poderá enriquecer a análise em grande medida.

Sua trajetória, atravessada por conflitos que o circundam desde antes, durante e até mesmo após a expedição, carrega a marca do humano. Tal personagem traz em si a síntese de um turbilhão de vozes que a perpassam, dentre as quais é importante destacar a de botânico (formado e reconhecido pelo *Real*

Jardín), a de profissional a serviço do Jardim e a de profissional a serviço da Coroa espanhola. Mas não devemos dar ares de nexos e continuidade cronológica aos seus atos na tentativa de construir uma narrativa biográfica coesa, pois como sugere criticamente Bourdieu, o real é descontínuo e não se adequa a este pressuposto de que a vida segue uma lógica onde um acontecimento necessariamente desencadeia outro (BOURDIEU, 1998, p. 183-191).

Ainda assim, ao pensarmos em uma trajetória como proposto por Bourdieu, devemos levar em conta a inconstância e a mutabilidade não só do agente, como também a do campo no qual ele se insere e ao que responde. Isso nos permite considerar possíveis ações e reações de nossa personagem ao passo que se desloca no espaço e no tempo, além do reflexo destas nos campos com que dialoga.

Dentre as particularidades que podemos identificar na trajetória de Ruiz, cabe mencionar que, em 5 de fevereiro de 1790, herdou de seu tio Manuel López, uma famosa botica em Madrid, na qual passou a atuar como boticário desde então, até seu falecimento, em 1816. É preciso considerar, em relação a esta função exercida por Ruiz, que ela se deu em um momento de ampla circulação de fármacos – tanto de simples, quanto de compostos – nas boticas europeias, cuja origem estava atrelada às descobertas, observações e experimentos realizados durante as expedições científicas enviadas aos territórios do Novo Mundo, podemos evidenciar a importância da observação, do contato e da apropriação dos saberes nativos da América hispânica para o reconhecimento e consagração da comunidade científica espanhola nos séculos XVIII e XIX.

Cabe, ainda, pensar os campos e personagens com os quais Ruiz dialogou. Por conta disso, é importante buscar informações sobre a comunidade científica que avaliou suas produções, sobre aqueles que financiaram a expedição e sobre o possível público leitor que ele almejava, e, também, sobre as áreas coloniais em que esteve e qual a realidade das mesmas. Assim, talvez possamos encontrar subsídios capazes de sustentar algumas inferências sobre a influência da atuação de Ruiz junto aos grupos locais ou em relação à apropriação do conhecimento científico nativo pelo europeu. Pois, como menciona Venâncio, fazendo uso do conceito na perspectiva de Bourdieu: “o campo – pensado como microcosmo social no qual se produzem bens culturais – permite elaborar uma visão da sociedade a partir da observação de cada agente ou cada instituição em suas relações objetivas

com todos os outros” (VENÂNCIO, 2015, p. 21), sendo ele quem define o “espaço de possíveis”⁴ em que se encontram agentes e instituições.

Se, na perspectiva relacional de Bourdieu, a construção da realidade é feita a partir da articulação entre a realidade exterior e a interior, temos uma aproximação do *ethos* pelo conceito de campo, sendo o *eidos* representado pelos esquemas mentais interiorizados e a *hêxis* consubstanciada na prática social, consolidada no *habitus*. A partir dessa dialética constitutiva do real, permite, segundo Bourdieu, que se veja o deslocamento do indivíduo e as estratégias que utiliza para isso, ainda que sua perspectiva estruturalista não ignore a presença e a influência do campo nas trajetórias.

Assim, podemos pensar na trajetória de Hipólito Ruiz Lopez através dos campos em que circulou e atuou, logo, como representativa da realidade na qual ele esteve inserido e da qual provém. Suas ações nos espaços nos quais transitou caracterizam sua experiência e são exemplos de como realizou sua leitura representativa do mundo, valendo-se do arcabouço simbólico que tinha à sua disposição em função de sua origem, formação e situação enquanto viajante.

Pensando-se, ainda, o Estado da forma proposta por Bourdieu, isto é, como um metacampo que influi sobre os demais campos (BOURDIEU, 2016, p. 271) e institui um modelo sobre o qual o indivíduo referencia sua própria identidade por meio de aproximações e distanciamentos,⁵ pode-se analisar os mecanismos para a formulação e naturalização de ideais e de símbolos. Visto como espaço neutro e impessoal e, sobretudo, como detentor do poder simbólico e do poder de legitimação, o Estado controla as concepções do que é tido por oficial e/ou legítimo em cada espaço do mundo social.

Para consagrar-se nesta poderosa condição, era necessário também concentrar um grande capital informacional, o que, segundo Bourdieu, ocorre de maneira simultânea à unificação do mercado cultural (BOURDIEU, 2016, p. 285).

⁴ Este “espaço de possíveis” que um dado campo propõe, é que o orienta a ação de agentes e instituições ao passo que define “[...] o universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais [...] Esse espaço de possíveis é o que faz com que os produtores de uma época sejam ao mesmo tempo situados, datados, e relativamente autônomos em relação às determinações diretas do ambiente econômico e social [...]” (BOURDIEU, 2014, p. 53).

⁵ O Estado como lugar central que capitaliza e concentra os recursos culturais próprios a uma sociedade, estabelece-se como um referencial a partir do qual se adotam todas as perspectivas. Assim, permite o julgamento e a hierarquização das perspectivas ao passo em que, entre duas delas, por exemplo, “[...] uma vale mais que a outra porque está menos longe do foco dos valores centrais, do geometral de todas as perspectivas” (BOURDIEU, 2016, p. 109).

Visto ainda que “[...] o Estado não se contenta em concentrar a informação, ele a trata e a redistribui (é um recurso raro) e a redistribui de modo diferencial” (BOURDIEU, 2016, p. 285) podemos ver como o *Real Jardín* e as expedições foram utilizados para tal fim, sendo responsáveis pela conversão do conhecimento reunido em capital informacional⁶ para o Estado em formação.

Sabe-se que o *Jardín* se mantém ativo até os dias de hoje e, assim como no Setecentos, sua produção científica permanece sendo reconhecida em escala global. Assim sendo, pode-se inferir, sem grandes riscos de equívoco, que a maneira como a instituição atuou desde sua criação e, principalmente durante o século XVIII, favoreceu o fortalecimento do Estado espanhol, algo que interessa para esta investigação, na medida em que contribui para a discussão das decisões tomadas pela instituição, pelos seus agentes e pelo monarca no período em que Ruiz esteve à frente da expedição e após o seu retorno para a Espanha.

Além disso, vale lembrar que a produção e a circulação de saberes científicos neste período de transição entre os dois séculos não são temas inéditos. Há trabalhos que versam sobre outras expedições importantes deste período como, por exemplo, a de La Condamine (1735)⁷, a expedição de José Celestino Mutis ao Reino de Nova Granada (1783-1816)⁸ e mesmo sobre a própria expedição de Hipólito Ruiz Lopez aos Reinos do Peru e do Chile (1777-1788)⁹.

⁶ Uma das formas de se realizar esta conversão é a sistematização do conhecimento reunido em publicações de caráter científico. Nestes trabalhos, adotava-se uma estrutura e uma linguagem que eram passíveis de reconhecimento não só da comunidade científica espanhola, como internacional. Resulta daí a adoção de um sistema de classificação de espécies comum para a nomenclatura e a opção por empregar o latim, idioma de maior alcance e receptividade.

⁷ Sobre a expedição são importantes obras como: LAFUENTE, Antonio. Una ciencia para el estado: la expedición geodésica hispano-francesa al Virreinato del Perú (1734-1743). *Revista de Indias*, Madrid, n° 43, 1983, p. 549-629; LAFUENTE, Antonio; DELGADO, Antonio J.. La geometrización de la tierra (1735-1744). *Cuadernos Galileo de Historia de la Ciencia*. Madrid, n° 3, 1984; SAFIER, Neil. Como era ardiloso o meu francês: Charles-Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n° 57, 2009, p. 91-114.

⁸ Bastante explorada em razão da comemoração do bicentenário da morte de Mutis em 2009, através de uma compilação de trabalhos acadêmicos em forma de “monografia”: OZONAS, Bartolomé Ribas; SARMIENTO, Francisco J. P.; et al. *Monografía XXVI: José Celestino Mutis en el bicentenario de su fallecimiento*. Real Academia Nacional de Farmacia, 2009. Disponível em: <<http://www.analesranf.com/index.php/mono/issue/view/363>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

⁹ Dentre os trabalhos que abordam esta expedição, destacamos: NOZAL, Raul Rodriguez. Las Colecciones Americanas Generadas Por Las Expediciones Botánicas de la España Ilustrada: Un Analisis de su Dispersion. *LLULL*, vol. 17. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. 15 de julho 1994, p. 403-416; RIVIALE, Pascal. Las primeras instrucciones científicas francesas para el estudio del Perú prehispánico (siglos XVIII y XIX). *Bull. Inst. Fr. Études andines*, 2000, p. 29-61; RODRIGUEZ, Margarita Eva. Lejos del gabinete: viajes científicos a la América portuguesa y española (1777-1792) y representación de la naturaleza. *Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano*, Universidad del Norte Barranquilla, 2015.

Podem ser, também, encontradas produções contemporâneas sobre a relação entre as coroas francesa e espanhola, a qual, por vezes, foi diplomaticamente intermediada pelos Jardins Botânicos Reais de ambas as monarquias, razão pela qual houve a participação de franceses em alguns dos empreendimentos científicos espanhóis enviados à América.¹⁰

Dando continuidade a investigações realizadas no âmbito da Graduação, esta dissertação se propõe a analisar a influência dos interesses do Estado espanhol na atuação de instituições como o *Real Jardín* de Madrid e dos agentes a seu serviço. Constituem-se, portanto, objetivos deste trabalho os de identificar de que maneira o Estado espanhol se inseriu nas discussões modernas sobre Ciência, em especial, sobre Botânica e Farmácia; analisar em que medida o interesse por uma exploração mais objetiva das colônias criou um terreno fértil para a troca de saberes sobre o mundo natural; discutir as razões para que certos dados sobre o mundo natural americano fossem considerados valiosos para o Estado; e analisar o impacto das expedições na trajetória dos botânicos envolvidos e na própria Espanha, considerando o projeto de domínio do mundo natural e de aproveitamento econômico dos recursos existentes nas colônias, com vistas a sua afirmação frente as demais nações europeias.

Dentre os trabalhos que nos auxiliaram em relação ao contexto da Ilustração espanhola e à Ciência do período sobre o qual nos debruçamos, destacamos dois que despontam como referência para este trabalho. São eles o de Manuel Selles, José Luis Peset e Antonio Lafuente, intitulado *Carlos III y la ciencia de la Ilustración* (1989) e o de Alberto Saladino García, *Dos científicos de la ilustración hispanoamericana: J. A. Alzate; F. J. de Caldas* (1990).

O primeiro contribui para o entendimento da importância que a ciência assumiu durante o reinado de Carlos III, tratando da institucionalização do saber, da consolidação de determinados espaços como o Jardim Real enquanto formadores de homens de ciência, das medidas ilustradas tomadas pelo monarca e de algumas expedições, como a de Alessandro Malaspina. Já o segundo, se propõe a resgatar documentos que comprovem o desenvolvimento de uma prática científica ilustrada

¹⁰ Explorando um pouco os reflexos deste tipo de empreendimento conjunto e com o intento de contribuir para o debate historiográfico sobre a temática, em 2017, apresentei, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História pela Universidade do Rio dos Sinos - UNISINOS, meu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Entre Coroas: Disputa pela vanguarda do conhecimento científico em fins do século XVIII através dos diários e/ou cartas do médico francês Joseph Dombey e do botânico espanhol Hipólito Ruiz Lopez.”

na América e se detém nos efeitos que essa prática teve na sociedade latina; e, para tal, analisa o significado de ciência nas obras de dois naturalistas: José Antonio Alzate (1729-1790), novohispano, e Francisco José de Caldas (1771-1816), novogranadino.

Através das noções de ciência encontradas na prática das duas personagens analisadas por Saladino García, é possível perceber que mesmo um campo onde a atuação parece ser direcionada para um mesmo fim, é capaz de comportar dissidências internas. Pois, ainda que metodologicamente alinhados em sua atuação, suas crenças e motivações pessoais, ou mesmo a própria forma como enxergavam o fazer científico, poderia lhes incorrer subjetivamente sobre o olhar.

Segundo Saladino García, Alzate considerava o conhecimento científico como sendo o resultado de um questionamento permanente da natureza. Para ele, havia um entendimento de que, ao se produzirem resultados, o processo de investigação científica gerava novos problemas. A ciência, portanto, seria dinâmica e o conhecimento científico ilimitado. Ainda assim, ela deveria limitar-se ao estudo da realidade natural, social ou cultural, sem transpor a fronteira com a religião, pois Alzate conciliava em seu discurso a fé e a razão: *“Cómo pondrá formar juicio recto de los milagros, si ignora las leyes de la naturaleza, y por consiguiente no puede distinguir los efectos ordinarios de ella de los que exceden la actividad de las causas naturales, y por tanto deben atribuirse a un principio superior a sus fuerzas?”* (ALZATE apud SALADINO GARCÍA, 1980, p. 183). Logo, o estudo da ciência seria uma tarefa inesgotável, possível e conferida por Deus àqueles capazes de observar e registrar cada detalhe da criação.

Ao tratar de Caldas, por outro lado, García evidencia uma relação entre ciência e religião um pouco diferente. Para Caldas, todo conhecimento deve ser passível de verificação e confrontação para que então se estabeleça com maior exatidão. Nesta concepção, a ciência traria explicações mais objetivas e completas da realidade ao se aperfeiçoar constantemente por meio do acúmulo e análise de dados. O progresso científico, portanto, necessitava de colaboração e sistematização dos esforços empreendidos por todos que se dedicavam a produzir conhecimento. Por conta disso, o referido naturalista confrontava publicamente a Igreja enquanto detentora de um saber que guardava apenas para si:

Qué costaba a estos señores hojear los registros de su iglesia y decirnos entre renglones: en el pueblo tal hay tantos hombres, tantas mujeres; en el año tal han nacido tantos, han muerto cuántos? Estos datos, repetidos todos los años, harían un fondo de luces preciosas para el filósofo, para el político, para el Gobierno y para la Patria. Ojalá que los respetables Párrocos nos dirigiesen todos los años una tira de papel con estas noticias (CALDAS apud SALADINO GARCÍA, 1912, p. 137).

Ainda que tenham adotado posturas um pouco distintas em relação à Igreja ou à fé de uma maneira geral, ambas personagens são exemplos de uma mentalidade moderna que deixou marcas em seus modos de ler a própria realidade. Estes dois naturalistas, também foram consonantes no entendimento de que o processo de produção do conhecimento científico é dinâmico, estando sujeito a alterações e contribuições, que visam ao seu aperfeiçoamento.

Para tratar de Ilustração, da expedição encabeçada por Ruiz e da atuação do Jardim Real enquanto instituição, são fundamentais os trabalhos de Mauricio Nieto (1995), Enrique Martínez Ruiz (2008; 2012), Joaquín Rodríguez González-Hidalgo (1889), Miguel Ángel Puig-Samper (2011), Margarita Eva Rodríguez (2015), bem como o de Francisco Javier Puerto Sarmiento (2009) e o de José Luis Peset (1996).

As fontes principais analisadas na dissertação são as obras e o diário de Hipólito Ruiz. Em 2007, Raúl Rodríguez Nozal e Antonio González Bueno publicaram um livro chamado “*Relación del viaje hecho a los reinos del Perú y Chile*”. Tal obra, contém uma transcrição literal de um texto que os autores acreditam ter sido a primeira das versões conservadas do diário de viagem de Hipólito Ruiz.

Existem, pelo menos, três versões manuscritas do texto, cada qual com certas particularidades, tais como contar com a inclusão ou não de descrições de determinadas províncias ou períodos de viagem que não constam nas demais. Destas três, duas versões estão conservadas e encontram-se no *British Museum*, em Londres (uma com cerca de 88 folhas e outra com cerca de 75). Outros possíveis manuscritos se perderam ao longo da história, mas a versão utilizada e transcrita pelos referidos pesquisadores encontra-se no *Museo Nacional de Ciencias Naturales*, em Madrid.

Este material foi doado em março de 1932, pelo Padre Agustín Jesús Barrero, que informou que o mesmo teria sido localizado ainda inédito nas mãos de um parente de Ruiz, que teria lhe cedido o manuscrito. O texto é composto por 68

folhas de papel escritas pelo botânico, nas quais constam uma série de observações e correções que, segundo os pesquisadores, por vezes, dificultam a leitura do texto, que se apresenta ainda, com uma pontuação bastante “descuidada”.

Na dissertação, utilizamos a transcrição desta versão do diário como ponto de partida para uma primeira aproximação com os relatos de Ruiz. Porém, ainda que o diário tenha almejado tornar-se público, houve publicações complementares, escritas também por Ruiz, nas quais ele se deteve em certos pontos de seu interesse. Refirimo-nos às suas memórias sobre algumas das plantas que encontrou durante a expedição e às quais conferiu grande valor comercial em função de suas propriedades químicas ou qualidades para uso prático. Estas outras obras foram escritas após o período de sua expedição ao continente americano e elas não necessariamente correspondiam ao conteúdo dos diários *ipsis litteris*. São elas: *Disertaciones sobre la raiz de la ratánhia, de la calaguala y de la china, y acerca de la yerba llamada canchalagua* (1796), *Memoria de las virtudes y usos de la raiz de la planta llamada Yallhoy en el Perú* (1805) e *Memoria sobre las virtudes y usos de la planta llamada en el Perú Bejuco de la Estrella* (1805), todas encontradas integralmente digitalizadas no acervo da *Biblioteca digital del Real Jardín Botánico - CSIC*. Além destas, é necessário destacar, ainda, os três primeiros tomos da *Flora peruviana, et chilensis* (1798, 1799 e 1802), fruto do trabalho conjunto entre Ruiz e Joseph Pavon, também disponíveis para consulta no acervo online da *Biblioteca digital del Real Jardín Botánico*.

Dentre as fontes de cotejo, estão as produções submetidas ao escrutínio da comunidade científica que Ruiz frequentava e escritas por botânicos e naturalistas com os quais estabeleceu diálogo. Dessa maneira, não só a presença e o reforço de determinadas observações feitas por Ruiz, como a supressão de outras, são aspectos importantes para pensarmos as disputas e a formação do campo da Botânica na Espanha do final do século XVIII. Para além dos discursos sobre a flora americana e suas possíveis contribuições para a farmacologia, é possível encontrar descrições e também omissões de aspectos de caráter etnográfico. Assim, na confrontação entre estes textos, com autoria atribuída a Ruiz, que foram concebidos e escritos em locais geográfica e temporalmente distintos, buscaremos, ao longo do trabalho, identificar e analisar as evidências de que o mesmo construiu seu discurso com vista à leitura e à aceitação de um público bastante específico.

Cabe lembrar que para a análise dos relatos dos viajantes, devemos levar em conta, como proposto por Mary Anne Junqueira (2011), aspectos que vão desde o contexto em que o autor se encontra inserido, o período e a forma de elaboração da narrativa, o momento de sua publicação, as intenções do autor e o seu público leitor. Cabe, ainda, destacar os trabalhos de Stella Maris Scatena Franco (2011), Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa (2007), Ana Lúcia Rocha Barbalho Cruz (2002) e Miriam Lifchitz Moreira Leite (1997), que versam sobre a utilização dos relatos de viagem como fonte para pesquisa histórica.

Considerando ainda a natureza do processo de escrita, circulação e recepção dos relatos, tornam-se essenciais para a análise que pretendemos fazer os trabalhos de Michel de Certeau (1982), Roger Chartier (1991; 1992; 1994; 1998) e a obra organizada por Chartier, Priscila Faulhaber e José Sérgio Lopes (2012), que discutem a relevância do meio social, institucional e intelectual, nos quais os autores se encontram inseridos ou circulam, e a influência que estes fatores exercem em seus escritos.

Atentos a aspectos como a subjetividade de Ruiz enquanto agente e autor, trataremos no primeiro capítulo da trajetória desta personagem e de sua atuação na *Expedicion al Virreinato del Perú y Chile*. Interessa-nos, aqui, apresentar e discutir as experiências que Ruiz vivenciou durante os onze anos de expedição, visando verificar como essas experiências se converteram em relato. Nos deteremos, ainda, em sua postura como viajante, botânico e etnógrafo, tratando também das relações que manteve com os demais expedicionários. Em seguida, nos debruçamos sobre a tarefa de herborização da qual estava encarregado, discutindo o potencial econômico e o viés utilitarista que estavam atrelados a ela.

Para pensarmos melhor sobre essas questões que englobam a produção e a circulação dos saberes, nos valem do conceito de zona de contato, na medida em que entendemos que a expedição de Ruiz promoveu sua constituição, favorecendo tanto o acionamento de mecanismos de afirmação do poder metropolitano, quanto significativas trocas entre os indivíduos nela envolvidos. Isso significa, que, assim como para François Hartog, em *Memória de Ulisses*, “[...] não nos importa a viagem em si mesma, em sua materialidade, mas a viagem como operador discursivo e esquema narrativo: a viagem como olhar e como resolução de um problema - ou resposta a uma questão” (HARTOG, 2004, p. 18), pois a viagem é que estabelece o cenário, as motivações e os meios para o contato.

Já no segundo capítulo, tratamos das influências que o contexto de pertença de Ruiz exerceu sobre ele. As condições intelectuais, políticas e econômicas que tornaram a viagem possível, assim como a criação do *Real Jardín Botánico de Madrid* e o papel que esta instituição teve nos objetivos que Ruiz almejou atender. Incentivadas e patrocinadas pelo rei espanhol, as expedições promovidas pelo *Real Jardín* demandavam um retorno para o Estado, o que fez com que as obras escritas pelo botânico procurassem atender às expectativas do monarca. Levando isso em consideração, reconstituímos a história dessa instituição, analisamos sua atuação a serviço do Estado espanhol e a influência que exerceu sobre as obras escritas pelos expedicionários enviados à América.

Por fim, no terceiro capítulo, nos detemos na produção que se originou da expedição. Para além da análise dos textos produzidos por Ruiz, interessam-nos, também, as relações e o diálogo que ele estabeleceu com os demais expedicionários e homens de ciência espanhóis após o retorno da viagem, com o propósito de discutir a busca que ele empreendeu pelo reconhecimento de seus pares. Nesse mesmo capítulo, abordamos também as contribuições de caráter etnográfico que identificamos nas obras escritas por Ruiz, especialmente, suas observações sobre as populações com as quais entrou em contato e sobre as práticas de cura nativas, as quais estão perpassadas por um olhar utilitarista, em consonância com os propósitos do Estado espanhol e da instituição à qual se encontrava ligado.

2. DESLOCAMENTOS ALÉM-MAR – HIPÓLITO RUIZ LOPEZ E A REAL EXPEDICION AL VIRREINATO DEL PERÚ Y CHILE

Deslocar-se por várias regiões do globo tem sido uma atividade bastante recorrente na história da humanidade. Os motivadores para tal feito são diversos, partindo desde a busca por alimento e recursos naturais até a busca por recursos humanos ou experiências culturais. O fato é que desde os primeiros passos dados pelas espécies do gênero *Homo*, a humanidade nunca deixou de se movimentar. A maioria destas viagens causaram mudanças significativas nas formas de pensar e de compreender o outro, definindo a cultura de cada grupo humano.

Terry Eagleton em seu “*A ideia de Cultura*” (2000), explora a forma como o termo “cultura” foi se alterando ao longo dos anos. Partindo desde sua origem, momento em que um dos seus significados encontrava-se atrelado à prática agrícola, com o sentido de “lavoura” ou “cultivo agrícola”, até momentos de sua correlação com a produção material humana e de discussões em torno do conceito de “cultura imaterial”. Mas algo que, em certa medida, permanece na noção de cultura é a ideia de organicidade. Se, em um primeiro momento, “cultura” remetia ao cultivo, hoje o termo compreende um dinamismo e uma mutabilidade constantes.

Eagleton sugere - fazendo a ligação entre homem e natureza - que: “se a natureza é sempre de alguma forma cultural, então as culturas são construídas com base no incessante tráfego com a natureza [...]” (EAGLETON, 2000, p. 12). Dessa forma, considerando-se a polissemia do termo “cultura”, podemos entendê-la como resultante de uma relação dialética entre homem e natureza. A transformação do natural, a partir de diretrizes e do uso de ferramentas de um determinado grupo ou a partir de mecanismos que partam da singularidade subjetiva do indivíduo¹¹, configura-se como “cultura” (seja ela de ordem material ou imaterial), no momento em que responde às formas de significação do grupo ou, então, se constitui a partir dos símbolos dele herdados.¹²

¹¹ Segundo Émile Durkheim, o homem é duplo, pois “há nele dois seres: um ser individual que tem a sua base no organismo e cujo círculo de ação encontra-se, por isso mesmo, estreitamente limitado, e um ser social que representa em nós a mais alta realidade, na ordem intelectual e moral, que possamos conhecer pela observação, ou seja, a sociedade” (DURKHEIM, 1989, p. 46). A cultura, portanto, pode ser entendida como fruto da ação integrada destes dois seres sobre o natural transformando-o e por ele sendo transformada.

¹² Segundo Durkheim, “as representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para produzi-las, uma multidão de espíritos diversos

Por conta disso, podemos concluir que uma dada cultura é indissociável do espaço no qual foi produzida e/ou daquele para o qual foi enviada. A cultura, assim como qualquer patrimônio cultural, relaciona-se com um espaço, pois como bem exposto por Rita de Cassia Ariza da Cruz:

Todo “patrimônio cultural” é gestado no processo conflituoso e contraditório de produção do espaço e se a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade, o meio também o é. Não há sociedade a-espacial; portanto também não há cultura a-espacial (CRUZ, 2012, p.96).

Entretanto, por vezes, o “espaço” de determinada cultura pode vir a ser transposto. O deslocamento de indivíduos (que por si próprios são representativos de sua cultura, pois são expressões dela, ao mesmo tempo em que a modificam pela forma com que a vivem na prática) para um contexto de pouca familiaridade, espaço próprio de outras gentes e outras formas de cultura, proporcionam uma gama completamente nova de possibilidades. A viagem, portanto, se configura como espaço de intercâmbio cultural por excelência. Através dela, criam-se “zonas de contato”¹³ que não existiriam de outra maneira.

Sérgio Cardoso, em seu texto “*O Olhar Viajante (do etnólogo)*” (1988), atenta para a existência de, ao menos, dois tipos de viajantes: o primeiro tipo é constituído por aqueles de natureza inquiridora, que são dados à prática do olhar¹⁴, curiosos e dispostos ao escrutínio da realidade, movidos pelo dinamismo com que sua própria cultura e identidade se constroem e abertos ao contato com o outro. Já o segundo tipo é composto por homens de natureza sedentária, acomodados, que renunciam à experiência do novo e que podem se deslocar diariamente sem jamais “viajar”, pois enclausuram sua identidade em uma rotina familiar e não se permitem permear pelas culturas que os rodeiam.

associaram, misturaram, combinaram suas ideias e seus sentimentos; longas séries de gerações acumularam aí a sua experiência e o seu saber” (DURKHEIM, 1989, p. 45). Logo, é a inserção do homem em um dado contexto social, que atribui inteligibilidade à sua produção cultural.

¹³ Estes espaços, concebidos dentro da expressão cunhada por Mary Louise Pratt (1999), tornam possível a troca direta ou indireta entre os sujeitos, sem desconsiderar as particularidades do processo histórico vivido por cada um dos envolvidos.

¹⁴ Em seu texto, Cardoso se propõe a discutir a distinção entre “ver” e “olhar”. De acordo com as reflexões do autor, “ver” é uma ação superficial, ela compreende certa passividade do sujeito, pois espelha e registra, reflete e grava. Já o “olhar” é um ato de interiorização, ele é investigativo, podendo indagar a partir e além do que é visto, portanto, sofre a ação direta da subjetividade do indivíduo: “ela, a simples visão, supõe e expõe um campo de significações, ele, o olhar - necessitado, inquieto e inquiridor - as deseja e as procura, seguindo a trilha do sentido. O olhar pensa; é a visão feita interrogação” (CARDOSO, 1988, p. 349).

Em seu livro *“León el africano. Un viajero entre dos mundos”*, publicado em 2008, Natalie Zemon Davis conta-nos a história de Al-Hazan Al-Wazzan, um árabe nascido na região de Granada durante a ocupação moura. Logo na introdução de sua obra, Davis faz menção à fala de Amin Maalouf, um autor libanês que já havia sido seduzido pela figura Al-Wazzan e dedicado à escrita de um romance sobre sua trajetória, que diz ter encontrado em Al-Wazzan uma figura que personificava algo de si. A aproximação entre o autor e a personagem se dá pela visão que ambos parecem compartilhar sobre a cultura nômade, a qual, segundo Maalouf, não possui raízes, e, sim, rotas. A frase emblemática traduz parte do sentimento de pertença dessas sociedades, pois a identidade cultural¹⁵ do nômade está em suas rotas, em suas práticas e nas pessoas que as vivem, na medida em que o deslocamento não pressupõe necessariamente um contato aberto com outros grupos. Desta forma, eles podem se deslocar sem “viajar” no sentido com que o verbo é aplicado por Cardoso.

Contudo, ao longo da obra de Davis, podemos observar que a trajetória de al-Wazzan foi marcada por diversos momentos em que fronteiras geográficas e culturais foram transpostas. Talvez o principal exemplo seja sua criação dentro do Islã e sua conversão, ao ser capturado já adulto, ao cristianismo, sendo que, posteriormente, converteu-se novamente ao Islã.

Independentemente das razões para as opções tomadas por al-Wazzan, o fato é que ele permanece sendo um viajante de longo percurso. Se, como bem explorado por François Hartog, em seu *“Memória de Ulisses”* (2004), o que configura a viagem não é a topografia ou a geografia, mas, sim, o movimento e o olhar, assim, ultrapassar a fronteira geográfica foi apenas um adendo na trajetória de al-Wazzan. Ainda que ele, tal qual Ulisses, ansiasse retornar para o seu mundo conhecido, ao contrário do grego, ele não se fechou para o novo mundo com o qual

¹⁵ Em seu livro *“A identidade cultural na pós-modernidade”* (2006), o antropólogo jamaicano Stuart Hall distingue três concepções de identidade que, por sua vez, não são absolutas e correspondem a momentos históricos específicos. Seriam elas: as identidades do sujeito do Iluminismo, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. A primeira baseia-se na ideia de um indivíduo coerente, centrado e cuja identidade emana de si, da sua capacidade racional, de consciência e de ação. No caso do sujeito sociológico, ele “[...] ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (2006, p. 11). Já o sujeito pós-moderno, apresentaria uma identidade móvel, “[...] formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpolados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (2006, p. 13). Sendo assim, a identidade cultural do nômade (assim como de qualquer outro ser social) pode ser entendida como fruto desta eterna relação dialética entre o “eu real” e as estruturas sócio-culturais que o cercam.

viria a se deparar. Talvez por sua origem em Granada, a “Babel de línguas”, por sua formação em Direito ou por sua atuação como diplomata, possamos pensar em al-Wazzan como um homem-fronteira,¹⁶ pois apesar das marcas de sua identidade islâmica, vivenciou, do ponto de vista cultural, as experiências próprias de uma fronteira porosa, que permitiu diálogos e trocas. Algo que, Ulisses, evitou o tempo todo em função do medo de perder sua própria identidade.

O fato é que, com seu olhar inquiridor e sua disposição para experimentar a realidade de outra cultura, ele conseguiu sobreviver ao período em que esteve cativo e, ainda, foi capaz de mediar certo intercâmbio cultural entre a Europa e o norte da África, registrado em uma série de publicações. Nestas obras, al-Wazzan ofereceu aos leitores europeus um panorama particular do que seria a realidade africana e, ao regressar, levou consigo a experiência de anos e uma nova forma de se ver os próprios costumes e os do estrangeiro.

Ainda que a passagem de al-Wazzan pela Europa tenha se limitado ao território italiano, o conteúdo de seus trabalhos reverberou pelo restante do continente. Houve edições e traduções de textos seus em latim (1550, 1556), francês (1556), inglês (1600) e, mais tarde, em alemão (1805). O que motivou a aceitação e o interesse por sua obra, é incerto, ainda que seus trabalhos tenham coincidido com o momento de expansão ultramarina europeia que marcou o século XVI. Assim, ao mesmo tempo em que circulavam exemplares impressos com autoria atribuída ao árabe, naus cruzavam oceanos, aportavam em continentes pouco conhecidos e regressavam carregadas de relatos e artigos diversos, muitos dos quais ainda desconhecidos.

Se, num primeiro momento, estrangeiros como al-Wazzan, operaram algumas das trocas culturais mais significativas, a partir da expansão ultramarina e do estabelecimento de grandes impérios como o português, o espanhol e o britânico, as relações com o conhecido e como o desconhecido se alteraram significativamente. Neste novo contexto, viajantes europeus puderam assumir o papel de estrangeiros, pois passaram a se deslocar por cenários e culturas até então desconhecidos e inacessíveis, ainda que, de início, tais deslocamentos

¹⁶ “Ulisses, em suas viagens, pelo próprio movimento desse retorno sem cessar contrariado e diferido, traça os contornos de uma identidade grega. Ela a enclausura. Ele marca as fronteiras [...] Móvel, agitado pelas ondas, tendo sempre de partir de novo, ele próprio é um homem-fronteira e um homem-memória” (HARTOG, 2004, p. 14).

tenham sido feitos de maneira tímida, visto que estas primeiras viagens primavam pelo mapeamento das costas marítimas em um caráter sumariamente geográfico.

Ao tratar das viagens ultramarinas promovidas pelo Império Britânico no século XVIII, Gabriel Passetti evoca o trabalho de David Mackay¹⁷, para afirmar que em meados desta centúria

“[...] não apenas costas e portos no Pacífico deveriam ser precisamente conhecidos, mas também as terras eram o objeto de um mapeamento científico preciso. Esta tarefa não podia ser confiada apenas aos marinheiros e assim se iniciou a prática de levar cientistas nas viagens de descoberta [...]” (MACKAY apud PASSETTI, 2010, p. 30).

Como bem observado por Passetti, este século também será marcado por uma disputa pela supremacia europeia, pelo controle dos mares e de saberes ainda pouco conhecidos (PASSETTI, 2010), resultando, de forma mais concreta, em um colecionismo representativo deste poder. À medida que as coleções “[...] não mais serviam apenas como uma simples exposição de objetos exóticos, mas, sim, como fonte de estudo da vasta e complexa diversidade animal e vegetal” (BIEHL, 2018, p. 24), passaram a oferecer ainda mais prestígio aos monarcas. Assim, não só o Império Britânico, mas também os impérios ibéricos travaram uma espécie de corrida pela coleta de gêneros variados do mundo natural e de objetos antropológicos, onde “a quantidade e a raridade eram fundamentais e logo as crescentes coleções de objetos ultrapassaram os gabinetes Reais de curiosidades e levaram à constituição de importantes instituições museológicas” (PASSETTI, 2010, p. 31).

Já durante a segunda metade do século XVIII e no decorrer do XIX, uma série de novos viajantes se lançaram rumo ao desconhecido sob as ordens dos monarcas espanhóis¹⁸. Este fenômeno ocorreu como um reflexo das ideias ilustradas que circulavam em território europeu, nas quais nos deteremos mais adiante neste trabalho, priorizando o contexto e as políticas adotadas pelo império espanhol.

¹⁷ MACKAY, David. “Myth, science and experience in the British construction of the Pacific”. In: CALDER, Alex; LAMB, Jonathan; ORR, Bridget. *Voyages and Beaches*. Pacific encounters, 1769-1840. Honolulu: University of Hawai Press, 1999.

¹⁸ Dentre as expedições enviadas ao território americano pela monarquia espanhola, cabe mencionar: a *Expedición de Límites dirigida por el capitán José de Iturriaga al Orinoco* (1754-1761) ao território venezuelano; a *Expedición geodésica al Virreinato del Perú* (1735-1744); a *Expedición a la Nueva Granada* (1783-1801); a *Expedición a la Nueva España* (1787-1803); a *Expedición a Filipinas* (1786-1801); a *Expedición Malaspina* (1789-1794) e a *Expedición Mopox* (1796-1802).

Estes novos viajantes, ainda que não estivessem partindo necessariamente a contragosto como Ulisses, nem sempre adotaram posturas abertas ao outro e ao novo como al-Wazzan. Mesmo que seus destinos e missões tenham sido dados por aqueles que os financiaram, isto não os impediu de lidar com a realidade à sua própria maneira, nem de operar mudanças em suas condutas em função das experiências vividas. Entre esses viajantes, encontramos o botânico espanhol Hipólito Ruiz Lopez, membro da *Real Expedición al Virreinato del Perú y Chile* (1777-1788), de quem nos ocuparemos neste capítulo. Ruiz manteve relações amistosas e conflituosas com nomes importantes da administração do *Real Jardín Botánico de Madrid*, produziu obras relevantes sobre a natureza americana, manteve registros da viagem em seu diário, opinou e posicionou-se sobre questões botânicas, farmacológicas e etnológicas, configurando-se como um homem de ciência de seu tempo e como agente do Império espanhol.

Assim, ao tratarmos da história de Ruiz, consideramos os eventos mais significativos de sua biografia, na medida em que eles permitem compreender melhor suas tomadas de decisão e a forma como construiu suas relações. Consideramos, também, os eventos que chamaram a atenção do próprio Ruiz ao descrever sua trajetória, marcos biográficos que foram, portanto, eleitos por ele mesmo, ao reconstituir sua história de vida anos após a viagem.

Com base em um breve estudo de caráter biográfico realizado por Raúl Rodríguez Nozal e Antonio González Bueno¹⁹, sabemos que Hipólito Ruiz Lopez nasceu em Belorado, na Espanha, em 8 de agosto de 1754. Quando jovem, estudou princípios de latim, sob a orientação de seu tio, o sacerdote Basílio López, e com cerca de 14 anos, passou a estudar princípios de Lógica, Física experimental, Química e Farmácia sob a tutela do farmacêutico Manuel López que também era seu tio.

Foi graças a Manuel López, que financiou seus estudos, que Ruiz passou a estudar botânica no *Real Jardín Botánico* de Madrid, na condição de pupilo de Casimiro Gómez Ortega que, na ocasião, ocupava o posto de primeiro catedrático da instituição. Aos 22 anos, devido à sua notória dedicação (ou, quem sabe, devido à influência de seu mestre Ortega, por quem era benquisto), recebeu o encargo

¹⁹ NOZAL, Raul Rodriguez; BUENO, Antonio González. *Hipólito Ruiz Relación del viaje hecho a los reinos del Perú y Chile por los botánicos y dibujantes enviados por el Rey para aquella expedición, extractada de los diarios por el orden que llevó en éstos su autor*. Madrid: Catarata, 2007

régio de dirigir uma expedição científica à América meridional. Esta expedição seria conhecida como a “*Real Expedición al Virreinato del Perú y Chile*”, um empreendimento que teve em sua origem o interesse e o esforço conjunto das coroas espanhola e francesa por classificar o mundo natural do território americano que, no momento, configurava-se majoritariamente como colônia espanhola.

No referido empreendimento, as Coroas espanhola e francesa foram representadas por seus respectivos Jardins reais. Estas instituições, além de contarem com o financiamento de seus Estados e de atuarem a partir de suas demandas, estavam encarregadas da formação de especialistas na área de Botânica e Farmácia e da produção do conhecimento científico da época.

A expedição que Ruiz viria a liderar, devido às gestões diplomáticas entre o Estado espanhol e francês, teve uma composição híbrida. Segundo estudo realizado pelo historiador espanhol Francisco Javier Puerto Sarmiento, este era um modelo comumente adotado pelo Império espanhol no século XVIII. Tendo analisado a composição de onze expedições ocorridas no século XVIII e no início do século XIX²⁰, o pesquisador pôde constatar que, ainda que as expedições realizadas na América hispânica ao longo do século tenham sido compostas, em sua maioria, por membros espanhóis, a presença de estrangeiros representava uma parcela significativa. Na amostra analisada por Sarmiento, cerca de 67,65% dos viajantes eram espanhóis (considerando tanto aqueles nascidos da Espanha, quanto aqueles nascidos nas colônias), seguidos por 24,07% de franceses, 5,55% alemães, um sueco e um tcheco.

Outro dado bastante interessante encontrado por Sarmiento diz respeito à faixa etária dos expedicionários. Sua análise revela que a idade média dos viajantes espanhóis era de 26 anos, enquanto que a média de idade dos franceses (o segundo maior grupo de integrantes) era de 34. Segundo o autor, esta diferença sugere uma maior experiência dos membros estrangeiros nas suas respectivas áreas de atuação. Experiência esta, que poderia contribuir para a formação ou

²⁰ *Expedición de Límites dirigida por el capitán José de Iturriaga al Orinoco (1754-1761); Expedición geodésica al Virreinato del Perú (1735-1744); Expedición a Perú y Chile (1777-1788); Expediciones cartográficas (1781-1801); Expedición a la Nueva Granada (1783-1808); Expedición a la Nueva España (1787-1803); Expedición a Filipinas (1786-1801); Expedición Malaspina (1789-1794); Expedición geológica y minera (1795-1800); Expedición Mopox (1796-1802); Expedición de Humboldt (1799-1804).*

maior especialização dos viajantes espanhóis, que tinham a possibilidade de aprender através do contato com estes estrangeiros²¹.

Segundo Sarmiento, de um certo ponto de vista

[...] las expediciones se nos presentan como inmenso laboratorio de aprendizaje para los hispanos, españoles o americanos. Parten hacia allá con muy pocos conocimientos, con unas instrucciones menguadas y, en ocasiones, confusas y vuelven (o permanecen en las colonias) convertidos en científicos expertos (SARMIENTO, 2009, p. 84).

Se levarmos em conta que no início do século XVIII “[...] *los viajeros que visitaron España [...] señalaron con agudeza y gracejo [...]*” (PESET; PESET, 1989, p. 145) a condição das universidades espanholas, desdenhando o ensino destinado aos jovens, taxando-o de “inútil”, por considerá-lo abstrato em demasia, pode-se perceber o grau de importância que a viagem poderia vir a ter. É possível supor, portanto, que no contexto hispano-americano, a viagem, pensada, como sugere Sarmiento, como um “laboratório de aprendizagem”, não só possibilitava a observação do *modus operandi* estrangeiro, como permitia aos expedicionários a aplicação da teoria na prática, reduzindo possíveis deficiências de sua formação profissional.

Tendo em vista o protagonismo francês no que diz respeito à produção científica na época, o intento da Coroa espanhola em promover uma aproximação é bastante compreensível. Assim, não causa estranheza a proposição de empreendimentos conjuntos que estivessem orientados para objetivos científicos, com vistas ao estreitamento diplomático de laços entre os jardins botânicos reais, tema que iremos abordar no próximo capítulo.

A tarefa de selecionar os integrantes espanhóis da expedição coube ao então primeiro catedrático do *Real Jardín*, Casimiro Gómez Ortega. Sob suas orientações, reuniram-se os botânicos Hipólito Ruiz López e José Pavon, além dos desenhistas José Brunete e Isidro Galvéz. Como representante francês, temos Joseph Dombey,

²¹ José Luis Peset, referindo-se à expedição de La Condamine - outro empreendimento realizado a partir de um esforço conjunto entre Espanha e França em 1735 - menciona que graças à natureza colaborativa da mesma, “[...] *hubo importantes descubrimientos médicos y botánicos, que mostraron la necesidad de la colaboración de las dos naciones, entonces abrazadas en los Pactos de Familia*” (PESET, 1996, p. 62). Além disso, Peset afirma que graças ao modelo híbrido, “*los jóvenes españoles habían aprendido rápido, convirtiéndose en dos excelentes marinos y físicos [...]*” (PESET, 1996, p. 62).

indicado por Antoine-Laurent de Jussieu²², professor do “*Jardin des plantes*” (Jardim Real francês).

Após a nomeação dos integrantes da expedição, em novembro de 1776, deu-se início a um processo intensivo de formação de seus membros, com o objetivo de prepará-los para a viagem. Durante esta capacitação, os envolvidos tomaram contato com técnicas para recolhimento e armazenamento das plantas e demais materiais, bem como com as maneiras corretas para descrever, nomear e representar iconograficamente tais elementos. Considerando que Dombey já residia em Madrid desde o outono de 1776, especula-se que o mesmo tenha participado também desta qualificação. Cerca de um ano mais tarde, eles receberam as “*Reales Cédulas*”²³, que autorizavam oficialmente a viagem. Por intermédio delas, o rei espanhol Carlos III decretava que o empreendimento deveria servir para

[...] examen y conocimiento metódico de las producciones naturales de los domínios de América, no solo para promover los progresos de las ciencias físicas, sino tambien para desterrar las dudas y adulteraciones que habia en la medicina, tintura y otras artes importantes, para aumentar el comercio, formar herbarios y colecciones de productos naturales::: para enriquecer el gabinete de Historia natural y jardin Botánico de la corte, nombrando S. M. á don Hipólito Ruiz por su primer botanico en calidad de gefe y principal de los demas de esta comision (RUIZ; RUIZ GOMEZ, 1821, p. 8).

Podemos concluir, portanto, que o empreendimento proposto pelo soberano demandava a participação ativa de homens que estivessem abertos às experiências próprias de uma viagem. Munidos, não apenas de um olhar curioso e inquiridor, mas, também, de um olhar crítico, metódico e treinado. Se pensarmos no valor que a experiência agregava às práticas científicas da época, a presença de profissionais mais maduros e experientes nas incursões (como podemos observar no levantamento realizado por Sarmiento), parece atestar que estes eram tidos como

²² Antoine-Laurent de Jussieu foi um importante catedrático do *Jardin des Plantes*, um dos responsáveis pelo êxito nas relações diplomáticas entre os jardins espanhol e francês. Manteve boas relações com Cavanilles e chegou a ministrar aulas que foram frequentadas por Gómez Ortega.

²³ Ordens de caráter jurídico expedidas pelo rei da Espanha, que, comumente, se destinavam à resolução de assuntos de ordem legal, criação de instituições, nomeação de cargos reais, outorga de direitos pessoais ou coletivos ou a autorização de alguma ação direta. Tais ordens, portanto, funcionavam como uma expressão concreta do poder do Estado. No caso da expedição, seus membros receberam através destas cédulas, não só uma série de ordens, como também uma espécie de autorização para atuar como “agentes do Estado”. Assim, estes “novos agentes” se viram imbuídos de um poder simbólico, que alçava seu labor à condição de oficial. Em razão disso, a própria atuação dos expedicionários passava a ser mais impessoal, visto que agora deveriam responder obrigatoriamente às expectativas do monarca e não aos seus interesses pessoais, quaisquer que fossem.

especialistas, isto é, como aqueles que dominavam determinada área de saber. Assim, naturalmente expressava-se uma certa hierarquia dentro do grupo, sendo que os menos experientes sabiam a quem recorrer em casos de dúvida.

Considerando esta forma de organização, a indicação de Hipólito Ruiz como aquele que deveria encabeçar o empreendimento subverte a norma existente. Não existem menções a outras expedições lideradas pelo botânico espanhol que tivessem antecedido a viagem da qual nos ocupamos, ao contrário, por exemplo, do francês Joseph Dombey, que já contava com algumas em sua trajetória²⁴. Além do que, Ruiz era bastante jovem, tendo sido designado com apenas 22 anos, como mencionado anteriormente. Cabe, portanto, o questionamento: haveriam, para além de sua formação e suposta aptidão à realização dessa viagem, outras razões para a nomeação de Ruiz como líder da expedição? Acreditamos que alguns aspectos de sua vida pessoal e profissional de Ruiz podem ter contribuído, criando elos entre as duas esferas, isto é, a do público e do privado.

Ruiz casou-se com a filha de Gómez Ortega, Remigia Gómez Martín, com quem teve quatro filhos, dentre eles “[...] *el licenciado don Antonio Ruiz, profesor de medicina, cirugia, farmacia y química, individuo del colegio de profesores farmacéuticos de la Corte y su vice-secretario; socio de número de la academia nacional de medicina de Madrid*” (RUIZ; RUIZ GOMEZ, 1821, p. 1), que também teria atuado como dono de botica após tê-la herdado de seu pai. Segundo o texto escrito por seu filho Antonio Ruiz, intitulado “*Elogio histórico de don Hipólito Ruiz Lopez*”, Ruiz faleceu em 1816, em decorrência de um derramamento massivo de sangue pelas fossas nasais²⁵. Aparentemente, a debilidade de sua saúde foi algo com que precisou lidar ao longo de toda sua vida. Ao ser convidado para dirigir a expedição, seu tio tentou impedi-lo de viajar, por acreditar que a viagem seria penosa e prejudicial a ele, como de fato deve ter sido, pois, em seus diários e nos estudos

²⁴ Nascido em Mâcon, em 22 de fevereiro de 1742, Joseph Dombey recebeu educação jesuítica e tornou-se professor de Artes em 1763. Mais tarde, entre os anos de 1764 e 1767, estudou Medicina em Montpellier, onde entrou em contato também com a Botânica, ciência que exerceu grande encanto sobre ele. Tal interesse pelo mundo natural fez com que Dombey realizasse viagens aos Pirineus e aos Alpes por conta própria e, ainda, que estreitasse laços com os botânicos do *Jardín du Roi*, com os quais comumente trocava cartas sobre o assunto.

²⁵ “[...] *sobreviniera una epístasis por el caño derecho de la nariz, que á veces se graduaba en términos que salía la sangre por ambas ventanas, tanto que en el espacio de quince día arrojó veinte y siete libras y media, siendo de admirar que sobreviviera nueve meses á esta terrible evacuacion, á la que sucedió una hidropesia, consecuencia indispensable del flujo, de cuyas resultas falleció [...]*” (RUIZ; RUIZ GOMEZ, 1821, p. 36-37).

biográficos não são incomuns referências aos seus afastamentos devido a problemas de saúde.

Ruiz esteve à frente da expedição aos reinos do Peru e do Chile durante cerca de 11 anos. Os integrantes partiram do porto de Cádiz em 1777 e retornaram ao mesmo porto em 1788. Ruiz faz referência a este período de sua história de vida no Prólogo de *Florae Peruvianae et Chilensis Prodromus*, obra escrita com a colaboração de seu companheiro Pavon, no qual faz questão de destacar alguns eventos:

Ahora bien, quantos y quan grandes trabajos y peligros hayaos padecido en los once años que peregrinamos por parages desiertos y sin caminos, calor cansancio, hambre, sed, desnudez, falta de todo, tormentas, terremotos, plagas de mosquitos y otros insectos, continuos riesgos de ser devorados de tigres, osos y otras fieras, asechanzas de ladrones é Indios infieles, traiciones de nuestros mismos esclavos, caidas de precipicios, de los montes y de las ramas de altísimos árboles, pasos de rios y torrentes, el incendio de Macora, el naufragio del San Pedro de Alcántara, la separación del compañero Mr. Dombey, la muerte del dibuxante Brunete, y (lo mas sensible de todo) la pérdida de nuestros manuscritos; solo sabrán graduarlo aquellos que hayan emprendido y acabado viages de esta ó igual naturaleza. (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 26).

Por meio deste texto, identificamos os aspectos que Ruiz considerou importante destacar sobre a viagem, com destaque para as dificuldades encontradas, que pode ser percebido como uma estratégia narrativa que visava a comoção do público leitor. Se fazem também presentes menções a ladrões que haviam furtado cargas e animais e a traições por parte daqueles que os acompanhavam, deixando-os à própria sorte em regiões desconhecidas e na iminência do confronto com “índios infiéis”,²⁶ o que aponta para a hostilidade de algumas das populações com as quais tiveram contato.

Ruiz também lamenta a saída do médico e naturalista francês Dombey, em função de seu retorno antecipado à Europa (1784), e a morte do desenhista espanhol José Brunete (1787), perdas significativas (em função do número restrito

²⁶ Durante o período expedicionário, Ruiz e seus companheiros de viagem passaram por momentos de tensão ocasionados pelo levantamento de Túpac Amaru II. A rebelião dos indígenas se deu como resposta à implantação de novas taxas e impostos nos territórios do *Virreinato del Peru* e do *Virreinato de la Plata*, pois compreendiam a imposição da metrópole como abusiva (PRADO, 2003, p. 15-34). O medo de entrar em contato com os insurgentes, chegou a fazer com que abandonassem o trabalho em Cuchero e partissem em retorno à Huánuco durante a noite, revezando vigílias e com número reduzido de armas (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 162-163)

de integrantes do empreendimento e de suas habilidades individuais), que, com certeza, atrasaram em demasia a conclusão das tarefas. Dentre as perdas materiais, Ruiz destaca o incêndio da fazenda de *Macora* (1785), utilizada por alguns dias como base de atuação pelos botânicos, durante o qual perderam grande parte do material coletado e descrito até aquele momento da viagem²⁷ e o naufrágio do *San Pedro de Alcántara*, barco enviado a Cádiz com um carregamento de 6 estufas com vasos, 800 desenhos e cerca de 55 caixotes com amostras biológicas, minerais e etnológicas, que acabaram se perdendo.

A partir do exposto até aqui, já podemos observar que a expedição apresentou uma série de particularidades que a tornaram um evento único. Os anos passados em território americano propiciaram uma variedade de experiências que marcaram a vida de todos os envolvidos. Quer tenham sido elas positivas ou negativas, o fato é que essas experiências foram vividas de maneira expressiva o suficiente para que fossem registradas pelos viajantes. Transformadas em relato, foram transpostas para o papel e, assim, resistir à ação corrosiva do tempo, mas não aos efeitos da memória.

No próximo tópico, tratamos dos pormenores da expedição, das relações construídas no seu decorrer e da forma como os expedicionários lidaram com aquilo que não estava previsto e para o qual não poderiam ter se preparado.

2.1. Quebrando expectativas: um mundo real e imprevisível

Reunidos em Cádiz e prontos para subir a bordo do *El Peruano*, os membros da expedição contavam com os saberes acumulados durante os anos de estudo que haviam investido em suas respectivas áreas. Além da experiência individual de cada um, levavam consigo, ainda, todo conhecimento que aquele ano de preparação havia lhes conferido. Levavam, também, instruções escritas por Gómez Ortega, que deveriam orientar o labor que empreenderiam no continente americano e as relações hierárquicas a serem observadas na expedição. A embarcação foi

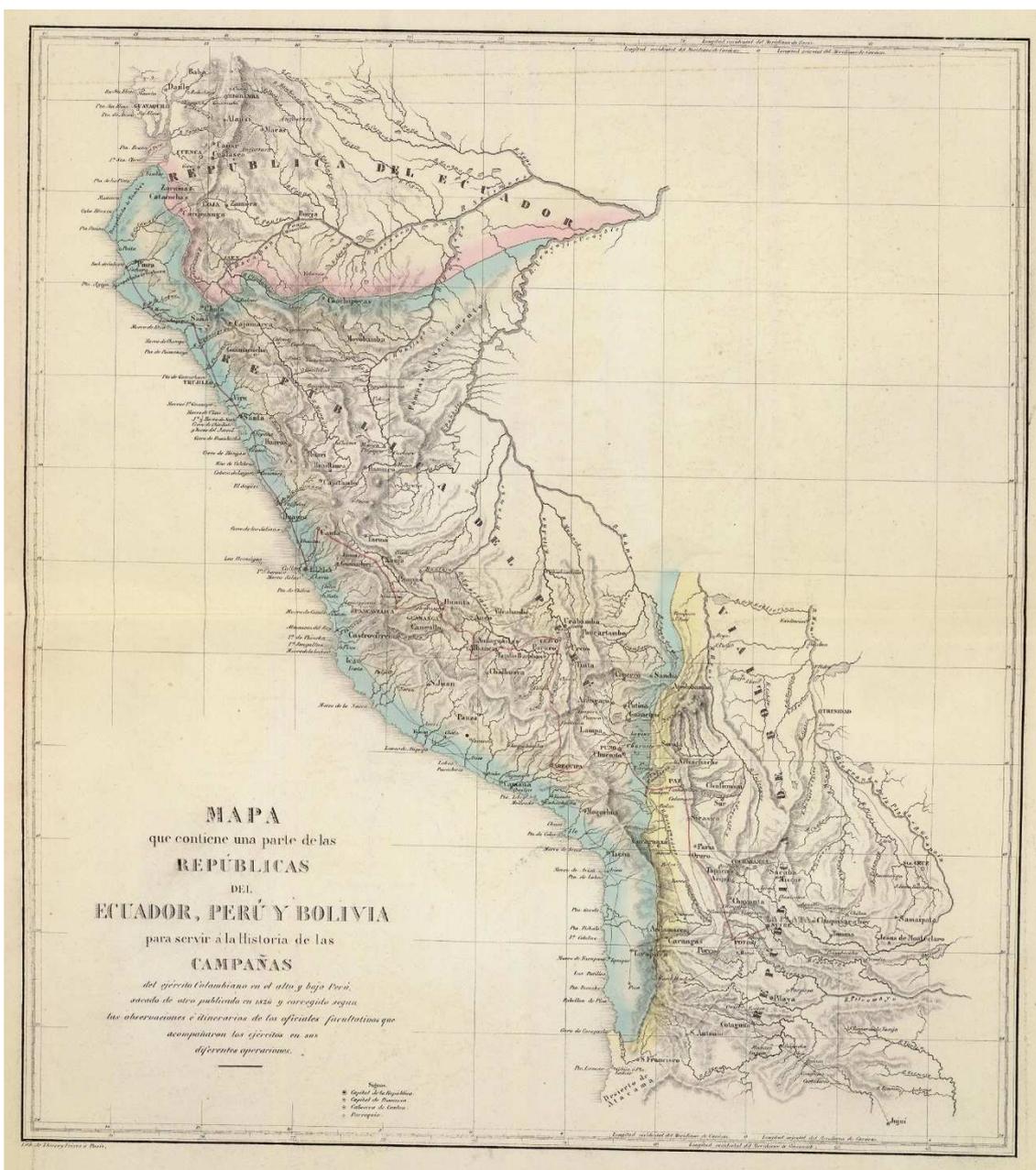
²⁷ O incêndio é relatado da seguinte maneira: “Sin detenernos precipitadamente baxamos el Cerro por el que cai rodando varias veces y casi sin aliento llegue atravesando por el fuego á Macora donde las llamas estaban acabando de consumir las casas con todos los muebles, equipages, Esqueletos de Plantas, Libros, Manuscritos, Bastimentos y quantas Producciones teniamos acopiadas en nro Caseron” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 266).

carregada de caixotes, papéis, livros,²⁸ prensas, vestimentas, roupas de cama e utensílios de mesa, fundamentais para a realização das tarefas dos membros da expedição e para assegurar certa comodidade na travessia.

Ainda que estivessem prontos para zarpar desde o dia 17 de outubro de 1777, só puderam fazê-lo no dia 4 de novembro do mesmo ano, pois uma tempestade assolou a costa espanhola de meados até final de outubro daquele ano. A viagem ao destino durou cerca de seis meses, após os quais puderam aportar em segurança em *El Callao*, mais precisamente no dia de 8 de abril de 1778.

²⁸ Sobre a relação de livros levados, Sarmiento nos traz, a partir das instruções de Gómez Ortega, que “para el correcto estudio de la flora recomienda los siguientes libros: de Linneo, la *Philosophia botanica* (Stokolmo, 1751), reeditada en España por el propio Ortega (Madrid, 1792). La “*Instructio Peregrinatoris*” editada en las *Amoenitates Academicæ* (Stokolmo-Leipzig, 1749-69), en la edición de Erlange, 1788, pp. 298-313 y las “*Instructio Musei rerum naturalium*” en la edición de Erlange, 1787, pp. 446-464; el *Species plantarum* (Stokolmo, 1753); *Systema naturæ* (Leyden, 1735) y *Genera plantarum* (Leyden, 1737). Junto a ellos, los de L. Aconches Feuillé, *Journal des observations physiques, mathématiques et botaniques. Faites par l'ordre du Roi sur les côtes orientales de l'Amerique méridionales, dans les Indes Occidentales, depuis l'année 1707 jusques en 1717*, Paris, 1714-1725 (3 vols.); Carolus Clusius, *Exoticorum libri decem*, Leiden, 1605; J. Bahuin, *Historia plantarum universalis*, Ebroduni, 1650-1651; N.J. Jacquin, *Selectarum stirpium americanum historia*. Vindobonæ, 1763; P. Löfling, *Plantas americanas*, publicado por Linneo en el *Iter hispanicum*, Stokolmo, 1758, pp. 176, 283; A.F. Frezier, *Relation du voyage de la mer du Sud aux côtes du Chile et du Perou fait pendant les années 1712-1714*, Paris, 1716; J. Acosta, *Historia natural y moral de las Indias*, Sevilla, 1590; M. Barnades, *Principios de botánica*, Madrid, 1767; F. Ximenez, *Quatro libros de la naturaleza y virtudes de las plantas*, México, 1615; C. Gómez Ortega, la traducción, *Disertación acerca de los métodos botánicos: escrita en francés por el célebre Mr. Duhamel de Monceau*. Madrid, 1772 y la mencionada traducción de Tournefort; J.G. Vallerius, *Mineralogie ou descriptions générales des substances du regne minerale*, Paris, 1753; G. Pison y J. Margraf, *Historia Naturalis Brasiliae*, Leyden-Amsterdam, 1648. Se aconsejaban también las instrucciones redactadas por Pedro Franco Dávila, al establecerse en Madrid como director del Gabinete de Historia Natural” (SARMIENTO, 2009, p. 86-87). Nessa relação, podemos observar a presença de exemplares impressos na Suécia (país de origem de Carl von Linné), Holanda, França e Espanha, muitos com datação próxima à da expedição, o que deixa evidentes as influências técnicas sobre o empreendimento e a preocupação com o uso de uma bibliografia atualizada. Cabe destacar, ainda, que constam majoritariamente entre os títulos, obras de medicina e de botânica, o que não causa estranhamento, devido à relação de proximidade que ambas as ciências mantinham no território francês à época, algo que podemos observar na menção feita por Sarmiento de que “en Francia las facultades de Medicina contaban con excelentes clases de botánica y además estaban las cátedras del Jardín del Rey en París y una Academia de Ciencias a pleno funcionamiento” (SARMIENTO, 2009, p. 84).

Figura 1. Mapa do Peru - 1840

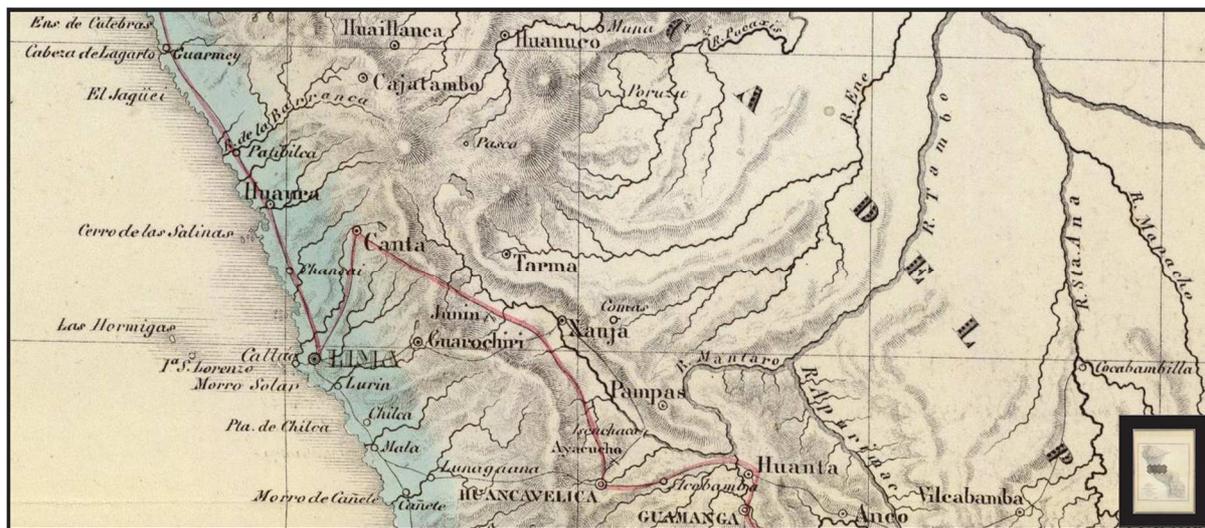


Fonte: CODAZZI, Agustin. *Mapa, Ecuador, Peru y Bolivia, 1826*. Catalogue of maps of Hispanic America. Paris, 1840, v. 2, p. 237²⁹.

Após o desembarque, deslocaram-se até a capital do Vice-Reino do Peru, Lima, onde, conforme Nozal e Bueno, foram recebidos pelo próprio vice-rei Manuel Guirior, que os acolheu em seu palácio com a pompa e hospitalidade comumente

destinadas à recepção de uma corte (2007, p. 16). Tal recepção estendeu-se por todo o mês de abril, período durante o qual receberam membros da elite intelectual local, interessados em saudar e conhecer os enviados do rei.

Figura 2 - Detalhe do mapa - Principais locais de herborização



Fonte: CODAZZI, Agustin. *Mapa, Ecuador, Peru y Bolivia, 1826*. Catalogue of maps of Hispanic America. Paris, 1840, v. 2, p. 237³⁰.

No mês de maio, deram início ao trabalho de herborização³¹, que se constituía em objetivo central da expedição. Inicialmente, observaram, recolheram e descreveram plantas nas proximidades de Lima, rumando em seguida para a província de Chancay, em 22 de julho. Na noite do dia 23, foram surpreendidos por um grupo de ladrões, liderado por um homem chamado Urcan (sobre o qual não encontramos informações), acompanhado de duas mulheres negras, que foram presos em seguida. Mais tarde, na mesma noite, os expedicionários ouviram os cavalos dos companheiros de Urcan se aproximando, sendo que dispararam contra eles, evitando um confronto mais direto. Enquanto o líder do grupo acabou por ser exilado na cidade chilena de Valdivia, as negras que o acompanhavam foram devolvidas aos seus amos “[...] *por no tener comprobado otro delito que haver*

³⁰

Disponível

em

<https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~20068~590061:Mapa,-Ecuador,-Peru-y-Bolivia,-1826?sort=Pub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:codazzi;sort:Pub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=12&trs=64> Acesso em ago. 2019.

³¹ O trabalho de herborização contempla a observação, a descrição e a coleta de exemplares botânicos com vistas à classificação ou à inclusão da espécie em um herbário.

sido seducidas por los Ladrones para andar en su compañía” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 103).

Após o ocorrido, deram continuidade ao trabalho, tendo passado por Huaura, Lima e Lurin. Sobre esta última localidade, Ruiz a descreve como uma cidade de clima agradável “[...] *mucho mas saludable que Lima y demas Pueblos circunvecinos por lo q^e. algunos Virreys y otros Cavalleros y familias de Lima pasan algunas temporadas á divertirse á este Pueblo habitado por 120 vecinos Indios [...]*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 112-113), localizada próxima ao “[...] *famoso Castillo de Pachacamac en el qual tenían los Gentiles cinco mil hombres de guarnición. Al pie del Castillo estan tambien las ruinas de una poblacion bien populosa en t^o. de los Inqas [...]*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 112).

Próximo à Pachacamac, existiria, segundo Ruiz, uma pequena ilha de mesmo nome, onde se poderia encontrar

[...] diferentes cuebas en las que habitan diversidad de Paxaros y entre ellos multitud de Paxaros Niños: Quando una persona se asoma á la entrada de dhas cuebas arman tal griteria de graznidos que parece haver multitud de borricos rebuznndo que aturden con su ruido. Se recoge en este Islote cantidad de Huano [sic]³² para el beneficio de las tierras sembradas de Maiz (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 115).

Segundo Nozal e Bueno, quando de sua passagem por Lurin, a proximidade com Pachamac os “[...] *invita a recorrer las ruinas y a estudiar sus restos arqueológicos, algunos se empaquetarán con destino a los Reales Gabinetes de Francia y España*” (NOZAL; BUENO, 2007, p. 16), ainda que Ruiz não mencione em seu diário essa investida “arqueológica” que os historiadores espanhóis atribuem à incursão.

Em abril de 1779, os expedicionários prepararam uma remessa de materiais para enviar à Espanha a bordo do navio *El Buen Consejo*. Segundo o diário de Ruiz, os espanhóis reuniram um material composto por “*12 Macetas de Plantas vivas, 242 Dibuxos y de 11 caxones de esqueletos de plantas en que se incluian 300 especies diferentes*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 121), enquanto o francês Joseph Dombey os teria deixado encarregados de embarcar “*los siete [caixotes] que por su*

³² “*Guano*” é um termo de origem quechua e significa fertilizante. Segundo o *Diccionario de la lengua española* da *Real Academia Española*, é uma “*materia excrementicia de aves marinas, que se encuentra acumulada en gran cantidad en las costas y en varias islas del Perú y del norte de Chile, y que se utiliza como abono en la agricultura*”. (DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA. Disponível em <<https://dle.rae.es/?id=JfllUsd|JfmRWOM>>. Acesso em: 10 mar. 2019).

parte havia compuesto de esqueletos, Huaqueros y otras curiosidades del R^{no}. Mineral” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 121).

Já Enrique Alvarez Lopez, em seu “*Dombey y la Expedición al Perú y Chile*” publicado nos *Anales del Jardín Botánico A. J. Cavanilles*, de 1955, se ocupa da atuação do membro francês da expedição. Segundo Alvarez Lopez, “*Dombey, por su parte, había dedicado también su tiempo a hacer excavaciones en las tumbas peruanas en busca de antigüedades, y en su remesa personal figuraban varios objetos de tal procedencia*” (LOPEZ, 1955, p. 43).

Pode-se, portanto, constatar que os integrantes da expedição não ignoraram o valor arqueológico do sítio encontrado na pequena ilha de Pachamac. Além disso, é plausível supor que alguns membros podem ter atribuído maior valor ao que foi encontrado do que outros, ou que, talvez, este maior interesse possa ter relação com os interesses do Estado que financiava a expedição.

Em seu diário, Ruiz menciona que no dia 11 de março de 1779, Dombey parte para Cheuchin, acompanhado de uma senhora de Lima “[...] *á tomar los baños de aquellas aguas termales*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 121), o que, no estudo de Alvarez Lopez, ganha um caráter ainda mais oficial, pois segundo o autor, “*Dombey había partido para Cheuchin, encargado por el virrey Guirior del estudio de sus aguas minerales [...] la orden para esta comisión la había recibido el botánico francés, según consigna en la misma carta, el 16 de febrero del año citado [...]*” (LOPEZ, 1955, p. 44). Evidencia-se, portanto, que os membros da expedição observavam as ordens que recebiam e também seguiam regras hierárquicas claramente definidas. Ainda assim, como veremos em outro caso explorado mais adiante, os expedicionários possuíam certa autonomia (respaldada pelas ordens diretas do monarca ou por argumentos circunstancialmente irrefutáveis), o que lhes permitia questionar e, talvez, até negar ordens de autoridades oficialmente reconhecidas.

Sem poder contar com a colaboração do francês, os demais integrantes da expedição deram prosseguimento ao trabalho de herborização, partindo em direção à Tarma. No caminho, passaram pela província de Huarocherí, onde após alguns dias de viagem, amanhecem com a notícia de que os peões responsáveis pelo trato dos animais de carga haviam retornado ao *pueblo* de *San Matheo* – onde tinham sido agregados ao grupo há cerca de dois dias – levando consigo três mulas. Percorrendo ranchos e estâncias na região em que se encontravam, conseguiram

contratar um novo *arriero*, um índio que recebeu pagamento adiantado sob a condição de acompanhá-los até a cidade mais próxima. Ainda assim, Ruiz relata em seu diário que “*apenas havíamos andado unas 50 varas q^{do}. se nos desapareció el Indio rogado y forzado, por lo que fuimos haciendo de Arrieros todos hasta Yauliacó [...]*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 122). Em Yauliacó conseguiram três novas mulas e dois novos *arrieros*, podendo, assim, seguir viagem rumo às cordilheiras de *Sⁿ Juan de Chiclla até Pucará*.

Tendo finalmente superado as cordilheiras, alcançaram Tarma, capital da província de mesmo nome, onde aguardaram pela chegada dos animais de carga que haviam ficado sob os cuidados dos *arrieros* no dia anterior. Não bastassem os contratemplos mencionados, Ruiz ainda nos fornece a seguinte informação sobre a viagem até Tarma que:

Padecimos en este viaje muchos trabajos y repetidas tragedias, como dexa inferirse de los que quedan ya indicados; y para que el viaje hasta su fin fuese completo, además de las dos Mulas que se nos ahogaron, nos robaron otra el mismo dia en que los arrieros entraron en Tarma (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 125).

Atuaram nas imediações de Tarma durante alguns meses, estendendo o trabalho a regiões vizinhas, como a província de Xauxa. Atravessaram *pueblos* como os de *Mojon*, de *San Lorenzo* e de *Apata*, o que tornou possível uma visita ao *Convento de Santa Rosa de Ocopa* e a observação, ao longo do trajeto, da existência de “[...] *varias Poblaciones antiguas arruynadas y algunas pequeñas Fortalezas de Indios Gentiles*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 142).

Com a chegada de Dombey à Tarma em setembro de 1779, após sua incursão na região das águas termais de Cheuchin, o grupo se reuniu novamente. Com o retorno do francês, houve a adição de três novos gêneros por ele catalogados ao longo de sua viagem solo: *Malesherbes*, *Daubenton* e *Rosiers*.

No decorrer dos meses de outubro e novembro, Ruiz e Dombey realizam deslocamentos no limiar da fronteira entre o *pueblo* de *Huassahuasi* (localizado no extremo da província de Tarma) e as terras de domínio dos “*Indios infieles*”³³.

³³ Segundo Cecilia Méndez, “en última instancia, el límite de la civilización no lo demarcaba la altitud, sino el grado de cristianización de una población. **Los selváticos eran ‘salvajes’ no por estar en la selva, sino por no ser cristianos; de allí el apelativo común de ‘infieles’**. O, como Juan Carlos Estenssoro ha sugerido elocuentemente, **lo opuesto de ‘indio’ no era necesariamente ‘español’, sino cristiano**” (MÉNDEZ, 2011, p. 76) (grifo nosso). Logo, podemos inferir, através da terminologia

Nestas incursões, que se provaram frutíferas, devido à quantidade de novas espécies encontradas (cerca de quarenta, segundo Ruiz), estiveram acompanhados por um alferes de milícia e três peões, encarregados de assegurar a segurança dos botânicos e desenhistas.

Ainda que o estudo de Alvarez Lopez sobre Dombey não adentre nesta questão, Ruiz refere-se em seu diário à realidade que encontraram naquele sítio fronteiriço:

En este corto Pueblo que apenas llegará á quarenta Vecinos se halla un Fuerte con ocho hombres de guarnicion, dos pequeños cañones uno de fierro y outro de Bronce quarenta fusiles nuevos que acaban de remitir para reponer otras tantos que se hallaban ya inservibles. (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 143)

Caminhando por montanhas próximas, a cinco léguas de Huassahuassi, mesmo acompanhados pelo alferes de milícia e por seus criados e peões, foram surpreendidos por sons que lhes causaram estranhamento. Preocupados com a possível presença de indígenas infieis, somente puseram-se tranquilos quando o experiente alferes explicou que tais ruídos provinham de alguns pássaros conhecidos como “almas perdidas” que eram comuns na região:

[...] aseguró que aquel ruído no era de Indios barbaros, como era de presumir por no distar aquel parage mas que seis leguas de Chancamayo donde en la actualidad se hallaban congregados infinitos de aquellos Indios con el fin de impedir el establecimiento del Fuerte y Pueblo que ibamos los Españoles á repoblar en aquella llanura y orillas del Río (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 144-145).

O estado de alerta em que se puseram os integrantes da expedição, ao ouvirem os pássaros, aponta para a tensão constante que caracterizava os seus deslocamentos. Por estarem cientes dos esforços que o Império espanhol fazia para o controle tanto da região, quanto dos indígenas referidos como “bárbaros” ou “infieis”, Ruiz e os demais membros da comitiva adotavam posturas defensivas em relação a tudo que lhes causasse estranhamento.

Ainda assim, o temor em relação aos grupos indígenas hostis não os impediu de realizar certas trocas com aqueles que os acompanhavam, como relata Ruiz ao tratar da utilização de algumas espécies de orquídeas, “[...] *cuyos Bulbos*

adotada pelo botânico, que ele considerava estes indígenas como incivilizados, pois viviam fora das convenções sociais espanholas ou por não estarem submetidos ao monarca.

masticamos y chupamos su xugo para mitigar la sed como lo hacian los Indios que nos acompañaban sin necesidad de baxar al Rio á saciarla por que su gusto era grato sin que se advirtiese en ellos sabor alguno sospechoso” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 145).

Mantiveram os trabalhos nos arredores de Tarma até meados de janeiro de 1780, quando, então, rumaram para Lima. Alcançaram a capital em 23 de janeiro e permaneceram nela até 23 de abril “[...] *remudando los Esqueletos de Plantas, concluyendo de desecar y describir varias del camino y algunas recogidas en las campiñas de Lima*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 148). O relato de Ruiz nos ajuda formar uma ideia do quão laboriosa e metódica era tarefa da qual se ocupavam, que

copié en limpio las descripciones de Tarma; arreglé por clases mis herbarios poniendo el nombre generico y tribal á las plantas; las encaxoné á buen viaje y limpié varios Paquetes de Plantas que havia dexado en Lima y se me habían llenado del Insecto que Linneo llama *Termes fatidicum* [...] (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 148).

Após terem sido tomadas as devidas precauções para a preservação do material orgânico coletado e após a organização sistemática do conteúdo, este deveria ser acondicionado em um lugar adequado no qual estaria protegido. Por esta razão, determinaram que o melhor seria “[...] *dejar los caxones de Esqueletos en la R^l. Sala de Armas para lo qual presentamos Memorial aquel Virrey qⁿ. mandó se nos señalase un sitio aparente para ello*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 148), para que estivesse preservado da ação da natureza e do próprio homem. Para a preparação da viagem à província de *Huánuco*, alugaram um quarto onde passaram a guardar baús, papéis e demais utensílios que seriam utilizados.

Embora tenham realizado a viagem sem significativos contratemplos até a capital da província, *Leon de Huánuco*, Ruiz e Dombey relatam as adversidades que vivenciaram durante os dias em que estiveram trabalhando juntos na região. Alvarez Lopez menciona que “*según Dombey, la estancia en Huánuco fué ingrata para todos; sufrieron grandes diarreas, y Ruiz una fiebre maligna que estuvo a punto de costarle la vida [...]*” (LOPEZ, 1955, p. 46), algo que Ruiz também menciona em seu diário como uma enfermidade que o afastou dos trabalhos por quatro dias (durante os quais esteve acamado). O botânico espanhol não faz, no entanto, menções a um risco de morte:

[...] recogimos varias plantas de las cuales pude describir solamente las siguientes con motivo de haver caido enfermo de una especie de Tabardillo³⁴ segun el parecer del compañero dⁿ. Jose Dombey, quien pronosticó infaustam^{te}. hasta el dia 15 que la calentura cedió mediante una pustula que se presentó á los labios (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 155).

Assim que Ruiz se recuperou, seguiram caminho rumo a Cuchero, localizada a cerca de 26 léguas de Huánuco (conforme Ruiz), onde se depararam com um dos biomas mais diversos que iriam encontrar durante os anos da expedição, que contava com uma grande variedade de animais e plantas, capaz mesmo de elevar os ânimos dos expedicionários. Em carta enviada de *Leon de Huánuco* a Thouin³⁵, em 20 de setembro de 1780, Dombey informa que:

La humedad pudrió toda la carne salada que llevábamos y nos vimos reducidos a no comer sino galleta manchada por una especie de insecto muy abundante (*Blatta occidentalis* L.). La miseria en que nos hallábamos era muy grande; sin embargo, soportábamos con placer nuestras penas a causa de los hermosos descubrimientos que hacíamos. La jornada se nos hacía más corta que un minuto; reinaba entre nosotros los botánicos y nuestros dibujantes una emulación que fué ventajosa para nuestra obra, y sacamos más de cien dibujos iluminados de Cochero (DOMBEY apud LOPEZ, 1955, p. 47)

Após cerca de um mês herborizando em Cuchero, eles são informados por um *cascarillero*³⁶ chamado Salinas de que o *pueblo* estaria cercado por “[...] *mas de tres mil Indios Chunchos ó Barbaros*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 162). A notícia, ainda que pudesse não ser verdadeira, causou reações distintas entre os viajantes/os expedicionários, promovendo uma nova cisão do grupo.

Dombey e Pavon, aqueles que ouviram a notícia diretamente da voz de Salinas (enquanto os demais foram informados por estes dois), ficaram impressionados e temerosos. Convencidos de que não seriam capazes de fazer frente ao ataque indígena que se anunciava, insistiram para que todo o grupo

³⁴ “El tabardillo es una enfermedad infecciosa aguda caracterizada por un ataque repentino de dolor de cabeza, escalofríos, fiebre y dolores generales que, después de algunos días, son seguidos por una erupción en gran parte del cuerpo que normalmente comienza en los hombros y el tronco y se propaga rápidamente a las extremidades, incluyendo el dorso de las manos y la planta de los pies. Cuatro a seis días después de la exposición inicial, la víctima de la enfermedad entra en un período de postración acentuada, gran debilidad y temperaturas altas” (LOVELL, 1988, p. 269).

³⁵ Thouin foi um dos responsáveis pela criação da “*L'école de botanique*”, juntamente com Jussieu. No decorrer da viagem, trocou uma série de cartas com Dombey, sendo seu principal correspondente em território europeu.

³⁶ *Cascarilleros* era a alcunha recebida pelos homens cujo trabalho consistia em localizar, extrair e armazenar a quina.

retornasse a Huánuco. Após discutirem a questão, Dombey e Pavon recolheram os pertences, pegaram armas, algum mantimento e partiram “[...] *á pesar de la obscurid^d. de la noche que era temerosa con la densisima niebla que á la oracion se havia levantado en toda aquella Montaña y de la maleza del camino lleno de sartenejas y lodo y de eminentes precipicios*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 162), deixando para trás Ruiz e os desenhistas Brunete e Galvez em Cuchero, que no dia seguinte, e por precaução, se dirigiam a Chinchao.

Com a chegada de Dombey e Pavon a Huánuco, espalhou-se a notícia de que os demais haviam sido mortos, o que causou certa comoção e fez com que o comandante responsável pela província, don Simon Govea, enviasse o tenente don Francisco Señas para liderar a reação contra os indígenas que supostamente haviam dominado aquele território. Porém, chegando ao *pueblo* vizinho de Chinchao, foi informado sobre o que havia realmente ocorrido e retornou a Huánuco.

O episódio é significativo na trajetória da expedição, pois parece ter motivado um certo distanciamento entre Dombey e Ruiz e explicar a falta de registros sobre o acontecido pelo francês. Alvarez Lopez menciona que

ello parece haber puesto fin a la labor botánica de Dombey en la región de Huánuco y haberla disminuído, si no anulado también durante el resto del tiempo que permaneció en el Perú. Em efecto, según Hamy declara, el *Diario* de Dombey dedicado al Perú, queda interrumpido bruscamente con motivo de la aventura de Cúchero (LOPEZ, 1955, p. 47).

Mesmo após o ocorrido, quando já se encontravam reunidos novamente, o francês parte sozinho para Lima, em busca de recursos, enquanto que os demais seguem herborizando nas imediações de Huánuco. Em março de 1781, se encontraram novamente em Lima, herborizaram em *pueblos* vizinhos durante este mês e entre abril e julho permaneceram em Lima organizando o material que seria enviado à Espanha.

Em julho, todos os botânicos e desenhistas espanhóis partiram para a *Hacienda de Torreblanca*, situada a meia légua do *pueblo* de *Chancay*, deixando Dombey em Lima. Esta separação ocorreu por ordem do Vice-rei, que ordenou “[...] *que en compañía de un Oficial de Marina y de un Piloto pasase al Puerto del Callao donde debian hacer varias observaciones sobre el flujo y refluxo del mar*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 182).

Enquanto Dombey permaneceu em Lima, os demais expedicionários percorreram uma série de *pueblos* nos arredores de *Torreblanca*, fazendo o trabalho de herborização sem empecilhos significativos, o que possibilitou um relato bastante descritivo das plantas encontradas e classificadas.

Ao retornarem para Lima, de posse de um novo herbário, eles começariam os preparativos para uma nova viagem, desta vez voltada ao Vice-reino do Chile. Os motivos que levaram a definir o Chile como o próximo destino da expedição são de difícil identificação, pois as fontes de que dispomos nos trazem informações pouco conclusivas. No diário de Ruiz, no entanto, a viagem é justificada pelo interesse do grupo por aquelas paragens, devido a

[...] noticias que adquirimos de la fertilidad y abundancia de Vegetales y demas Producciones Naturales de aquel Paraiso terrenal como por no poder internarnos en las Montañas del Perú con motivo de hallarse entonces sublevadas varias de sus Provincias y empeñado en coronarse en aquel Reyno Gabriel Tupac-Amaru ó su hermano Diego [...] (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 190).

Já em uma das cartas escritas por Dombey endereçadas a Thouin, encontramos a seguinte informação: “*Recibo una carta de M. Ortega en la cual me dice há recibido órdenes para que se nos traslade a Santa Fé por Quito. De Santa Fé iremos a Cartagena para embarcarnos rumbo a Europa*” (DOMBEY apud LOPEZ, 1955, p. 51). Pode-se, com base nestes dois registros, especular que a iniciativa de mudar os planos partiu dos próprios expedicionários, hipótese que também é levantada por Alvarez Lopez e que se apresenta como bastante plausível devido à inexistência de uma orientação prévia por parte dos superiores. Caso consideremos essa possibilidade de explicação, a ação evidencia uma autonomia do grupo, já que este desfrutou de liberdade para tomar decisões desta magnitude. Afinal, uma incursão com duração de cerca de 3 anos demandava, com certeza, investimento de capital financeiro e humano.

Além disso, é interessante observar que a orientação original se destinava a províncias ao norte da área em que eles se encontravam atuando, enquanto que, com a mudanças de planos, o destino passou a ser ao sul. Como pode ser observado na justificativa de Ruiz, a sublevação de algumas províncias e o clima de iminente confronto com os grupos nativos parecem ter sido fatores importantes no

momento de decidir o destino da viagem. Em dezembro de 1781, no porto de *Callao*, embarcaram no navio *el Belen* com destino ao porto de *Concepcion*.

Sobre a herborização realizada no Chile existem poucos registros, pois boa parte das informações sobre este período se perdeu em um incêndio que ocorreu em *Mácora* e consumiu diários e uma parte significativa do herbário. Do material restante, foram preservadas descrições sobre a organização política do Vice-reino do Chile e sobre alguns grupos indígenas com os quais o Império espanhol buscava manter contato e firmar alianças. Por não contarem com a totalidade de seus próprios registros, é possível que tenham buscado em outras obras informações para preencher as lacunas do novo texto. Isso parece explicar porque encontramos descrições que vêm acompanhadas de referências diretas a obras de terceiros. A existência de tais referências pode ser um indício da influência que tais obras exerceram sobre os integrantes da expedição ou, então, o reconhecimento da autoridade que determinados autores possuíam sobre os temas por eles abordados.

A título de exemplo, em dado momento Ruiz afirma que os indígenas (de uma maneira geral, pois a esta altura do relato não se refere a algum grupo específico),

no observan religion ni culto alguno, sin embargo de reconocer un Ente supremo á quien llaman Pillan y de creer en la inmortalidad del alma. **Vease sobre esto el capítulo V del Sistema del religión y funerales** del Compendio de la Historia civil del Reyno de Chile por el Abate dⁿ. Juan Ignacio Molina traducida en Madrid en 1795 por dⁿ. Nicolás de la Cruz pág. 84 (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 201) (grifo nosso).

Além disso, no momento de chegada dos expedicionários ao Chile, foram recebidos pelo “*Mr^e de Campo de la Concepcion dⁿ. Ambrosio O-Higgins*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 192), que os acompanhou em algumas incursões e garantiu que, no decorrer de sua estadia, estariam acompanhados, na maior parte do tempo, por militares. Sob os auspícios de O-Higgins, puderam ainda observar uma reunião entre caciques e autoridades locais, na qual foram discutidas políticas econômicas e sociais.³⁷

³⁷ Como forma de preservar a melhor relação possível nas fronteiras entre os hispano-criollos e os Mapuche no Vice-reino do Chile, foi estipulado que “[...] *al inicio de la gestión administrativa de cada gobernador [...]*” (LEÓN, 1993, p. 8) se reuniria um parlamento, ainda que, em momentos de crise, ele pudesse ser convocado para reinstaurar a paz. A partir do informado por Leonardo León, podemos concluir que este protocolo trazia benefícios para ambas partes, não só pela possibilidade de negociação entre os envolvidos e, conseqüentemente, a manutenção da paz, mas, também, pelo

Dada a situação de instabilidade em que se encontravam algumas províncias sob controle do império espanhol, parece-nos que a participação (como espectadores) dos membros da expedição nesses encontros pode estar associada à necessidade de demonstração de poder e controle sobre o Vice-reino. Assim, entendemos que essas situações, nas quais as lideranças nativas se reuniam e reconheciam a soberania do monarca, poderiam ser também uma forma de demonstrar a Dombey e, conseqüentemente, à França, que apesar de haverem sublevações em algumas províncias, estas eram rapidamente supressas.

Como já mencionado, sobre o período de herborização no Chile não encontramos muitas informações nos relatos de Ruiz e Dombey. Porém, em uma de suas passagens pela cidade de *Santiago*, o botânico espanhol informa que foi acometido novamente por uma forte enfermidade:

De resultas del viagem y acaloramiento en las herborizaciones me acometió á los pocos días de estar en Santiago una especie de Tabardillo que llaman allí Chavalongo que me tuvo con calentura postrado en cama unos 25 días y otras 25 con un fuerte dolor que se me fixó en el costado derecho y correspondía a las Espaldas sin permitirme varias operaciones corporales como toser, estornudar, bostezar, reir ni hacer trabajo alguno (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 232-233).

Devido à enfermidade que acometia Ruiz e o impedia de atuar naquele momento, o “Sr. Regente” de Santiago solicita que Dombey faça uma breve viagem a Coquimbo, com o objetivo de analisar uma mina de extração de mercúrio. Segundo as ordens do referido superior, na companhia do francês deveriam viajar dois desenhistas que integravam a expedição. Ruiz, no entanto, não concorda com o envio dos dois desenhistas. Assim, em função da interferência do botânico espanhol, Dombey acabou partindo sozinho para Coquimbo³⁸, o que demonstra que, mesmo acamado, Ruiz era quem respondia pela expedição.

Desta pequena incursão feita por Dombey resultam amostras minerais de várias minas e dois barris de mercúrio que foram depositados na Real Aduana para

valor simbólico atrelado à cerimônia, pois “para el gobernador y las autoridades de Santiago, el parlamento constituía una de las pocas oportunidades en que **podían negociar directamente con los caciques**, lonkos, ulmenes y capitanes conas, enterarse de sus demandas y presentar sus propias propuestas. Para los líderes tribales, la reunión era una forma de **reconocimiento de su autoridad como ‘principes naturales’ y del status** privilegiado que gozaban en el seno de la monarquía” (LEÓN, 1993, p. 7) (grifos nossos).

³⁸ “[...] para este viage pretendió llevarse uno de los Dibuxantes el qual no fue por haver pedido yo á dho. Superior un resguardo de la separacion de ambos Individuos la que no se me concedió y partió solo M. Dombey [...]” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 233).

serem remetidos a Lima, sendo que Ruiz relata não ter maiores notícias sobre este “negócio”.

Em junho de 1783 recebem ordens do Superintendente de Lima para que regressassem ao Peru, mas, apesar da determinação, realizam ainda mais algumas herborizações em *Santiago* e em *Valparaiso*, retornando, de fato, ao porto de *Callao* somente em 3 de novembro de 1783. Lá, deveriam de reunir todo o montante produzido em ambos os Vice-reinos e organizar seu retorno à Europa a bordo do navio *San Pedro de Alcantara*. Os preparativos para a viagem, em especial, o acondicionamento e a catalogação dos herbários se estendeu até abril de 1784, quando receberam “[...] *o^{ra} de S. M^d. para que continuasemos n^{ra} Comision por las Montañas de Tarma, Huánuco y Cuchero [...]*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 244) e que Joseph Dombey deveria retornar à Europa, o que se deu, efetivamente, em 14 de abril, quando embarcou no *El Peruano*, rumo a *Cádiz*. Devido às novas orientações, vindas diretamente do monarca espanhol, o grupo precisou se adaptar e se reequipar, pois já haviam vendido boa parte dos utensílios poucos dias antes de receberem a nova ordem. Ainda assim,

en cumplim^{to} de la R^l. o^m embarcamos en el Navio el Sⁿ. Pedro Alcantara 55 Caxones de Esqueletos de Plantas, Minerales de Oro y Plata, Animales, Aves y Pescados desecados, Conchas, Piedras, Tierras y otras curiosas Producciones naturales é instrumentos y trages de los Indios: 800 Dibuxos iluminados con sus propios colores y seis Estufas con 33 Macetas de preciosos Arboles del Perú y Chile [...] (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 245).

Logo no início do mês de maio de 1784, retornam aos trabalhos de herborização nas imediações de Lima, porém Ruiz adocece novamente, registrando sinais de mal-estar em seu diário a partir do dia 14 do mesmo mês, relatando aumento de temperatura corporal e dores de cabeça. No dia 17, quando chegam à capital da província de *Canta*, ele registrou que

[...] nos detuvimos un dia para que descansase el ganado, y ver si yo podia con la quietud sentir algun alivio pero me acometió un vehemente dolor en el costado derecho que no permitia hacer varias acciones naturales como toser. Bostezar, estornudar, reir ni ponerme de algunas posturas (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 245-246).

Seguiram viagem, incluindo no itinerário algumas paradas mais prolongadas, a fim de que Ruiz pudesse repousar. A cada 3 ou 4 dias de repouso, partiam para

outro *pueblo*, até que em 1 de junho chegaram a *Huánuco*, onde o botânico pode recuperar sua saúde por permanecer mais tempo na cidade. Recuperados da viagem, reuniram provisões para três meses de trabalho nas montanhas de *Puzuzo*, localizadas a 45 léguas de *Huánuco*.

No decorrer do trabalho em *Puzuzo*, Ruiz relata que novamente se sentiu “[...] *indispuesto y con tan fuerte tenesmo que apenas podía continuar el viagem al sig^{te}. dia 16 pero fue forzoso el caminar legua y m^a. mas adelante en donde por causa del pasto y del continuo aguacero tuvimos que detenernos [...]*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 248). Ainda assim, o trabalho nas montanhas, realizado até fins de setembro, foi frutífero, pois, como informa Ruiz:

en Puzuzo describi 403 Plantas y corregí como unas 250 de las recogidas en Cuchero, Chinchao y otras partes. Se dibuxaron al pie de 300 y desequé 314. Acopiamos muchas semillas varias especies de Maderas y otras curiosidades naturales (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 249).

Sobre a herborização nas montanhas de *Puzuzo*, cabe mencionar alguns dos desafios que o grupo enfrentou ao dedicar-se a essa atividade. Segundo o botânico espanhol, as matas densas dos bosques pelos quais transitaram, a presença de animais selvagens como ursos, “tigres” e javalis³⁹ e, ainda, o risco de ser esmagado por árvores velhas que tombavam⁴⁰ eram fatores de periculosidade e que aumentavam a sensação de vulnerabilidade entre os expedicionários. Apesar das dificuldades, a expedição prosseguia, sendo que seus membros estavam cada vez mais cientes de que se encontravam envolvidos em um projeto que não esgotaria a tarefa de reconhecimento do mundo natural local⁴¹ pelo qual transitavam.

³⁹ “*El temor de los Tigres Osos Jabalies Gran Bestias y otros Animales q^e. se crian en la fragosidad y espesura de aquellos Bosques [...]*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 249). Sobre essa referência, cabe observar que, muito provavelmente, existissem javalis no território peruano (ainda que não fosse uma espécie nativa, mas trazida da Europa, Ásia ou norte da África), ursos (o urso-de-óculos, também conhecido como urso-andino, como o próprio nome sugere, é nativo da região) e tigres (levando-se em consideração o imaginário dos viajantes, é possível que o encontro com grandes felinos nativos como a onça ou jaguar, tenha gerado uma associação com este outro grande felino conhecido).

⁴⁰ Ainda que o próprio trabalho de herborização em muitos momentos, demandasse a derrubada de árvores para que fosse possível analisá-las corretamente, o corte, quando feito de forma equivocada ou em áreas de vegetação densa, poderia trazer maiores riscos. A queda de uma árvore já dentre outras mais velhas ou de natureza frágil poderia desencadear um efeito-cascata com graves consequências: “*Varias veces nos libramos felizmente de la muerte por la repentina caída de los Arboles viejos [...]* y otras por el sucesivo destrozo que hacian al caer los Arboles que n^{ros} Peones cortaban para poder examinarlos” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 249).

⁴¹ O Peru é reconhecido, pela organização não governamental *Conservation International*, como um dos 17 países “megadiversos”, em função de sua elevada biodiversidade. Segundo a *Comisión*

En 14 de Nov^e de 1784 se nos agregaron de orⁿ del Superintend^{te}. g^{ral} del Perú dos Jovenes uno para que aprendiese la botánica y outro se perfeccionase en el Dibuxo, con el fin de que despues de n^o regreso á España continuasen trabajando y respondiendo á las dudas y preguntas que se les hiziese desde Madrid durante la publicacion de la Flora Peruava. El 20 de este mes principi6 dⁿ. Juan Tafalla á dar leccion de Botánico baxo n^{ra}. Direccion y dⁿ. Francisco Pulgar de dibuxo baxo la de los Dibuxantes (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 262).

A chegada destes dois jovens desenhistas, que se integraram ao grupo, acenava para o atendimento de alguns dos objetivos dessa nova etapa da expedição. Devidamente treinados, eles poderiam dar continuidade ao trabalho já iniciado, qualificando o reconhecimento da região, mantendo, desta forma, os espanhóis informados sobre quaisquer novas descobertas feitas nos Andes. Aparentemente, muito por conta do estabelecimento desta relação que se apresentava promissora, Ruiz e os demais passaram a dar lições de botânica e desenho aos jovens.

Durante todo o mês de janeiro de 1785, Ruiz se vê novamente acamado, em decorrência de uma espécie de *Tabardillo*, doença da qual já havia padecido. Ainda que diga ter se livrado do mal nos primeiros dias de fevereiro, ele menciona ter permanecido ainda por mais de 15 dias com dores nas costas e rins. Em junho, já com Ruiz reestabelecido e com as provisões necessárias reunidas, eles partiram com os novos membros rumo às imediações de *Chinchao*, fixando a base da herborização na *Hacienda de Macora*, onde já se encontrava Pavon na companhia de

[...] dⁿ. Mathias Trabuco, Administrador de dha Hacienda, persuadido por este de que aquel sitio nos era mas ventajoso q^e. Marimarchahua para n^{ros} trabajos y que el podía provehernos de algunos comestibles y darnos algunas luces de aquellos Montes (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 263).

Nas imediações de Macora, após uma tarde de herborização, Pavon regressou à fazenda com uma “[...] *enfermedad cutanea llamada Mayco parecida con el picor á la sarna, pero constituida por unos granos maliciosos algo cristalinos* [...]” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 264) que emergiam das mãos e do

Nacional de Diversidad Biológica e o Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado, ligados ao Ministerio del Ambiente do Peru, o país ocupa algumas posições interessantes neste quesito, sendo o primeiro em espécies de peixes, primeiro em espécies de borboletas, quarto em espécies de anfíbios, quinto em espécies de mamíferos, quinto em espécies de répteis, **oitavo em espécies de plantas com flor**, abrigando em torno **de 10% das orquídeas do mundo**. (grifo nosso)

pescoço. O grupo, então, se vale do conhecimento dos indígenas que os acompanhavam e que atribuíam a origem do mal a uma espécie de “*Schinus*”⁴² conhecido por aquelas paragens como “*Mayco*”. Os indígenas recomendaram uma aplicação de “*Alberjillas*”⁴³ assadas, postas sobre as feridas em temperatura a mais elevada que ele pudesse suportar, durante 8 a 10 dias, durante os quais, se vê praticamente impedido de trabalhar.

No dia 6 de agosto, enquanto buscava novas plantas para catalogar, um peão de *Macora* foi ao encontro de Ruiz no campo, alcançando-o por volta das cinco horas da tarde com a notícia de que a fazenda havia incendiado. O espanhol e seus companheiros correram até o casarão, chegando a tempo de encontrá-lo, ainda, em chamas. Tamanho foi o impacto e o pesar que Ruiz decidiu adentrar a casa com o propósito de salvar algum fruto do trabalho que vinham realizando, mas sem sucesso. Ruiz lamenta que

se consumió en este incendio quanta ropa y equipage havia llevado de Huánuco para mi uso todos los productos naturales recogidos en aquellas Montañas dur^{te}. dos meses, los diarios de tres años y medio, las descripciones botánicas de quatro años entre las cuales se hallaban unas 600 observadas en los años anteriores y ultim^{te}. corregidas y perfeccionadas en Puzuzo [syc] y Quebradas de Chinchao por las mismas Plantas vivas: Las obras de Linneo, Murray, Plumier, Jacquin y otros varios libros asi botánicos como de otras materias diferentes: las Prensas, Papel de desecar, y conservar plantas y de escribir: Seis sillas de montar con frenos, xaquimas, Pellones, y demas aperos correspondientes: dos fusiles, Pistolas y Sables: la mayor parte del equipage del Compañero y la ropa del Agregado, Criados, y Peones, y ultimam^{te}. los comestibles que teniamos para dos meses con los platos de peltre y algunas

⁴² A *Schinus terebinthifolius*, popularmente conhecida como “aroeira-mansa”, é utilizada no tratamento de inflamações e cicatrizações, sendo comprovada cientificamente sua ação antimicrobiana e antioxidante. Dentre suas propriedades medicinais, destaca-se que a aroeira é adstringente, antidiarréica, depurativa, diurética e febrífuga. Existe, no entanto, outra espécie de aroeira, a *Lithraea molleoides*, que é popularmente conhecida como “aroeira-brava” e é famosa por provocar fitodermatoses (dermatoses causadas por plantas). Segundo a crença popular, umas das formas de curar a aroeirite provocada pela aroeira-brava é banhar-se com um decoto de aroeira-mansa (o que faz sentido, observando as propriedades medicinais desta planta, acima citadas). A partir disso, podemos inferir que Ruiz possa ter cometido um equívoco entre as espécies da planta, invertendo suas propriedades e apresentando a *Schinus* como sendo responsável por provocar reações alérgicas. (BORGES; ALVES, 2018); (REIS, 2010, p. 479-489).

⁴³ Nomeada por Ruiz e Pavon como *Valeriana pinnatifida*, esta espécie própria do Peru possui as mesmas propriedades farmacológicas que a *Valeriana officinales*, bastante difundida pela Europa e pela Ásia. Sua aplicação como fármaco se faz a partir do uso dos “[...] rizomas y raíces, como antiespasmódico, calmante, insomnio, taquicardia, epilepsia, aperitivo, sedante, antifatulenta, hipotensor, carminativo, para tratar palpitaciones nerviosas, dolor de cabeza, histeria, ansiedad, neurastenia, fatiga, cólicos, convulsiones, posiblemente vermífugo y en medicina china se utiliza para reumatismo, problemas menstruales, contusiones y resfrios” (RAMÍREZ, 2003, p. 154-155). Logo, seu uso parece demonstrar eficácia ao remediar reações alérgicas como a aroeirite.

piezas de plata que todo se fundió y mezcló por el fuego (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 268).

No dia seguinte ao incêndio, receberam auxílio dos fazendeiros vizinhos, que de pronto levaram mantimentos e se dedicaram ao resgate do que fosse possível retirar das cinzas. No dia 9, partiram rumo a Huánuco, que alcançaram sem problemas após três dias de viagem.

Em setembro de 1785, com o objetivo de justificar o estado em que se encontrava o herbário após o ocorrido em Macora, Ruiz escreveu uma série de cartas destinadas “[...] *al Ministerio de Indias, al Director facultativo dⁿ. Casimiro Ortega, al Superint^e. del Perú dⁿ. Jorge Escobedo y al Encargado de los asuntos botánicos en Lima el R. P. Fran^{co}. Gonzalez Laguna*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 271). Junto com Pavon, solicitou ao Intendente de *Macora* uma “certificação” do incêndio ocorrido, como uma comprovação do comprometimento dos trabalhos que haviam sido realizados até aquele momento.

Ainda que buscasse manter o trabalho de herborização, Ruiz adoece novamente, permanecendo nesta condição do dia 15 de outubro até 4 de novembro, quando apresentou uma melhora, apesar das dores nas laterais do tronco, que o obrigaram a repousar até o dia 14 de novembro, o que o fez apresentar alguma melhora. Mas a 17 de dezembro caiu novamente enfermo, permanecendo assim até 23 de janeiro de 1786, quando foi submetido a um tratamento com “[...] *beneficio de limonadas y de quatro Sangrias logre ponerme y desterrar la calentura y tos seca que me tuvieron en el mayor abatimiento hasta el 22 de Febrero [...]*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 272).

Por considerar que o trabalho na expedição já lhe era demasiado penoso e que as enfermidades recorrentes vinham lhe roubando as forças, Ruiz solicitou seu retorno à Espanha em carta datada de 11 de março de 1786 e endereçada ao Ministro de Índias. Mas, apesar de enfermo, seguiu herborizando, a fim de diminuir as perdas ocasionadas pelo ocorrido em Macora.

Em agosto de 1786, partiram para as *Montañas de Muña*, onde herborizaram até o dia 24 de setembro do mesmo ano, quando rumaram em direção a *Huánuco*. Após cerca de quatro dias de viagem sem maiores contratemplos, a não ser a perda de uma mula de carga que caíra durante a subida de uma montanha, chegaram ao seu destino. De acordo com o diário de Ruiz, durante os meses de outubro, novembro e dezembro, eles se dedicaram a secar e a descrever as plantas

recolhidas no percurso percorrido. Organizaram, também, esqueletos de plantas, sementes e outros materiais biológicos, encaixotando-os e preparando-os para serem remetidos ao *Real Jardín Botánico de Madrid*. Em fins de abril, Ruiz adoeceu novamente, sendo desta vez acometido por uma espécie de “garrotillo”,⁴⁴ que acabou cedendo após a realização de duas sangrias e da aplicação de um sudorífico aplicado por Pavon.

Já o desenhista Brunete, não teve a mesma sorte que Ruiz. No dia 16 de maio, o líder da expedição foi informado de que o desenhista se encontrava enfermo e que pedia sua presença, porém, no dia seguinte, recebeu uma carta que relatava seu falecimento. Mais tarde, alguns homens que haviam acompanhado o desenhista durante sua enfermidade relataram que ele havia apresentado problemas respiratórios que consistiam em pressão no peito e respiração rouca e que, mesmo tendo recebido a visita de um cirurgião, Brunete não resistiu.

De acordo com Ruiz, ele e os demais membros da expedição trataram dos pormenores do velório, realizaram o inventário dos bens e recolheram o que lhes cabia por direito. Durante o resto do mês, dedicaram-se à correção de dados e à organização dos herbários, comunicando a morte do desenhista aos superiores somente no mês de junho. Na continuidade, realizaram, durante alguns dias, a herborização em *Huánuco*, em seguida, no *pueblo de Pillao*, depois em *Chacahuasi*, sendo que nestas duas últimas localidades se extraía – em grandes quantidades - a quina peruana. Segundo o diário de Ruiz, tamanha era a produtividade que “*en el año de 1784 sacaron los 55 Indios de Pillao en solo ocho dias mil arrobas de Quina y si se examina el caudal de todo el Pueblo no hallaremos el valor de cien arrobas*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 300), informação que também aponta para a exploração da força de trabalho desses trabalhadores.

O tempo de permanência nesta região rendeu observações minuciosas sobre a quina peruana, sobre espécies semelhantes e modos de extração, que foram mais tarde organizadas e ajudaram a compor alguns dos trabalhos escritos por Ruiz,

⁴⁴ Atualmente mais conhecida pelo nome de “difteria”, é uma doença infectocontagiosa que pode atacar garganta, nariz e partes do sistema respiratório como os brônquios e a traquéia, provocando inflamações e inchaços que, por vezes, causam sufocamento devido ao bloqueio das vias aéreas. “Los españoles daban el nombre de ‘garrotillo’ a la angina diftérica y al crup [...] a causas del aspecto vultuoso, que tomaba la cara de los enfermos y que lo hacía comparable a la de los sometidos a la pena del ‘garrote’, porque en los que sufrían este castigo, el cordel obraba en toda la circunferencia de la garganta y lo mismo ocurría en la enfermedad en cuestión [...]” (LAVAL, 2006, p. 79).

dentre as quais cabe destacar o tratado “*Quinologia, o tratado del árbol de la quina ó cascarilla*”, publicado em Madrid, em 1792.

Em 12 de outubro de 1787, receberam aviso do superintendente geral *dⁿ. Jorge Escobedo* de que, por ordem do Rei, deveriam regressar a Lima a fim de prepararem o retorno para a Espanha. A notícia foi transmitida da seguinte maneira aos companheiros de expedição:

“[...] como la mas favorable, que segun mi sentir podia darles, considerandola como la redencion y descanso de tan repetidos trabajos fatigas y miserias que sufrimos por aquellas malezas y precipicios, vagando por montes y desiertos, mal alimentados y enteram^{te}. estropeados (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 301).

Ainda assim, mantiveram atividades de herborização até fins de março de 1788, sem registros de contratempos significativos, em *Huánuco, Pillao, Chaucha, Pasco* e em *Lima*. Também em março, iniciaram os preparativos burocráticos para a viagem de retorno.

Em 31 de março, Ruiz, Pavon e Gálvez partem de *Callao* com destino à *Cádiz*, deixando para trás dois membros da expedição, Tafalla e Pulgar, que permaneceram no Vice-reino com a incumbência de prosseguir com os trabalhos de herborização e de reportar suas descobertas aos demais. A viagem de retorno de Ruiz findou com a chegada em *Cádiz*, no dia 12 de outubro. Ao desembarcar, Ruiz sentiu febre, o que o obrigou a permanecer convalescendo na cidade por 10 dias, enquanto os demais rumaram para Madrid, onde Ruiz chegaria somente em 16 de dezembro.

Mas o regresso dos botânicos e do desenhista à Espanha não significava que o trabalho – e o objetivo da própria expedição – havia sido concluído. Era necessário transformar as informações recolhidas durante os últimos 11 anos em conhecimento útil. No próximo tópico, nos ocupamos das contribuições aportadas pela expedição de Ruiz para a Botânica e para a Farmácia, sobretudo, em relação às propriedades e ao potencial comercial das plantas nativas americanas.

2.2. Entre o familiar e o exótico, espécies úteis: correções e adições ao conhecimento farmacológico

Quando os membros da expedição aportaram em Callao, no mês de maio de 1778, levavam consigo - como já mencionado - uma pequena biblioteca, para fins práticos, e, ainda, um texto redigido pelo então primeiro catedrático *Real Jardín Botánico de Madrid*, Casimiro Gómez Ortega. O texto de Ortega, que permanece preservado no *Archivo del Real Jardín Botánico*, recebeu o título autoexplicativo de *Ynstrucción a que deberán arreglarse los sujetos destinados por S.M. para pasar à la America Meridional en compañía del Medico D.n Josef Dombey a fin de reconocer las plantas y yerbas y de hacer observaciones Botánicas en aquellos Paises*. Nele, ficam claros alguns dos interesses que moviam a expedição, pois seu autor recomenda que

independientemente de las remesas de plantas vivas y semillas recientes, formarán una coleccion de semillas y frutos secos, de gomas, resinas, balsamos y demás productos o partes de las plantas que tuvieren algun uso o merecieren tenerle; no solo con el fin de suplir lo que faltase en el Gavinete de Historia Natural, sino también en los Archivos de semillas, que se han dispuesto de or.n de S.M. en el Real Jardín Botánico y sirven de escuela de Botánica y de materia médica en el Invierno (ORTEGA apud GUILLÉN; SANTOS, 2017, p. 162-163).

Ou seja, o recolhimento e o envio de material biológico vivo atendiam a uma demanda específica por formação de um acervo para estudos mais avançados e a longo prazo, como também intencionava o plantio e a adaptação das plantas consideradas úteis ao solo espanhol, visando à exploração de suas propriedades farmacológicas (quando existentes) nas boticas espanholas. Para além destes interesses, havia ainda a intenção de corrigir possíveis equívocos feitos por terceiros no momento de classificação das espécies, pela inobservância das mesmas em seu habitat natural, onde apresentavam sua composição original e mantinham suas propriedades inalteradas por processos de aclimação.

Estas correções seriam feitas colocando em xeque as descrições e classificações já existentes das espécies encontradas durante a viagem, através da consulta ao sistema linneano. Segundo Margarita Eva Rodríguez, a expedição aos reinos do Peru e do Chile foi sempre orientada “[...] *por esta voluntad de ‘descubrir’ especies vegetales nuevas, de acuerdo al Systema Naturae de Linneo, o clasificar*

adecuadamente otras, ya conocidas, pero no identificadas con las reglas taxonómicas ideadas por el científico sueco” (RODRÍGUEZ, 2015, p. 153). Ainda assim, é possível notar nas descrições realizadas por Ruiz e pelos demais membros da expedição, que há muitas referências aos nomes nativos das plantas observadas, pois

a pesar de la preocupación por el empleo de la nomenclatura de Linneo, la denominación local era la que permitía el acceso al conocimiento indígena de la naturaleza; al saber que posibilitaba a los naturalistas europeos conocer la utilidad de las plantas para la medicina, la agricultura, la industria o el comercio (RODRÍGUEZ, 2015, p. 165).

Importante observar que o trabalho destes naturalistas se diferencia daquele realizado pelos primeiros colonizadores europeus, “[...] *que no buscaron homogenizar los nombres de las plantas, sino, al contrario, mantener los que en cada región le otorgan los indígenas porque proporcionaban la información necesaria para sobrevivir en el medio [...]*” (RODRÍGUEZ, 2015, p. 168). Ruiz e os demais expedicionários, já movidos e orientados por outros interesses, puderam se utilizar da taxonomia linneana como ferramenta para que suas descrições e futuras produções atingissem um maior número de leitores, conferindo-lhes legitimidade⁴⁵.

Como mencionado anteriormente, a tarefa de nomeação e catalogação realizada pelos expedicionários seguia as orientações do sistema binominal proposto por Carl von Linné, porém, este interesse na expansão do alcance do trabalho ainda respondia a uma necessidade prática em prol da exploração da natureza. Por conta disso, ainda que as espécies encontradas recebessem binomes em latim, conforme ditava o sistema, estes eram acompanhados pelo nome popular, ou “vulgar” (sinalizados no diário pela abreviação “V.”), pelo qual estas plantas eram conhecidas na região.

Como forma de melhor descrever e ilustrar as características que haviam observado in loco para outros estudiosos da Botânica, os expedicionários dedicaram particular atenção não apenas ao recolhimento e armazenamento das espécies, mas, também, às representações iconográficas das mesmas. Os desenhos

⁴⁵ Graças ao alcance possibilitado pelo uso do sistema linneano, que em fins do século XVIII se universaliza entre os científicos de diversas nacionalidades, é importante considerar que “[...] *el conocimiento no és solo un medio para acceder al mundo y hacerlo útil para el hombre, sino un poderoso mecanismo de reconocimiento y de distinción social para sus portavoces*” (NIETO, 2010, p. 100).

realizados pelos profissionais que acompanharam os botânicos durante a viagem, por vezes

[...] representaron en una misma imagen varias fases del crecimiento, acompañadas generalmente de notas explicativas. Era ésta una forma de poder “transportar” a otros espacios aquellas características que sólo podían apreciarse con la observación, continuada en el tiempo, de las plantas vivas [...] (RODRÍGUEZ, 2015, p. 155).

Assim, poderiam ser representadas diversas etapas do desenvolvimento das plantas, como a formação das flores e dos frutos, elementos essenciais no sistema reprodutor das plantas e fundamentais para a nomenclatura através do sistema linneano. É preciso, contudo, ressaltar que a herborização, à qual se dedicaram os expedicionários, estava direcionada pelo utilitarismo, pois havia uma busca incessante por características de valor econômico e/ou farmacológico nas plantas observadas. Em razão disso, as descrições botânicas, visando a um melhor aproveitamento comercial das plantas e ao atendimento das demandas do mercado farmacológico, estavam alinhadas ao pensamento, às teorias e à lógica vigentes, como se pode constatar também na presença da teoria humoral,⁴⁶ uma vez que determinadas plantas têm suas virtudes medicinais descritas a partir de seus pressupostos.

Nas páginas do diário de Hipólito Ruiz e, mais tarde, de suas obras publicadas encontramos descrições que exaltam os valores purgativo, vomitivo, diurético e/ou sudorífico (entre outros) das espécies encontradas, em consonância com a teoria médica mencionada. Interessante notar que, comumente, estas e outras virtudes são mencionadas pelo uso que os indígenas ou os “*naturales*” faziam das plantas, como no caso da *Lobelia decurrens*, de nome comum “*Contoya*”: “*Los Indios usan para purgarse de la infusion y cocimiento de este drastico, y quando quieren detener los cursos beben en agua fria*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 117). De uso similar, as espécies *Sisyrinchium luteum* e

⁴⁶ Segundo esta teoria, existem quatro fluidos no interior do corpo humano, chamados humores. De acordo com ela, “[...] a saúde está relacionada ao equilíbrio dos humores corporais, ou seja, que eles estejam nas quantidades certas e nos lugares corretos e que a doença é decorrente do excesso, falta ou acúmulo de humores em lugares errados [...]” (MARTINS; SILVA; MUTARELLI, 2008, p. 10). Ainda que sua origem remonte à Antiguidade graças ao registro e notoriedade das publicações de Hipócrates (*Corpus Hippocraticum* ou *Coleção Hipocrática*) e, mais tarde, de Galeno (concebida ainda na Antiguidade), essa teoria manteve fortes adeptos até o século XVIII, caindo em desuso no XIX. Em função da natureza híbrida encontrada na obra de Galeno, que se serviu, em grande medida, da obra de Hipócrates, essa teoria é comumente conhecida como hipocrático-galênica.

purgans (conhecidas pelos nativos como “*Ossa purga*” ou “*Paja purgante*”) ganham destaque “*por la virtud de sus raizes usadas entre los Indios por uno de los mejores y mas activos purgantes, detienense las evacuaciones con solo beber agua fria*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 137); a espécie *Ipomoea subtrilobata* (conhecida como “*Papiru*”) cuja “[...] *raiz turmosa se usa como purgante fuerte*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 133); a *Cassia tora* (chamada “*Cañafistula cimarrona*”) que “[...] *de la pulpa que se halla en las vaynas usan los Naturales para purgarse, como tambien de la infusion de las hojas frescas, desde media onza hasta una*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 184); e a *Coccoloba nitida y volubilis* (de nome “*Muyaca*”) que “[...] *usan de la infusion como superior diuretico en el mal de orina*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 134).

Sobre esta presença impessoal do indígena nas descrições dos usos e virtudes das espécies da flora americana, Mauricio Nieto Olarte afirma que “*su contacto [dos europeus] con la naturaleza estuvo, casi siempre, mediado por las costumbres de otros, por los usos, clasificaciones, denominaciones y concepciones de la naturaleza propias de los pueblos americanos*” (NIETO, 2010, p. 97). De fato, deve-se considerar que, no curto período em que os expedicionários fixavam acampamento em cada região explorada, não eram capazes de examinar os ciclos de cada planta em sua totalidade, não podendo acompanhá-las desde o florescimento dos primeiros botões até a formação dos frutos, e, ainda, realizar o corte das espécies para a análise de sua madeira e seiva.

Mesmo que o contato dos expedicionários com o mundo natural ao seu redor tenha sido mediado por aqueles que lá viviam e que já possuíam tradições médicas e botânicas, conhecimentos geográficos, saberes sobre “[...] *animales, productos naturales útiles, y en general los saberes locales sobre la naturaleza americana*” (NIETO, 2010, p. 97), eles buscaram acessar e apropriar-se das informações que receberam através da sua própria leitura de mundo. Portanto, quando encontramos passagens do diário nas quais Ruiz menciona, por exemplo, que um indígena utilizava determinada planta para purgar determinado tipo de humor, não necessariamente o indivíduo em questão o fazia com o mesmo sentido e expectativa que o europeu:

Buddleja incana V. Quisoar, Quishuara y Colle; cuyos troncos destinan para Edificios y Arados por su fortaleza y duracion y por la particularidad de no apolillarse. **Los Indios usan del cocimiento de**

los cogollos para purgar los humores viscosos y frios; y de los cogollos machacados con orines y reogados al fuego forman una cataplasma p^a. quitar el dolor de muelas aplicandola interior y exteriorm^{te}. (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 130-131)

Garadoquia canescens V. Socconche, Suyumpai y Chinchi; hacen uso de la infusión y cocim^{to}. de esta fragante planta no solo en Tarma sino tambien en Lima y en otras partes, **contra las melancolías** en los dolores de costado y laxitudes de nervios para las cuales la cuezan en vino ó aguardiente con agua [...] (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 131)

Linum confertum V. Merulanguen: la infusion y cozimiento de esta planta tiene mucho uso contra los afectos del pecho y contra las toses y catarros; machacada y mezclada con vino y aplicada en forma de cataplasma **resuelve los tumores frios y encordios.** (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 217) (grifos nossos)

Nestas descrições sobre algumas plantas utilizadas no cotidiano dos nativos americanos podemos observar o quanto Ruiz e seus companheiros estiveram alinhados com as teorias vigentes na Europa. De fato, não há uma contraposição significativa em relação àquilo que se observa, mas uma reinterpretação das razões pelas quais os indivíduos empregavam determinadas práticas.

Por vezes, o autor do relato chega mesmo a subverter razões de nomenclatura popular tendo por base a observação que faz da espécie: “*Byttneria cordata* V. *Yerba de la Araña: los naturales la crén por específico contra las picaduras de las Arañas, y yo sospecho que el n^o. de Yerba de la Araña le viene de la figura de sus flores y no de la virtur como sugieren algunos*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 111). Mas na grande maioria dos casos, o botânico espanhol mantém o nome popular da planta, acrescentando em seguida o motivo pelo qual recebe este nome, sem necessariamente concordar ou discordar do que expõe, se limitando à simples narrativa daquilo que tomou conhecimento: “*Asclepias hastata* V. *Amarra Indios por ser su Tallo largísimo y ramoso y servir para atar varias cosas*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 116); “*Torresia utriculata* V. *Ratonera, por servir de alimento sus raizillas turmosas, tiernas, transparentes y del tamaño de pequeños aljofares á los muchos ratones que acuden é los lugares donde se crian estas plantas*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 211);

Verticillaria balsamifera V. Aceyte de Maria: Árbol vistoso por la disposicion de sus ramas en rodajuelas y subido color verde de sus hojas y ramos: **destila una Resina verdosa que llaman aquellos Indios Balsamo y Aceyte de Maria**, la qual recogen en t^{po}. de

aguas con abundancia (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 255-256) (grifo nosso).

[...] *Calamus hamatus* V. *Cacharpurin*, *Palma trepadora*, que se extiende muchas varas agarrandose con los agujones, y por esto la han dado el nombre de *Cacharpurin* que significa *Correo andador* [...]” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 257); “*Vermifuga corymbosa* V. *Matagusanos*, *Contrahierba* y *Chinapayá* por tierra del Cuzco: machacada con sal y manteca mata con mas energia que aplicada por sí sola las gusaneras de las Bestias” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 275).

Ademais, podemos observar ainda que, quando possível, há a preservação de nomes que a planta recebeu nas línguas nativas, acompanhado, geralmente, de uma tradução mais literal da palavra, que tende a reafirmar a virtude que a ela é atribuída.

É preciso, no entanto, considerar que várias regiões da América, devido à distância em relação à Europa e aos altos custos de importação, tinham dificultado o acesso a certos produtos e medicamentos. Dito isso, não deve causar estranheza as menções que Ruiz faz sobre como os habitantes de determinadas províncias só poderiam recorrer ao mundo natural e ao conhecimento empírico acumulado por gerações para lidar com as enfermidades: “*Las enfermedades se curan en los Pueblos de esta Prov^a. con medicamentos que llevan de Lima, pero aquellas gentes que no pueden sufragar los gastos, usan de Yervas administradas por si mismos*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 101); “*Los medicamentos que usan son por lo común Yervas administradas segun su capacidad y experiencias q^e. han adq^{do}. unos de otros*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 114). De relatos como estes, podemos extrair, ainda, certa depreciação deste conhecimento empírico, visto que o autor sugere que a utilização de ervas locais se dava unicamente pela ausência de outro recurso de eficácia “comprovada” e alinhado com o pensamento europeu, e que, preferencialmente, fosse mediado pelos agentes do Império.

Así, los agentes de la prosperidad del reino debían ser los miembros de la comunidad de ilustrados que con sus conocimientos e instrumentos, con sus mediciones precisas y su ‘celo patriótico’ debían llevar ‘la luz’ a un ambiente ‘hostil para la ciencia’, a unos países abandonados de los sabios y desconocidos de la Europa (OLARTE, 2010, p. 104).

Como bem destacado por Olarte, trata-se de um processo de construção da autoridade científica e política destes homens ditos “ilustrados”, que só é possível

através da definição de seus interlocutores como sendo “[...] *aquellos que carecen de las luces suficientes para hablar con propiedad sobre la naturaleza o la sociedad*” (NIETO, 2010, p. 101). Assim, não é incomum que Ruiz se valha dos saberes que ouvia para avançar em seu trabalho, ainda que, de maneira aparentemente contraditória, critique e inferiorize aqueles que recorrem somente a estes saberes para sobreviver. Em sintonia com o proposto por Olarte, entendemos que tal contradição efetivamente não existe, pois trata-se de uma estratégia narrativa utilizada pelo autor com a intenção de conferir autoridade ao seu próprio discurso. Consideramos, ainda, que na perspectiva do botânico, este saber nativo carecia de um “refinamento” para tornar-se conhecimento como aquele produzido pelos homens de ciência europeus.

As práticas e saberes locais, portanto, deveriam submeter-se às explicações e teorias europeias numa relação nitidamente hierárquica. Em caso de inadequação aos pressupostos europeus, a utilização das mesmas tendia a ser descartada e diminuída. Por vezes, a intenção de realizar maiores estudos sobre alguma espécie, também fez com que o autor buscasse alternativas, como a de sugerir que determinadas espécies provavelmente seriam úteis à farmacologia, devido às suas semelhanças com outras já conhecidas, cujos usos e virtudes estivessem já consagrados e difundidos pela produção científica.

Gomortega nitida V. Queule. Es el árbol mas elevado, frondoso y vistoso, que despues del Pino Chileno se halla en Chile, [...] Sus Hojas tienen un sabor acido-adstringente, se pegan á los dientes quando se mastican por la mucha resina de que participan; estregados entre los dedos exhalan un olor algo parecido al del romero y al Espiritu de Trementina, por lo que **pueden tener un grande uso en la medicina** para corroborar y confortar (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 206-207).

Pavonia sempervirens V. Laurel de Chile. Es árbol elevado, frondoso y vistoso se halla verde todo el año; su madera [...] es fragante como la del Sasafras; [...] Em Chile se usan sus hojas en lugar de las del laurel ó *Laurus nobilis* para aderezos de escabeche y otros guisos; **puede tener excelente uso en la medicina por la fragancia y virtud** corroborante de sus hojas y madera cuyos baños calientes fortifican los nervios y sirven en la paralisis, espasmos y convulsiones, y bebida á todo pasto la infusion de las hojas alivia los dolores reumaticos (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 211-212) (grifos nossos).

Constata-se que as especulações e/ou percepções do botânico podiam encontrar respaldo em características diversas apresentadas pelas plantas, tais

como o sabor e o aroma das folhas, ou a textura da resina que elas continham. Estas características eram tidas por Ruiz como um indicativo de suas virtudes, ou mesmo, como uma manifestação física delas.

Nas situações em que duas ou mais informações eram discordantes, Ruiz mantinha ambas em seu diário, de forma a reforçar ou assinalar a dubiedade em relação ao registro, aspecto pode ser observado no registro que Ruiz faz da planta de nome “*Vexuco de la Estrella*”, no qual informa que:

Los Indios Cholones usan de esta raíz para curarse los **dolores reumaticos y venereos** tomando el cozimio de ella por la noche; y **aseguran no solo los Indios, sino tambien los Padres Misioneros** [...] Para lo que **yo he aplicado ésta raíz en el Perú** por noticia del **P. M^{ro} Fran^{co} Gonzalez Laguna** ha sido para **mitigar el dolor de muelas**. Es de presumir q^e. esta Raiz tenga con el tiempo grande uso en la medic^{na}. por que su olor y sabor **indican virtudes excelentes y aplicaciones diversas** (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 260) (grifo nosso)

Também encontramos referências mais plurais sobre a natureza dos informantes de Ruiz, quando ele faz menção à *Schinus Molle*, de nome popular “*Molle*”:

Dicese q^e. **los Inqas** le llamaban Árbol de la Vida por sus propiedades y usos. [...] **En el Perú estan persuadidas hasta las personas de mayor ilustracion**, que el fruto de este Árbol es la verdadera Pimienta de Levante y que por no saberla dar el beneficio no tiene la estimacion que ésta (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 275). (grifo nosso)

Nas páginas do Diário de Ruiz também encontramos registradas situações em que ele se propôs a verificar certas informações que não pôde, por várias razões, averiguar pessoalmente. Acreditamos que essas menções tenham decorrido do estranhamento que essas informações possam ter provocado ou por terem atiçado sua curiosidade, pois, apesar de não ter podido certificar-se sobre sua veracidade, transpôs para o papel o que havia chegado aos seus ouvidos, com o devido cuidado de ressaltar que se tratavam de relatos de terceiros:

Datura sanguinea Vulgo Floripondio encarnado y Puca-campanilla, Árbol de hermosa vista por la abundancia de sus grandiosas y encarnadas flores, sus hojas poseén virtud emoliente y anodina y sus semillas entorpecen y son dementantes y aun **refieren los naturales que algunas personas han enloquecido con solo echarse á dormir debaxo la sombra de estos árboles**” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 133). (grifo nosso)

*“Apium graveolens V. Panul y Apio silvestre; los naturales comen sus hojas crudas p^a. **contener los fluxos de sangre que sale del pecho, como ellos dicen, y curar esta enfermedad**”* (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 217) (grifo nosso).

Com vistas à uma utilização mais prática, flores e madeiras recebiam certa atenção dos membros da expedição, quando constatada a capacidade que tinham de colorir papéis, vestes e algodão com cores como o amarelo, o vermelho, o aranja e o verde: “[...] *describí el Berberis lutea V. Ccarhuascassa esto es Espino amarillo, con cuya madera tiñen las Indias las bayetas y algodones de un colo amarillo, hermoso y permanente [...]*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 306).

Durante uma passagem por Tarma, capital da província homônima, os expedicionários chegaram a indagar a algumas mulheres que se dedicavam ao tingimento de tecidos qual era o processo que utilizavam. Dessa consulta, resultou o relato sobre os procedimentos necessários para alcançar cada tonalidade:

Color de Aromo. Toman quatro onzas de *Pahuan* especie de Bidens (foliis nasturii) cuezenlas en diez y seis libras de color amarillo arriba dicho y sale la lana de un color de Aromo hermoso.

Color Naranjado. Toman quatro onzas de *Pahuan* se cuezen en seis quartillos de agua hasta extraher bien la tintura y despues menten la lana ya enxebada en agua de Alumbre y la hacen cocer hasta que toma el color de Naranja.

Color verde. Toman palos de *Chilca macho* especie de Eupatorium y se cuezen en Agua comun con Añil y Orines y haviendo tomado el color verde meten la lana á cozer hasta que toma el color verde (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 150).

Ainda que o maior destaque, ao longo dos onze anos de expedição, tenha sido dado às descrições das espécies com propriedades medicinais, aquelas cuja notoriedade estava em suas diversas utilidades não foram esquecidas: frutas e verduras, flores perfumadas ou de cores vivas, madeiras duras, flexíveis ou resistentes a intempéries, qualificadas como pasto para o gado, etc. Tudo que pudesse servir ao homem direta ou indiretamente, os integrantes da comitiva encarregada da expedição procuraram registrar e catalogar. Esta visão utilitarista do mundo natural perpassa os registros feitos e se adequa às demandas das instituições às quais eles se encontravam vinculados e às quais serviam. De acordo com Francismar Alex Lopes de Carvalho (2005), os relatos de viagem estão sujeitos aos condicionamentos da percepção de uma experiência, aos condicionamentos de resposta às expectativas do poder e ao fato de serem passíveis de serem

enpregados na afirmação de projetos expansionistas/imperialistas e de identidades nacionais.

No próximo capítulo, apresentamos o contexto europeu do final do século XVIII, destacando os efeitos da Ilustração nas Ciências praticadas na Espanha, a fim de reconstituir não apenas as motivações para as expedições realizadas aos territórios coloniais, mas, também, para a criação do *Real Jardín Botánico de Madrid*, instituição que deveria servir à monarquia e projetar o Império espanhol no cenário internacional.

3. A CIÊNCIA NA ESPANHA DA ILUSTRAÇÃO – INSTITUIÇÕES E AGENTES A SERVIÇO DO IMPÉRIO.

La Ilustración efectúa una sobrevaloración del método de conocimiento de las ciencias naturales. En este caso, resulta viable sostener que el Siglo de las Luces es el “Siglo de la ciencia natural”, pues durante él la ciencia sale del círculo de las academias y se convierte en una de las preocupaciones más hondas de toda la cultura.

Alberto Saladino García

Se, no capítulo anterior, apresentamos a “*Real Expedición al Virreinato del Perú y Chile*”, neste, iremos nos deter nas condições intelectuais, políticas e econômicas que a tornaram possível, assim como nas expectativas da monarquia espanhola em relação à essa expedição.

Sendo assim, tratamos, primeiramente, da gênese – na Espanha – de um campo científico que ensaiava uma projeção internacional, e, também, das ideias e concepções que impulsionaram sua formação. O pensamento ilustrado na Europa foi responsável por uma grande mudança cultural no continente, ao mesmo tempo em que estendeu influências aos impérios ultramarinos que surgiram durante o século XVI, através das relações que as metrópoles mantinham com suas colônias. Este movimento redefiniu não somente o pensamento filosófico, mas, também, a forma como o homem enxergava a realidade, implicando em uma maneira muito mais “[...] *optimista, utilitária, antropocêntrica, con un acentuado énfasis en la razón y las ciencias como medios para lograr la felicidad y perfectibilidad de la humanidad* [...]” (SALADINO-GARCÍA, 1990, p. 22), do que a experimentada até então. Concepção que dialogava, em grande medida, com os interesses de uma burguesia⁴⁷ emergente que, através da razão, buscava justificativas para compreender e estabelecer a posição que ocupava dentro da sociedade, ao mesmo tempo em que questionava os poderes políticos e religiosos em voga.

Considerando que a Espanha controlava um vasto império ultramarino, composto por colônias que possuíam riquezas naturais ainda não totalmente exploradas e que se configuravam como potencial mercado consumidor de produtos

⁴⁷ Tal classe emergente destacou-se, principalmente, em territórios que hoje correspondem aos da Itália, a Alemanha, a França e a Inglaterra, devido ao crescimento econômico experimentado desde o advento do sistema mercantilista. Por esta razão, podemos notar uma maior difusão do pensamento ilustrado nestes territórios, tornando-os referência no tocante à propagação destas ideias. (SALADINO-GARCÍA, 1990, p. 15-36)

manufaturados, outras nações europeias, como Itália, França, Alemanha e Inglaterra, manifestaram forte interesse comercial nestas regiões. Segundo Mauricio Nieto, ainda que o governo espanhol tenha buscado sustentar o monopólio das relações comerciais com suas colônias, o fato é que não foi capaz de abastecer os mercados nacional e colonial com produtos manufaturados. Por conta disso, a prática de tráfico e contrabando de produtos estrangeiros era tamanha, que

En la primera mitad del siglo XVIII el comercio entre España y sus colonias estaba dominado por extranjeros y las ganancias iban a parar a la Inglaterra o a Francia. A finales del siglo XVII solamente un octavo de los productos embarcados hacia América era de origen español. Además, pequeñas industrias artesanales empezaron a desarrollarse en las colonias en contra de las políticas de la corona. (NIETO, 1995, p. 6)

Observando o cenário das relações comerciais internacionais, a realidade social espanhola, caracterizada pelo crescimento de uma classe social cada vez mais interessada em tomar suas próprias decisões (guiadas, cada vez mais, pela racionalidade) e pelo fortalecimento de ideias ilustradas, parece-nos justificado o esforço por parte da dinastia detentora do poder de encontrar estratégias que assegurassem sua posição privilegiada. Assim, sob a roupagem de “déspotas esclarecidos”, e propondo uma série de mudanças no âmbito social, foram capazes de preservar o sistema monárquico e as estruturas sociais tão favoráveis às classes dominantes.

Estava, portanto, instaurado um regime baseado em certa ambiguidade. Afinal, o absolutismo vestia-se de acordo com a ocasião e se mantinha firme ainda que houvessem avanços da Ilustração e do racionalismo, que, evidentemente, acabariam questionando o regime. Além da situação delicada em que se encontrava o sistema monárquico, tendo de se adaptar com sensibilidade às mudanças de mentalidade da época, os membros da casa Bourbon se depararam com outros empecilhos significativos ao assumir o trono. Entre os anos de 1701 e 1714, após a morte de Carlos II, Felipe V de Espanha foi levado ao trono, porém seu parentesco com Luís XIV da França gerou a insatisfação de outras nações, que temiam uma união entre Espanha e França. Por conta disso, a Espanha viu-se envolvida em um conflito que teve início a partir das hostilidades de Leopoldo I, da Áustria, e que ficou conhecido como a Guerra de Sucessão. O resultado desta guerra sem vencedores, foi que os Bourbon assumiram o trono de uma nação que se encontrava bastante

debilitada em vários sentidos, o que impedia a formação de uma base sólida de apoio social ao governo. Logo, a instabilidade era uma realidade, pois havia um risco muito grande de as estruturas ruírem a partir da insatisfação popular e da falta de apoio das classes menos favorecidas. Uma medida adotada para contornar esta situação foi a reforma das instituições militares, pois acreditava-se que assegurariam a governabilidade do monarca.

A fim de sanar a deficiência profissional e estrutural das forças militares, o Estado criou, no decorrer do século XVII, academias-escola, visando justamente à formação de quadros intermediários. Já em meados do século, tais espaços de formação se tornaram responsáveis por “[...] *alguno de los procesos más importantes de modernización de la cultura científica española*” (LAFUENTE, et al., 1996, p. 966). Alguns autores consideram plausível falar em um processo de “militarização da ciência espanhola” (LAFUENTE; PESET, 1989, p. 31-42), pois nestas primeiras medidas adotadas pelo então monarca Felipe V, “seja através do exército ou da marinha, é quase sempre através do incentivo militar – seja ele direto ou não – que novas instituições e pautas se desenvolvem” (SILVEIRA, 2015, p. 49).

De fato, a formação oferecida nestas academias-escola pouco se relacionava com o avanço científico nas áreas ligadas às ciências naturais, aproximando-se muito mais das ciências exatas, tais como a física e a matemática, direcionando-se para projetos de construção naval, de fortificação de praças, de pilotagem náutica ou de cartografia e hidrografia (LAFUENTE, et al., 1996, p. 966).

No tocante à Medicina, ao longo do século XVII, a Espanha experimentou avanços nos estudos de anatomia, através do *Hospital General de Madrid*, vivenciou a reestruturação do *Tribunal del Protomedicato*⁴⁸ e a criação de instituições que se propunham a dialogar com as teorias médicas modernas⁴⁹, como o *Colegio de Cirugía de Cádiz* (1748) e a *Academia Médico-Matritense*⁵⁰.

⁴⁸ O *Protomedicato* foi uma instituição que regulamentava o exercício de profissões da área da saúde como médicos e cirurgiões, ao mesmo tempo em que geria questões de saúde pública.

⁴⁹ Segundo o *Diccionario de Conceptos Históricos*, escrito e organizado por Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, o conceito de modernidade no pensamento ocidental refere-se a um processo de crescente racionalização da política, da economia e da cultura, que teve a Ilustração como principal movimento (SILVA; SILVA, 2009, p. 297-301). Já Jorge Cañizares-Esguerra discute a polissemia do conceito, tratando dele através dos tempos e espaços. Conforme o referido autor, a origem da palavra remonta ao latim, representando um antagonismo entre aquilo que é atual e aquilo que o precede, razão pela qual foi largamente utilizada durante a chamada Idade Média. Mais tarde, durante a ascensão do movimento renascentista, chegou a receber uma conotação negativa em obras como a de Dante, ainda que em outras esferas tenha mantido o tom de superioridade em relação ao passado. Com o passar dos séculos, entretanto, fortaleceu-se a ideia de “moderno” como

Estas iniciativas da monarquia parecem ser uma evidência concreta da preocupação de um Estado que experimentava as consequências de um período pós-guerra, e que se empenhava na qualificação de instituições e agentes – que assegurassem tanto a defesa do território, quanto a saúde dos súditos.

Evento importante para a comunidade científica espanhola neste século foi a criação, em 1625, do “*Reales Estudios del Colegio Imperial de Madrid*” (SALADINO-GARCÍA, 1990, p. 31), sob o amparo da Companhia de Jesus, embora esse período também tenha sido marcado pela existência das “*tertúlias*”⁵¹ e de investimentos no campo militar. O primeiro investimento do Estado espanhol voltado para a modernização da área da saúde e dos saberes médicos se deu a partir da “*Veneranda Tertulia Hispalense*”, uma *tertúlia* que se reunia em Sevilha, em torno do médico Juan Muñoz y Peralta, desde 1697. Tal grupo, formado majoritariamente por médicos, recebeu reconhecimento como “sociedade científica” e incentivos do monarca Carlos II, a partir das “*Constituciones*” de maio de 1700 e, quatro meses mais tarde, durante o governo de Felipe V, recebeu a “*Primera Cédula Real*”, passando a chamar-se “*Regia Sociedad de Medicina y demás Ciencias de Sevilla*”.

Já na segunda metade do século XVIII, as prioridades mudam um pouco. Durante o reinado de Fernando VI, foram criados o *Observatório de Marina de Cádiz* (1753) e o *Jardín Botánico de Madrid* (1755). Estas duas instituições surgiram em decorrência da necessidade de se promover a formação de marinheiros e boticários com capacidade técnica em Cádiz e em Madrid, respectivamente, demonstrando, assim, uma ainda maior adesão do Estado à modernidade. A produção e a circulação cada vez mais significativa de conhecimentos científicos e técnicos reconhecidos internacionalmente, acabou fazendo com que o monarca demandasse ser visto como patrono das ciências, pois esta imagem poderia contribuir para justificar a manutenção do poder nas mãos de um déspota. Inserida neste mesmo esforço, houve a criação em 1770, através de uma Real Cédula, da *Academia de*

representativo de uma ruptura com o passado, marcada pelo sentimento de progresso (CAÑIZARES-ESGUERRA et al, 2017, p. 13-46). Ressaltamos que, ao longo desta dissertação, utilizaremos o termo para descrever esta característica tão própria do período compreendido entre os séculos XV a XVIII, que é a crescente racionalização da política, economia e cultura, além do processo de secularização da ciência. Logo, tomaremos por “moderno” e suas respectivas variantes, ideias e práticas que expressam este ideal de superação em relação ao passado, com respaldo na racionalidade e que encontrou na Ilustração, uma base forte de afirmação.

⁵⁰ A *Academia Médico-Matritense* surgiu em meados do século XVIII, sendo formalizada em 1734. Somente em 1861 adquire o nome de *Real Academia Médico-Matritense*.

⁵¹ As *tertúlias* eram reuniões de caráter científico, patrocinadas por mecenas (SALADINO-GARCÍA, 1990, p. 31).

Ciencias Naturales y Artes de Barcelona, surgida a partir de uma tertúlia criada por jesuítas no colégio *Santiago de Cordelles*.

Apesar destas políticas de incentivo à produção científica, a Espanha vivia ainda uma condição de certa marginalidade em relação às demais nações europeias. Com a ascensão da dinastia de Bourbon ao trono espanhol, houve um maior investimento no estabelecimento de relações diplomáticas que pudessem diminuir esse isolamento e permitir o reconhecimento da produção científica espanhola. Esse esforço ganhou maiores proporções durante o governo de Carlos III, algo reconhecido por aqueles que viveram sob seu reinado e referido também por Ruiz:

CARLOS III, Padre de la Patria, Restaurador de la Botánica en España, y esclarecido Protector de las Artes y Ciencias, hizo trasladar el Jardín Botánico de Madrid, á beneficio de la salud y recreo del Público, al mas lucido y proporcionado sitio de la Capital, aumentó la dotacion á ambos Catedráticos, concedió varias gracias, distinciones y recompensas á los Discípulos, y finalmente dió ordenanzas al mismo Jardín, añadió mayor número de Jardineros, y le enriqueció con preciosos Libros. [...] Pero á estos beneficios, aunque tan considerables, exceden incomparablemente tantas y tan extensas Expediciones Botánicas como mandó emprender este Soberano casi á un mismo tiempo por mar y tierra baxo de sus auspicios, y con gastos casi inmensos [...] (RUIZ, 1794, p. 5)

Porém, o incentivo à modernização da ciência na Espanha teve suas próprias particularidades. Além do já mencionado interesse inicial do projeto ilustrado espanhol em conhecimentos que poderiam ser úteis ao Exército e à Marinha, este esforço de reconhecimento da ciência produzida na Espanha se via comprometido pela inexistência de uma instituição central que estabelecesse as diretrizes que deveriam orientar os métodos e as formas de legitimação do que era produzido. Em razão disso, havia também um grande número de indivíduos que, por vezes, mesmo sem uma formação “oficial” em determinada área de conhecimento e movidos pela curiosidade, produziam sobre os mais diversos temas. A estes sujeitos, podemos aplicar a alcunha de homens de ciência, pois mesmo que ainda não houvesse um consenso sobre o que era de responsabilidade intelectual de cada área de saber, o fato é que atendiam a uma demanda, que existia e aumentava cada vez mais, de um campo ainda incipiente.

Outros estados europeus também experimentaram uma produção científica não institucionalizada, porém, ao compararmos com os casos inglês e francês, o

Estado espanhol tardou um pouco em equiparar sua condição como produtor de ciência. Inglaterra e França desenvolveram atividades científicas relevantes mediadas por instituições como a *Académie des Sciences* ou a *Royal Society*, criando e disseminando um *modus operandi* de fazer ciência, enquanto que o projeto espanhol de criação de uma *Academia General de Ciencias* em Madrid não foi levado adiante, ainda que a cidade se destacasse pela presença de instituições e tertúlias voltadas para estas áreas.

Assim, vertentes tradicionais e modernas acabaram dividindo espaço - não sem discordâncias e atritos - dentro do campo científico espanhol. Por conta disso, o que justificava e impulsionava, em grande medida, a produção científica espanhola no século XVIII era o utilitarismo, bastante presente no discurso dos ilustrados, como podemos observar no prefácio da obra de Hipólito Ruiz, que, ainda que tenha sido publicada já em fins do século XVIII, reflete claramente esta postura que perdurou mesmo após a passagem dos séculos: “*Por otra parte no han sido pocas las ocasiones en que han ostentado los Soberanos de España su liberalidad verdaderamente regia y su generosa proteccion hácia la Botánica, igualmente que en favor de las demas ciencias útiles*” (RUIZ, 1794, p. 3). Nesta passagem, o botânico espanhol explicita a condição privilegiada das ciências consideradas úteis e destaca que não foram poucas as vezes em que estas foram tidas como as mais relevantes.

Como procuramos destacar, desde o século XVII, já se ensaiavam algumas mudanças no campo científico espanhol, juntamente com a circulação de novas correntes de pensamento, que tentavam romper com os princípios tradicionais. O fluxo cada vez maior de viajantes naturalistas, físicos e geógrafos provenientes da América, que aportavam em Cádiz, trazendo em sua bagagem uma vasta variedade de espécimes novos, anotações e histórias por contar, favorecia a disseminação das novas ideias.

Cabe mencionar, ainda, que houve uma série de empreendimentos que antecederam ou que ocorreram concomitantemente à viagem de Ruiz e que foram fruto desse interesse pelo novo, como, por exemplo, a *Expedición de Límites dirigida por el capitán José de Iturriaga al Orinoco* (1754-1761) ao território venezuelano; a *Expedición geodésica al Virreinato del Perú* (1735-1744); a *Expedición a la Nueva Granada* (1783-1801); a *Expedición a la Nueva España* (1787-1803); a *Expedición a Filipinas* (1786-1801); a *Expedición Malaspina* (1789-

1794); a *Expedición Mopox* (1796-1802), entre outras. Foi neste período, que se estendeu do século XVII ao XVIII, que surgiram os “*novatores*”⁵², pilares e promotores da ciência moderna, enquanto ideia e prática.

Quanto à formação no campo da Botânica, ela só será oficializada pelo *Real Jardín Botánico de Madrid*, em 1783. O *Real Jardín*, vale observar, foi fundado em 1755, pelo monarca Fernando VI, em *Soto de Migas Calientes*, com a intenção de institucionalizar a prática da Botânica e a produção de conhecimento de História Natural. A oficialização da formação, no entanto, não significou a desqualificação da produção anterior, as descrições e as análises ou os materiais recolhidos e descritos por naturalistas e viajantes nos séculos passados. Fazer isso seria negar a relevância de produções extremamente importantes para a ciência, como, por exemplo, a obra de Alexander von Humboldt ou desqualificar as contribuições de Darwin.

De acordo com Alberto Saladino García, autor da epígrafe deste capítulo, o século XVIII não deve ser percebido apenas como o “*Século das Luzes*”, mas, também, como “*Século da ciência natural*”. Foi, segundo ele, o interesse da população pelo que se produzia a partir das viagens e do contato com a natureza pouco explorada do além-mar que impulsionou a prática científica, respaldando a realização de novos empreendimentos de cunho investigativo sobre o mundo natural.

A ciência se configurava aos olhos do rei como um poderoso aliado na manutenção do estado monárquico, por ser capaz de aumentar o poder do Estado, enriquecer a nação e, ainda, melhorar as condições de vida da população. De fato, “*la Ilustración proclama la fe en el progreso e intenta conseguirlo en todos los terrenos de la vida. Cambia el ideal del hombre: ya no es la salvación, sino el progreso*” (SALADINO-GARCÍA, 1990, p. 19). Em razão disso, a educação também sofreu modificações e passou a ser vista como panaceia para a cura das mazelas sociais, o que passou a permear as políticas dos regimes em vigor e gerou incentivos às instituições produtoras de conhecimento. A renovação da educação na Espanha encontrou em Benito Jerónimo Feijoo y Montenegro um grande aliado, na medida em que teceu críticas contundentes à escolástica e à tradição conservadora,

⁵² Os *novatores* foram representantes de um movimento, que podemos denominar de “movimento pré ilustrado” (SALADINO-GARCÍA, 1990, p. 31), que almejavam o progresso, buscando difundir as técnicas, os métodos e ideias da nova ciência, denunciando o atraso do modelo científico espanhol e propondo as bases para superá-lo.

incentivando o cultivo de “[...] *espíritus abiertos y reflexivos*” (GARCÍA, 1990, p. 33). No início do século XVIII “[...] *los viajeros que visitaron España [...] señalaron con agudeza y gracejo [...]*” (PESET; PESET, 1989, p.145) a condição das universidades espanholas, desdenhando o ensino destinado aos jovens, taxando-o de “inútil” por considerá-lo abstrato em demasia. Feijoo criticou os planos de estudo e se tornou um grande “[...] *propagador de la renovación, al propiciar el establecimiento de un ambiente donde predominará la tolerancia [...]*” (SALADINO-GARCÍA, 1990, p. 33). Logo, difundiu-se a proposição de que o ensino deveria passar por uma reforma significativa com vistas à sua inserção nos ideais ilustrados, culminando naquelas que seriam conhecidas como as “reformas carolinas”⁵³.

Por outro lado, observa-se que o conhecimento científico passou a ser do interesse de um número cada vez maior de pessoas (evidência disto, são os patrocínios dados às tertúlias por mecenas). É possível supor, que tal interesse tenha se dado muito em função do próprio gênero de “literatura de viagem”, que cresceu e ganhou espaço (provavelmente em função dos relatos curiosos e, por vezes fantásticos por ela difundidos), ultrapassando as fronteiras das academias e contribuindo para a disseminação da ideia de que dominar a natureza era uma tarefa fundamental para o homem⁵⁴.

“Dominar” na lógica do pensamento ilustrado era conhecer, nomear, catalogar e dar *utilidade* ao que se conhecia. Este controle do mundo natural permitiria o domínio dos homens, além da consagração do homem em sua existência. Mas, por vezes, também era interpretado como uma ode à Deus, pois, através da ciência se poderia ter uma noção da grandiosidade da maior obra divina: a criação. Essa mentalidade também serviu para legitimar a ação dos homens de ciência, orientados pelo paradigma metodológico newtoniano, visto que Newton em seu *Regulae Philosophandi* estava mais preocupado com os princípios e as leis que

⁵³ Segundo Mariano e José Luis Peset, “la vieja estructura noble de la Universidad debía ser, por tanto, conservada, pero socavando su interior y eliminando su poder. En este sentido va el nombramiento de diversos personajes que controlarán el poder universitario, como los censores regios, que debían velar sobre la pureza de la doctrina en defensa del regalismo, o los directores de las universidades, que debían procurar su control y mejora [...]” (PESET; PESET, 1989, p. 146).

⁵⁴ A segunda metade do século XVIII compreende “los años en que Nollet y Franklin o Tournefort, Linneo y Conti, ganan adeptos, y a veces son objeto de comentario en tertulias cortesanias y nobiliarias. El gusto por lo experimental, por la contemplación del espectáculo maravilloso de la naturaleza, es paralelo al de configuración del eclecticismo como ideología oficial [...]” (LAFUENTE; PESET, 1989, p. 34-35).

regiam o mundo natural do que com os fenômenos em si, pois, para ele, estes já estavam dados⁵⁵.

Cabe ainda mencionar, o otimismo que caracterizava a sociedade ilustrada. Com o advento da leitura racionalizada dos fenômenos e, por conseguinte, do mundo natural, acreditava-se que a humanidade tomaria maior consciência de sua própria existência, encontrando seu lugar frente à criação. A partir da razão, o homem estaria apto ao progresso e, para alguns ilustrados, caberia ao Estado impulsionar esse progresso. Porém, essa era uma questão que não gerava consenso, assim como a ideia de que a figura do déspota ilustrado seria capaz de conduzir o reino à razão dividia espaço com a crença de que o homem possuía capacidade racional e bondade inata. Desta divergência de opiniões, resultou um gradativo enfraquecimento do poder régio. John Locke, por exemplo, dedicou-se a criticar a aristocracia em favor da classe burguesa, pautando seu discurso na liberdade e no individualismo (SALADINO-GARCÍA, 1990, p. 21), em contrapartida, os espanhóis Campomanes e Jovellanos⁵⁶ faziam parte de uma vertente mais moderada ou reformista e defendiam que o Estado monárquico seria capaz de estimular o bem público (SALADINO-GARCÍA, 1990, p. 34-35).

Como já observado em outro momento, a influência francesa que se projetou sobre a Espanha no decorrer do século XVIII - muito em função da presença borbônica na corte - acabou impulsionando uma renovação dentro do campo científico espanhol e fez com que a balança pendesse favoravelmente aos interesses da monarquia, promovendo a manutenção do absolutismo por mais alguns anos. Para que o contato entre as nações se desse de maneira proveitosa para ambas as partes, as trocas de saberes se deram através da mediação de instituições oficiais ligadas à ciência. E, dentre as instituições espanholas, destacou-

⁵⁵ Newton propôs uma análise das “causas” dos “fenômenos” naturais à luz das ciências exatas, buscando descobrir as “regras” que regem o mundo natural, razão pela qual sua obra estabeleceu uma nova lógica que influenciou a filosofia do século XVIII. Segundo SALADINO-García, “[...] *el paradigma metódico de la física newtonian y su mérito reside em que lo aplica universalmente y lo erige em arma necesaria de todo pensamiento*” (SALADINO-GARCÍA, 1990, p. 17). Para Silveira, uma das razões para a aceitação da obra teria sido seu caráter moderado, pois “[...] propunha uma visão moderada acerca da ciência, propiciando espaço para uma acomodação entre as antigas concepções de mundo e a nova que se baseava em princípios racionais” (SILVEIRA, 2015, p. 43).

⁵⁶ Pedro Rodríguez Campomanes (1723-1803) e Melchor Gaspar de Jovellanos (1744-1811) foram “*los principales y más destacados ideólogos del Rey [Carlos III] [...]*” (SALADINO-GARCÍA, 1990, p. 34), tendo atuado como ministros reais. Jovellanos, em especial, destacou-se como defensor da educação como principal ferramenta de reforma social.

se o *Real Jardín Botánico de Madrid*, que teve papel de grande relevância na defesa dos ideais e projetos da monarquia espanhola.

3.1. O *Real Jardín Botánico de Madrid* no cenário internacional

Como já referido anteriormente, o *Real Jardín* foi fundado em 1755, durante o governo de Fernando VI, tendo sido realocado, por ordem de Carlos III, para outro espaço em Madrid, no ano de 1774.⁵⁷ Além de representar o poder da monarquia espanhola, por manter uma coleção de espécies exóticas provenientes do Império ultramarino, a nova sede do *Real Jardín* passou a promover a formação de novos agentes e a difusão de saberes voltados às ciências naturais, após fixar-se numa região mais central da capital, o *Prado viejo*.

O *Real Jardín* logo constitui-se em uma instituição de natureza muito particular, pois passou a atender a demandas que estavam além de sua proposta inicial. Desde o princípio, em sintonia com os interesses da casa Bourbon, a instituição procurou reforçar o prestígio da monarquia que buscava consagrar-se como apoiadora da ciência, do comércio, da agricultura e da indústria, estando, por isso, sempre muito próxima à realeza. Sua função inicial foi a de promover “[...] *una decidida actividad reformista en el ámbito de la docencia botánica y sanitaria, la dirección de las expediciones ultramarinas y la reforma y centralización de la administración médico-farmacéutica*” (SARMIENTO, 1989, p. 247-248), ao mesmo tempo em que era prova da capacidade do domínio da criação pelo homem, sendo que na instituição era possível apreciar sua grandeza e perfeição.

Mas por contar com um grande acervo de espécimes provenientes de várias partes do mundo natural - devidamente catalogadas e com suas virtudes descritas - e por manter relações diplomáticas com outros jardins e instituições voltadas ao estudo das ciências naturais, o *Real Jardín* acabou atuando, também, como instituição política em favor do monarca e do Estado espanhol. Segundo José Luis Peset, “*de sus estantes, en donde figuraban las colecciones que glorificaban a sus descubridores, podían surgir regalos reales, pactos políticos e intercambios científicos*” (PESET, 1996, p. 60). Dessa maneira, o *Jardín* acabou servindo tanto a

⁵⁷ Primeiramente localizado em *Migas Calientes*, o Real Jardim encontrava-se afastado do centro da cidade, razão pela qual, de acordo com o projeto urbanístico proposto por Carlos III, foi realocado para uma região central, o *Prado viejo*.

interesses públicos, por manter uma produção de relevância para a comunidade científica (tais como a publicação de estudos sobre plantas que beneficiadas poderiam render lucros para o Estado espanhol), quanto a interesses privados, na medida em que pertencia ao patrimônio pessoal do rei que se encontrava governando.

Criado, inicialmente, por membros da *Academia Médica Matritense*, o *Real Jardín* promoveu o diálogo com grandes nomes da ciência moderna do período, como Georges-Louis Leclerc, o conde de Buffon (principal nome à frente do *Jardin des plantes*), e os responsáveis pela criação da “*l'école de botanique*” na França, André Thouin e Antoine-Laurent de Jussieu⁵⁸. Além disso, o *Jardín* passou a ser peça importante no âmbito das relações diplomáticas internacionais, produzindo e divulgando conhecimento científico sobre o mundo natural americano, para, com isso, legitimar o controle sobre as colônias. A afirmação desse controle se fazia necessária, pois como já mencionado anteriormente, a Espanha buscava, através do controle que exercia sobre extensas áreas da América, justamente, superar uma condição economicamente desfavorável em relação às demais nações europeias na segunda metade do século XVIII.

Segundo Mary Louise Pratt,

“[...] o nomear característico da história natural é mais diretamente transformador. Ele extrai todas as coisas do mundo e as recoloca numa nova estrutura de conhecimento cujo valor repousa precisamente naquilo que a distancia do original caótico. Aqui, o nomear, o representar e o reivindicar são todos a mesma coisa; o nomear dá origem à realidade da ordem” (PRATT, 1999, p. 69).

Portanto, de acordo com a lógica ilustrada de domínio do mundo natural através da classificação e nomeação, fomentar e publicar os resultados das expedições científicas realizadas para a América eram ações vistas como de grande relevância para a consagração da Espanha enquanto detentora das riquezas de suas colônias.

No momento de sua criação, o *Real Jardín* contava com um grupo seletivo de membros: um intendente que pertencia ao *Protomedicato*, um subdiretor, que possuía vínculo com a *Real Botica*, e dois catedráticos ligados ao Exército - todos

⁵⁸ Antoine-Laurent de Jussieu foi um importante catedrático do *Jardin des Plantes*, um dos responsáveis pelo êxito nas relações diplomáticas entre os jardins espanhol e francês. Manteve boas relações com Cavanilles e chegou a ministrar aulas que foram frequentadas por Gómez Ortega.

eles, também, membros da *Real Academia Médica* de Madrid. Por promover o ensino da botânica, não deve causar estranheza o fato de que entre os fundadores se encontrassem os boticários José Hortega (tio de Gómez Ortega) e Juan Minuart e o cirurgião José Quer⁵⁹. Os primeiros anos estiveram destinados à criação do *Jardín* em si, em um terreno cedido pela Coroa, e que, anteriormente, já havia sido concedido ao boticário francês Riqueur por Luis I. A atuação, portanto, esteve voltada mais para a formação do espaço e da infraestrutura, do que necessariamente para a produção científica e acadêmica.

Após o falecimento de José Hortega em 1764, Quer indica seu filho Gómez Ortega para a cátedra no *Jardín*. Porém, com a morte de Quer no mesmo ano, quem assume a primeira cátedra é Miguel Barnades, enquanto Minuart mantinha a segunda cátedra, apesar de sua idade avançada. Durante a gestão de Barnades não houve grandes mudanças no *Jardín*, além de uma ampliação do herbário da instituição, com base ainda no sistema tournefortiano de nomenclatura, chegando a contar com mais de 3500 espécies.

Somente em 1771, após a morte de Barnades, G. Ortega assumirá a primeira cátedra da instituição. Sua indicação, no lugar do filho de Barnades, se deveu ao fato de ter realizado alguns trabalhos solicitados pelo monarca e por manter boas relações com Grimaldi e com Don José Fernández de Miranda Ponce de León, o duque de Losada.

No ano de 1775, Gómez Ortega recebeu autorização de Carlos III para viajar a Paris, na qualidade de representante do *Real Jardín*. Durante sua passagem pela França, entrou em contato com homens célebres da Ilustração francesa, como Jussieu, de quem assistiu aulas; André Thouin, com quem acabou mantendo uma relação próxima e da qual resultou numa colaboração entre os jardins botânicos da Espanha e da França; Duhamel de Monceau, de quem traduziu uma série de trabalhos sobre silvicultura; além de Buffon, ainda que não tenham mantido

⁵⁹ Hortega, Minuart e Quer, três aficionados pela ciência Botânica (Hortega e Quer tinham formação militar) são os fundadores do *Real Jardín*. Hortega foi responsável pelo recolhimento de informações e materiais para a execução de outro projeto que acabou fracassando. O acervo, contudo, acabou servindo como impulso para que o *Jardín* existisse; Minuart foi um “[...] representante de la Escuela Botánica de los Salvador, formado también en los jardines de Francia e Italia, de capacidad botánica ampliamente reconocida por J. Hortega [...]” (BUENO; SARMIENTO, 1989, p. 131); já Quer foi o primeiro professor do *Real Jardín*, responsável pela entrada e manutenção das ideias de Tournefort nos primeiros anos da instituição. (BUENO; SARMIENTO, 1989, p. 128-133).

amizade. Durante sua viagem, conto, ainda, com o apoio dos espanhóis Eugenio Izquierdo⁶⁰ e do embaixador espanhol na França, Conde de Aranda⁶¹.

O período de estadia na França possibilitou, ainda, que conhecesse jardins botânicos na Inglaterra e na Holanda⁶². Ao regressar à Espanha, buscou formas de realizar mudanças na estrutura do *Jardín*, de maneira que ele pudesse alcançar um lugar de maior prestígio dentro da instituição e, também, direcioná-lo para um caráter mais científico, com maior autonomia para os ilustrados que nela atuavam. Dedicou-se, então, à formulação de um novo regimento para a instituição, teoricamente inspirado no modelo francês, buscando, para tanto, apoio político da França. O *Jardin des plantes*, no entanto, não atuava a partir de um regulamento impresso e possuía uma organização diferente⁶³, o que fez com que Buffon e Jussieu se negassem a assinar o estatuto de Ortega. Apesar de Ortega não ter conseguido aumentar sua influência no *Jardín*, contribuiu significativamente para que, em 1783, fosse aprovado um novo regulamento, no qual estavam previstas colaborações com a França, atendendo, portanto, à parte das aspirações de Ortega.

Evidências da atuação diplomática do *Jardín* foram o envio de Pehr Löfling, discípulo de Carl Von Linné, à América, em 1754, e a própria expedição encabeçada por Ruiz. Vale lembrar que o modelo binominal de nomenclatura de espécies, baseado no sistema linneano, que se vale dos sistemas reprodutores das plantas para sua classificação, foi tardiamente aceito na Espanha. No interior da instituição havia um certo ecletismo – que perdurou ainda durante alguns anos após

⁶⁰ Eugenio Izquierdo foi um membro do *Real Gabinete de Historia Natural de Madrid* que assumiu a direção da instituição, após o falecimento de Pedro Franco Dávila (então diretor), em 1787 (FIGUEROA, 2011).

⁶¹ “Pedro Pablo Abarca de Bolea, conde de Aranda (1719-1798), está ao lado de Campomanes e Floridablanca entre os mais notórios membros da Ilustração espanhola e, como seus pares, também ocupou diversos cargos no governo castelhano, além de exercer diversas atividades voltadas para auxiliar o conjunto de reformas conhecido como reformas borbônicas. Aranda também foi um dos principais responsáveis pela expulsão dos jesuítas dos territórios espanhóis” (SILVEIRA, 2015, p. 12).

⁶² Sobre Ortega é importante ressaltar: “Durante su estancia de algo más de un año en París, Londres y Leyden, Ortega consiguió el reconocimiento institucional internacional – fue nombrado correspondiente de la Real Academia de París en 1776 y de la Real Sociedad Londinense en 1777 -, se dio cuenta de la imposibilidad de plantar el jardín siguiendo una sistemática de clasificación anterior a la de Linneo y, tomó conciencia de la poderosa arma que la investigación del mundo natural colonial podía suponer, cara a las relaciones científicas y políticas internacionales” (SARMIENTO, 1989, p. 253)

⁶³ O Real Jardim francês, se comparado com o *Real Jardín*, permitia maior liberdade e autoridade aos seus professores. A atuação da instituição espanhola - como já tratado anteriormente - deveria responder também a um projeto de reforma sanitária e não apenas atuar como instituição científica voltada ao gerenciamento das expedições e dos materiais coletados (PESET, 1996, p. 61).

a mudança da sede em 1774 – pois, segundo Miguel Angel Puig-Samper, “[...] se adoptaba teóricamente el sistema de Linneo y se daban clases de acuerdo al de Tournefort” (PUIG-SAMPER, 1996, p. 723) e “en cualquier caso, en los primeros años del Jardín del Prado se siguieron utilizando las Tablas Botánica de Tounefort, la Disertación acerca de los métodos botánicos de Duhamel de Monceau, los Principios de Botánica de Miguel Barnades y la obra de Palau [...]” (PUIG-SAMPER, 1996, p. 724).

Num primeiro momento, houve, pelos espanhóis, certo rechaço ao sistema proposto por Lineu, devido às duras críticas que o sueco havia feito à ciência espanhola e à forma como o modelo se estruturava⁶⁴. Tal enfrentamento acabou favorecendo a utilização de outro sistema de classificação, o proposto pelo francês Tournefort⁶⁵, o que promoveu uma maior aproximação com a França, além de permitir “[...] *hacer una botánica más médica y más cercana a la naturaleza, que lo que consentía la más científica y artificial de Linneo*” (PESET, 1996, p. 60). Foi a partir das classes ministradas por Gómez Ortega e por Antonio Palau y Verdera⁶⁶, principais professores do *Jardín*, que o sistema passou a ser difundido entre os novos botânicos que então encontravam-se em formação. Contribuíram, também, para sua disseminação o envio de Löffling à América e a adoção do sistema linneano por Ruiz e por seus companheiros expedicionários.

⁶⁴ Dentre os botânicos espanhóis, talvez a principal oposição que o sistema linneano enfrentou, tenha sido a do catedrático e fundador do *Real Jardín*, José Quer. O espanhol alegava que o modelo tournefortiano “[...] *aunque artificial, se apartaba menos de la realidad observable en la Naturaleza que el sistema linneano, construcción lógica muy artificial* [...]” (LAFUENTE et al, 1996, p. 980) (grifo nosso), além de acusar Lineu de “[...] *falta de originalidad y de haber complicado el estudio de la botánica con la introducción de la nomenclatura binaria, que no respetaba los nombres tradicionales de las plantas*” (LAFUENTE et al, 1996, p. 980). Segundo Lafuente e os demais, também é possível que o rechaço de Quer ao sistema linneano tenha se dado por motivações nacionalistas, pois “*los comentarios de Linneo en su Bibliotheca Botanica sobre el estado de barbarie de la botánica española causaron un gran revuelo en España* [...]” (LAFUENTE et al, 1996, p. 980) (grifo nosso). Tais comentários, teriam feito com que Quer adotasse um posicionamento de defensor da ciência espanhola, atribuindo “[...] *a la más absoluta ignorancia los comentarios de Linneo*” (LAFUENTE et al, 1996, p. 980).

⁶⁵ “Em 1694, Tournefort publicou *Elementos de botânica* (*Éléments de botaniques*), que viria a ser publicado em latim seis anos mais tarde. Nele, o autor propunha um sistema formado por 700 gêneros de plantas cujos nomes foram amplamente adotados pelos naturalistas da época, inclusive por Lineu, de modo que boa parte dos nomes de gênero adotados até hoje remonta a Tournefort” (PRESTES; OLIVEIRA; JENSEN, 2009, p. 112).

⁶⁶ Antonio Palau y Verdera foi um botânico catalão que ocupou, ao lado de Gómez Ortega, o cargo de segundo catedrático no *Real Jardín* em 1773. Atuaram juntos também na tarefa de tradução, defesa e ensinamento do sistema linneano, impulsionando a aceitação do sistema na instituição (PUIG-SAMPER, 1996, p. 723).

Houve, ainda, a realização de empreendimentos conjuntos, levados adiante pela Espanha e pela França, como a viagem de La Condamine às terras peruanas. Essa expedição, que se propôs a realizar a medição do meridiano, contou com a presença de um botânico francês, Joseph de Jussieu⁶⁷, e de dois jovens inexperientes espanhóis que, a partir da viagem, tornaram-se excelentes físicos e marinheiros. Apesar da percepção da validade do trabalho conjunto como uma forma de intercâmbio e de difusão de técnicas e resultados, conflitos no terreno acadêmico se tornaram inevitáveis, uma vez que representantes das duas Coroas passaram a reivindicar para si (e para sua respectiva nação) os méritos dos empreendimentos e o ineditismo das descobertas.

Em relação à viagem de La Condamine, Mary Louise Pratt destaca que nela esteve presente o “[...] flagrante poder da ciência para elevar os europeus acima de suas mais intensas rivalidades nacionais” (PRATT, 1999, p. 46). Para respaldar esta afirmação, a autora analisa excertos do prefácio do relato de viagem do próprio La Condamine, nos quais fica evidente o enaltecimento feito ao monarca francês Luís XV, na medida em que o viajante tece elogios ao rei suas e às suas contribuições para a humanidade. Assim, o viajante auxiliava na construção de uma imagem de benfeitor universal do rei francês, apresentando-o como alguém capaz de relevar os conflitos belicosos com as demais nações em prol do progresso científico.

Em se tratando dos viajantes espanhóis que integraram a expedição de La Condamine, Pratt relata que “num espírito igualmente dúbio, tanto a Real Sociedade Britânica quanto a Academia Francesa de Ciências galardoaram os espanhóis Juan e Ullo com o título de membros honorários [...]” (PRATT, 1999, p. 46). Tais honrarias podem ser entendidas como um reflexo da diplomacia exercida por estas instituições com vistas à construção de uma boa relação com os detentores de um dos maiores impérios da época. Podemos perceber neste gesto, a intenção de estreitar laços e incentivar futuras colaborações entre as instituições e, portanto, entre os Estados.

⁶⁷ Joseph Jussieu era um jovem botânico quando foi enviado junto com dois marinheiros espanhóis em uma expedição às terras peruanas, expedição que ficou conhecida como a “*Viagem de La Condamine*”. O empreendimento foi fruto de um esforço conjunto entre as Coroas francesa e espanhola e tinha como objetivo medir o grau do meridiano na intenção de pôr fim às discussões sobre a forma da Terra. (PESET, 1996, p. 61-62).

No caso inglês, parece que tal esforço acabou sendo pouco frutífero, devido à realidade das expedições feitas ao território hispano-americano durante o século XVIII. Segundo levantamento realizado por Francisco Javier Puerto Sarmiento, o número de estrangeiros presentes nas onze expedições espanholas, tidas pelo autor como as principais do decorrer do XVIII, representava uma parcela considerável dos viajantes: “[...] *el número de extranjeros sigue siendo muy elevado, encabezado por los franceses (24,07%), alemanes (5,55%), un representante checo y outro sueco*” (SARMIENTO, 2009, p. 83). Podemos supor, através desta amostra analisada pelo autor, que, provavelmente, não houve, de fato, uma presença relevante de homens de ciência ingleses nestas viagens. Entretanto, é possível que o Império Britânico tenha prestado sua contribuição e exercido suas influências por outros meios, como veremos mais adiante, quando tratamos das publicações realizadas após o regresso das expedições.

Observa-se, portanto, que a coroa espanhola buscou exercer um maior controle sobre suas colônias em território americano por meio de um projeto de domínio do mundo natural, no qual a produção de conhecimento científico desponta como elemento de destaque. Como estratégia para alcançar este propósito de maneira mais concreta, a Espanha buscou estabelecer alianças com homens de ciência franceses, escolhendo, assim, um lado da balança nas disputas europeias por poder.

Em um período em que franceses e ingleses procuravam exercer uma influência cada vez maior dentro do território europeu, no além-mar, espanhóis e portugueses travavam semelhante disputa pela supremacia dos territórios americanos, onde as fronteiras de seus impérios muitas vezes se tocavam. Biomas como o da floresta amazônica, por exemplo, estendiam-se para além das marcações virtuais que estipulavam os limites de cada império e, poderiam oferecer, em certa instância, riquezas naturais semelhantes para ambos. Ainda assim, podemos observar na amostra de Sarmiento que tanto ingleses, quanto lusos não se faziam presentes nos empreendimentos espanhóis.

Dito isso, cabe esclarecer que o Império português não ignorava a importância de se conhecer e dominar o mundo natural⁶⁸. Com vistas a viabilizar e qualificar os estudos da fauna e da flora das colônias, e para atender as normas de descrição e classificação exigidas pela metrópole, era comum serem expedidos manuais de orientação técnica, que orientavam os naturalistas na montagem de suas coleções. A existência e a circulação destes manuais na América portuguesa, destinados a garantir a qualidade e a confiabilidade das amostras enviadas à metrópole, evidenciam a preocupação e o reconhecimento do quão importantes estes materiais eram para a produção de um conhecimento científico que deveria ser capaz de rivalizar com o produzido em terras hispânicas, ao mesmo tempo em que apontam para uma possível intenção de não recorrer a referenciais espanhóis e franceses.

Consideremos, agora, a dinâmica das relações internacionais em meados do século XVIII e seus desdobramentos no XIX. À medida que o território e a natureza americanos se configuravam cada vez mais como objeto de desejo das nações europeias, os detentores majoritários do controle destes espaços passaram a experimentar e administrar uma tensão cada vez maior. Tensão esta que, por sua vez, movia esforços em prol da manutenção deste controle tão polarizado, aquecendo as disputas pela vanguarda na produção de um conhecimento científico sobre o mundo natural que deveria ser reconhecido internacionalmente.

Neste cenário, como não poderia ser diferente, instituições carregadas de poder simbólico como os principais jardins botânicos europeus legitimavam as produções de cada nação, ao promover uma maior circulação das obras consideradas relevantes para áreas como a Botânica e a Farmácia. Este conhecimento, que antes poderia desenvolver-se numa esfera privada, estando circunscrito a pequenos grupos de intelectuais que constituíam suas próprias redes (por onde poderiam circular manuscritos, livros, etc), sob a influência do Estado, toma ares de universalização e transcende este terreno do particular para tornar-se público e, neste ponto, oficializa-se por conta do reconhecimento geral.

⁶⁸ Sobre a postura portuguesa adotada em relação ao domínio do mundo natural, interessante ver: KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *Manguinhos*, v. 11, n.supl. 1, 2004, p. 109-129; HESPANHA, António Manuel. Porque é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou o revisionismo nos trópicos. *Promontoria*, ano 4, número 4, 2006, 319-351.

Cabe lembrar que para Pierre Bourdieu (2016, p. 85), a dimensão do privado é, por definição, independente do coletivo, e remonta ao particular, ao singular. Por conta disso, se opõe ao público, que justamente por ser representativo do coletivo, não se adequa aos pressupostos de invisibilidade que podem muito bem ser aplicados ao privado. Assim, ainda que aquilo que se vincula ao público esteja sujeito ao escrutínio do coletivo e ao crivo da moralidade, este, quando aceito, toma ares de oficial e tende a naturalizar-se.

Ao observarmos a atuação do *Real Jardín* frente à sociedade e seus próprios agentes durante o período em questão, podemos perceber que, enquanto instituição a serviço da Coroa, ele se converteu em espaço de formação dos ditos homens de ciência⁶⁹. Assim, atuou como um órgão oficial, estando imbuído de um poder simbólico que estendeu aos seus agentes, e que é reconhecido além das fronteiras da nação espanhola, corroborando para a legitimação dos discursos produzidos sob sua orientação ou de terceiros, em grande medida, apoiados sobre estes.

Não podemos ignorar, também, que um discurso é resultante da relação entre pensamento, linguagem e mundo⁷⁰ e que a leitura dos mesmos é realizada através da autonomia da qual, segundo Chartier, o leitor desfruta, visto que “ler é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos” (CHARTIER, 1992, p. 214). Ainda que a leitura seja realizada através de uma prática pessoal e sujeita à ação da subjetividade do leitor, ela passa pelo crivo da interpretação de símbolos que estão dados pelo contexto e cuja inteligibilidade está fortemente associada à uma forma de representação coletiva, que segundo Durkheim (1989, p. 45), se constrói a partir do acúmulo de mesclas e combinações de experiências e saberes entre gerações.

É este imaginário social, dado e próprio de determinada cultura, que direciona a leitura do simbólico pelo indivíduo imerso nela. Dito isso, podemos considerar o *Jardín*, como um lugar que, em certa instância, possui a capacidade de influenciar a própria leitura da realidade e, por ser uma instituição a serviço do

⁶⁹ Como já mencionado anteriormente, no caso espanhol, a oficialização da formação em Botânica ocorreu em 1783. Na ocasião, o *Real Jardín Botánico* já trasladado para Madrid, por ordem do então monarca Carlos III, passou a ser o principal espaço de formação de profissionais espanhóis desta área, além de oferecer capacitações também nos campos da Farmácia e da Química.

⁷⁰ Segundo Eni Puccinelli Orlandi, “[...] é pelo discurso que melhor se compreende a relação entre a linguagem/pensamento/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais (concretas) dessa relação” (ORLANDI, 1996, p. 12).

Estado, o faz de maneira a assegurar a legitimação de um poder simbólico em suas mãos, sem deixar de atender às expectativas do mesmo.

Assim, não causa estranhamento que homens como Ruiz e Pavon, formados no seio da instituição, destinassem parte do tempo destinado às atividades a serem realizadas durante as expedições a descrições de caráter etnográfico feitas no decorrer da viagem. Suas anotações poderiam agregar valores indispensáveis para a atuação diplomática do *Jardín* frente a outros jardins espanhóis e europeus, mas, também, nas relações com seus correspondentes.⁷¹ Sob esta perspectiva, o Jardim Botânico de Madrid pode ser visto como

[...] el rector de un proyecto colonial que podía modificar sustancialmente la visión imperial, establecer unas relaciones económicas mutuamente beneficiosas, impulsar en ultramar un modelo más moderno y menos corrupto en la administración sanitaria, y reforzar la política internacional española [...] (SARMIENTO, 2002, p. 30).

Atuando como cerne deste projeto e, tendo em vista os objetivos acima mencionados, o *Real Jardín* passou a demandar o estabelecimento de uma “[...] *red de instituciones y corresponsalías peninsulares que cimentasen su tarea ultramarina y europea*” (SARMIENTO, 2002, p. 32). Para sua manutenção, era necessário, portanto, a criação de jardins e cátedras para ensino; de jardins de recepção e aclimação (levando em conta as plantas vivas que pudessem desembarcar fragilizadas nos portos); e, por fim, de jardins de aclimação e investigação, onde fosse possível “[...] *la connaturalización de plantas con interés agrícola, comercial o terapéutico y en donde se viera si una vez habituada a nuestro suelo seguían con sus virtudes originales* [...]” (SARMIENTO, 2002, p. 32). Para atender a estas demandas estabeleceram-se jardins em Cádiz, Córdoba, Granada, Málaga, Puzol, Orotava e Cartagena.

Por se tratar do principal porto de chegada para plantas e sementes, Cádiz precisava da atenção da Coroa. Para o caso de recebimento de sementes ou

⁷¹ Referimo-nos, aqui, por exemplo, à administração das demandas e dos envios realizados por correspondentes como os já mencionados Juan José Tafalla e Agustín Manzanilla, que, mesmo após o término da expedição encabeçada por Ruiz, “[...] continuaron su labor en Perú y Ecuador, hasta la muerte de Tafalla en 1811. Manzanilla aún enviaría una última remesa en 1815 (STEEL, 1982, p. 247). Los envíos estaban formados, principalmente por plantas secas, dibujos y descripciones, pero también cascarillas – cortezas de quina –, maderas, frutos, semillas y plantas vivas [...]” (GARCÍA GUILLÉN; NOYA SANTOS, 2016, p. 164)

esqueletos de plantas, era necessário que o envio para Madrid se desse da maneira mais ágil e organizada possível, razão pela qual Gómez Ortega organizou manuais sobre coleta, armazenamento e envio destes materiais. Porém, no caso de desembarcarem plantas vivas, a situação era um pouco mais complexa, sendo necessário que se estabelecesse um “[...] *lugar a cargo de persona instruidas en la botánica en el cual las plantas, antes de proseguir el viaje, se fortalecieran, revivieran y comenzaran a aclimatarse a un suelo y a una meteorología diferentes*” (SARMIENTO, 2002, p. 33). Em razão disso, os catedráticos de Botânica do *Colegio de Cirugía de Cádiz* foram convertidos em correspondentes do jardim madrileno e foram instruídos, em fins do XVIII, a buscar terreno propício para a construção de um “viveiro” na região do porto de Santa Maria.

No caso de Córdoba, Andrés Palacios, encarregado da *Renta de Correos de Córdoba*, pleiteou que se instalasse na cidade um parque de aclimação zoológica. Apesar de ser um entusiasta da Botânica, ele não possuía qualquer formação na área. O Jardim chegou a receber sementes de Madrid, contratou um botânico e obteve sucesso no plantio e adaptação de algumas espécies, o projeto, porém, não teve êxito, pois não contou com o incentivo dos catedráticos madrilenhos.

Nos demais centros se estabeleceram jardins de aclimação, cada qual apoiado na similaridade climática e/ou do solo entre a região espanhola e o país de origem das plantas recebidas. Cabe mencionar que o processo de reconhecimento e de escolha daqueles que seriam correspondentes do jardim madrileno se deu em um curto espaço de tempo [aproximadamente entre os anos de 1776 e 1790], próximo à data de retorno dos expedicionários enviados ao Peru e ao Chile (1788)], algo que podemos supor tenha tido relação com a preparação da recepção aos expedicionários regressados não só deste empreendimento, mas de todos os outros enviados por ordem do rei.

A criação do *Real Jardín* e a atuação dessa instituição ao longo dos anos no território espanhol operaram mudanças significativas não só na política do Estado espanhol e na paisagem urbanística das cidades nas quais foram instalados estes jardins, mas também no campo acadêmico, mediante a adoção de posturas rígidas em relação às produções científicas a ele vinculadas. É sobre os impactos dessa instituição no âmbito acadêmico que discorreremos nas linhas que se seguem.

3.2. Em busca do prestígio: estratégias em prol do ineditismo

Como já observado, o *Real Jardín*, enquanto instituição a serviço do Estado, estabeleceu uma série de regras que definiam e legitimavam a prática dos homens de ciência espanhóis. Referimo-nos, aqui, especificamente àqueles de nacionalidade hispânica, pois, ainda que houvesse certa abertura para obras estrangeiras e a possibilidade de trocas de saberes (principalmente, com estudiosos franceses), o Jardim Real espanhol mantinha uma postura protecionista e nacionalista em relação às produções resultantes das expedições científicas.

Mas, se, por um lado, percebemos, pela natureza dos empreendimentos conjuntos e das alianças formadas, que havia a consciência de que a grandeza do Império requeria certa flexibilidade para sua manutenção, por outro, ainda que fosse aceita a circulação de alguns estrangeiros pelas colônias, estes deveriam ser controlados por meio de uma legislação bastante específica e rígida, sendo vigiados de perto por aqueles que os acompanhavam.

Pierre Bourdieu, em seu estudo sobre a gênese do Estado, nos revela que “o nascimento do Estado é inseparável de uma imensa acumulação de capital informacional” (BOURDIEU, 2016, p. 285), razão pela qual “os poderes públicos operam investigações sobre a situação dos recursos destinados a serem “estimados”” (BOURDIEU, 2016, p. 285). Porém, além de se produzir um capital informacional relevante, se fazia necessária a criação de ferramentas para sua proteção ou a supremacia do Estado poderia vir a ser questionada por outra nação.

Dito isso, não deve causar estranhamento que expedicionários franceses em terras hispano-americanas recebessem instruções diversas sobre que tipo de informação recolher. Até a abertura parcial das fronteiras para a entrada destes viajantes (sempre cuidadosamente acompanhados) no século XVIII, a documentação que chegava ao território francês era bastante dispersa, indireta, pouco confiável e repleta de “[...] *reseñas tan maravillosas como imaginarias sobre lo que eran estas tierras lejanas y sus habitantes*” (RIVIALE, 2000, p. 30). O Peru dos Incas, por exemplo, conhecido apenas através destas narrativas fantásticas e, mais tarde, por meio de vestígios materiais trasladados para Europa, provocava e aumentava cada vez mais a curiosidade francesa.

Por lo tanto, al presentarse una ocasión excepcional de abordar estos territorios tan mal conocidos, correspondía a los viajeros aprovecharla lo mejor posible y regresar con una buena cantidad de información y documentos relacionados a los más diversos campos, motivados para ello por las súplicas, recomendaciones, consejos... o instrucciones (RIVIALE, 2000, p. 31).

Joseph Dombey, médico e naturalista francês que integrou a expedição aos reinos do Peru e do Chile, não deixou, conseqüentemente, de receber instruções sobre como realizar investigações dessa natureza. Segundo Pascal Riviale, a tarefa de redigir as “instruções arqueológicas” de Dombey coube a um dos antiquários mais antigos e conhecidos da época, o também francês Jean-Jacques Barthélémy (2000, p. 32). Além de possuir fama de erudito, Barthélémy ainda mantinha o *Gabinete real de Medallas* e era membro da *l'Académie royale des Inscriptions et Belles-Lettres*. Nestas instruções, Barthélémy destaca o grande interesse pela cultura peruana pré-hispânica, talvez refletindo as expectativas do Ministro Bertin, que o incumbiu da tarefa de redigí-las. O erudito francês organiza o texto em três blocos, um deles direcionado para o recolhimento de informações sobre os monumentos, o outro para os objetos e, por fim, um para línguas e escrituras.

Sobre os monumentos e a arquitetura, explica o quão seria conveniente o auxílio de um desenhista que pudesse registrar em imagens, os traços da arquitetura inca, delegando a Dombey a tarefa de encontrar quem lhe auxiliasse nisso. No caso dos objetos, menciona a existência de um valor documental significativo que, basicamente, qualquer artefato poderia vir a ter na tarefa de se compreender melhor os povos antigos⁷². Sobre a linguagem dos nativos, Barthélémy recomendava que fossem registradas palavras e variações de pronúncia, além de cantos, procurando dar uma maior atenção à língua *quechua*, que ele considerava ser um resquício da linguagem dos antigos e, portanto, peça fundamental para um entendimento maior de como estes se expressavam.

A partir da análise das instruções recebidas por Dombey, Riviale conclui que, apesar de ele ter trazido consigo uma série de materiais de valor arqueológico e etnográfico, muito provavelmente, o viajante não conseguiu seguir à risca as

⁷² “En general, no hay que desdeñar ninguna de las pequeñas obras que demuestran la inteligencia e industria de los antiguos peruanos” (BARTHÉLÉMY apud RIVIALE, 2000, p. 34).

instruções que recebeu, pois os espanhóis o acompanhavam permanentemente, limitando suas observações.⁷³

Enquanto Dombey recebera de Barthélémy instruções para investigar elementos próprios da cultura hispano-americana, a fim de satisfazer as demandas de seus superiores, Gómez Ortega recomendava que os expedicionários espanhóis se organizassem de forma que o francês estivesse sempre acompanhado. Segundo as orientações do catedrático espanhol, estavam previstas divisões sistemáticas do grupo com a intenção de cobrir uma maior área territorial durante a atuação. Porém, tais separações não deveriam durar mais do que poucos dias e deveriam sempre manter Dombey acompanhado de um dos dois botânicos espanhóis, normalmente, Pavon.⁷⁴

Outra forma de controle exercida pelas autoridades espanholas era a proibição de qualquer atividade ligada ao comércio e do exercício da medicina (controlado através do Protomedicato) por parte de estrangeiros. De acordo com seus biógrafos, Joseph Dombey enfrentou graves problemas financeiros, muito provavelmente em função do soldo que recebia, que era ligeiramente menor que o de seus colegas espanhóis, mas, também, por conta de dívidas contraídas por seu envolvimento em jogos de azar. Em cartas escritas aos seus conterrâneos, ele relatou as dificuldades que enfrentava, tendo sido aconselhado a estabelecer algum comércio ou a exercer sua profissão de médico, como se pode constatar nessa carta dirigida a Thouin:

Cuando M. Ortega salió de París pasó por Montpellier, donde M. M. Goüan y otras personas le dieron cartas para remitírmelas cuando yo llegara a Madrid. Estas cartas estaban llenas de buenos consejos, de prevenciones sanitarias; todos, recomendándome desempeñar mis obligaciones, me aconsejaban también pensar en el porvenir y acometer ‘un petit comerce’” (DOMBEY apud LOPEZ, 1955, p. 66-67).

Porém, devido à já mencionada proibição do exercício dessas atividades por estrangeiros, Dombey se viu impedido de exercer a medicina, atribuindo esse impedimento ao fato de que “[...] *fueron abiertas y presentadas al Ministro,*

⁷³ “En efecto, sujeto – tal como lo estaba – a la autoridad colonial española y gozando de una independencia bastante limitada (HAMY, 1905), es probable que Dombey no estuviese en condiciones de contestar las preguntas de Bathérlémy” (RIVIALE, 2000, p. 35).

⁷⁴ Enrique Alvarez Lopez em seu artigo “Dombey y la Expedición al Perú y Chile”, publicado na revista *Anales del Instituto Botánico A. J. Cavanilles* (editada e veiculada pelo *Real Jardín*), em 1955, descreve a relação de Dombey com Ruiz como conturbada. Já Pavon é descrito como sendo um homem com qualidades próprias de um conciliador.

envenenadas por M. Ortega que me había tomado envidia no sé porqué; pronto fui un hombre sospechoso” (DOMBEY apud LOPEZ, 1955, p. 67).

Ainda que não nos caiba, aqui, questionar a veracidade das acusações feitas por Dombey, importa-nos que, para o francês, o catedrático Ortega, além de ter inveja dele, teria contribuído para, ao violar as cartas que ele recebia de seus conterrâneos, torná-lo uma figura suspeita aos olhos espanhóis. Tal visão sobre Ortega remonta à uma correspondência datada de março de 1785. Mais tarde, em junho de 1786, ele escreveria à Thouin algo bastante revelador do grau de insatisfação que vinha nutrido em relação aos espanhóis: *“Con quinze años menos de edad, yo buscaria vengarme de M. Gálvez retornando ao Perú o Chile para ocasionar una revolución. Incluso no buscaria apoyo de nadie en Europa”* (DOMBEY apud LOPEZ, 1955, p. 65).

Considerando o grau de descontentamento de Dombey, expresso em suas cartas, pode-se deduzir que as relações entre os membros da expedição não eram as melhores. A passagem em que ele, em tom de bravata, menciona a capacidade de se fomentar uma revolução, nos parece, no entanto, bastante interessante. Como mencionado anteriormente, a expedição coincide com o levantamento de Tupac-Amaru, evento que fez com que os integrantes da expedição mudassem o roteiro previamente definido e rumassem para o reino do Chile, onde testemunhariam algumas amostras do controle exercido pela metrópole sobre as colônias.

Retornando, mais uma vez, às palavras escritas por Dombey em uma de suas cartas, podemos inferir que o expedicionário francês, ainda que, comumente, não se posicionasse em suas cartas sobre questões políticas ou eventos polêmicos (talvez por receio de tê-las novamente abertas e expostas), a despeito de todos os esforços realizados pelos espanhóis em construir uma imagem poderosa do Império⁷⁵, tinha ciência do clima de instabilidade que havia nas colônias.

Outro ponto de grande relevância para os estudiosos da “Expedição aos Reinos do Peru e do Chile” e também para os biógrafos de Dombey diz respeito à

⁷⁵ Ejemplos disso nos trazem Raúl Rodríguez Nozal e Antonio González Bueno, que, referindo-se ao momento da viagem em que os expedicionários sentiram a iminente ameaça de indígenas hostis em Huánuco, mencionam que, após o abandono da província, os espanhóis “[...] regresaron a trabajar en Tarma, mas no el francés, quien permaneció en Lima estudiando el flujo y reflujo del mar en el puerto de El Callao. **No parece que la Monarquía española pudiera permitirse que un extranjero tuviera conocimiento de la situación de rebeldía** que se vivía en su territorio colonial” (NOZAL; BUENO, 2007, p. 18) (grifo nosso).

retenção de parte do trabalho que o francês realizou na América quando de seu retorno à Cádiz, em 1785. Lopez ressalta que esta medida foi vista, em especial pelos que exaltam a figura do francês, como uma característica do forte controle que caracterizou a expedição empreendida pela Coroa espanhola.

Segundo Lopez, a documentação reunida por Ernest Théodore Hamy⁷⁶ é suficiente para resolver a questão, visto que nas *Instrucciones* recebidas por todos no momento do embarque rumo à América, constava claramente a obrigação de produzir-se material duplicado das observações e herbários, com o propósito de assegurar a posse de cópias para ambas as coroas. De fato, a clara orientação de que deveria haver uma produção duplicada era de conhecimento antes mesmo do embarque de Dombey para o Peru, embora isso não tenha sido um impeditivo para que tentasse pleitear a revogação de tal parte do acordo. Levando em consideração as cartas compiladas por Hamy, Lopez menciona que uma delas corrobora a ideia de que amigos do médico francês, ou ele próprio, teriam tentado negociar com o conde de Floridablanca, que chegou a escrever ao ministro francês do Exterior, “colocando-o à parte da obrigatoriedade”:

En asunto a los caxones de Historia natural que ha de traer de América meridional el Médico Mr. Dombey [...] de él resulta, que cuando se concedió permiso a dicho Professor para ir al Perú... se obligó expresamente á entregar á su vuelta para el Rey una colección igual á la que tragese para S. M. Chrma. [...] Congetura el Ministro de Indias que V. E. no sabrá, o no habrá tenido presente la obligación de Mr. Dombey (FLORIDABLANCA apud LOPEZ, 1955, p. 68).

Dombey teria tentado contornar a obrigação imposta pelo acordo através da troca de material com os colegas expedicionários espanhóis. Ele acreditava que as trocas já feitas não o obrigariam a ceder posteriormente parte de sua coleção à Coroa, ignorando (ou acreditando) que elas não significavam, necessariamente, que também receberia material de seus companheiros.

Independentemente dos meios que Dombey empregou para tentar manter intactos seu herbário e assegurar a autoria de suas pesquisas, estes não deram o resultado esperado. O francês se viu obrigado a entregar metade de sua coleção,

⁷⁶ HAMY, E. T. *Joseph Dombey Médecin, Naturaliste, Archéologue, Explrateur du Pérou, du Chili et du Brésil (1778-1785) Sa vie, son ouvre, se correspondance*. Librairie Orientale e Américaine, Rue de Mézières, Paris, 1905.

sendo, também, proibido de publicar suas descobertas antes do retorno dos demais membros da expedição.

Apesar da relação, descrita como difícil, entre Dombey e Ruiz, e das restrições a que o francês esteve sujeito durante a expedição, após sua chegada à Cádiz ele redigiu uma carta - em tom amistoso - ao espanhol, na qual, aparentemente, buscava reaver parte do que teria perdido para a Coroa espanhola: “*Vmd. puede disminuir mi pesadumbre dándome en París a menudo sus noticias, ..., y yo agradeceré infinito si Vmd., se digna conservarme un Exemplar de cada planta con su descripción*” (DOMBEY apud LOPEZ, 1955, p. 69). Segundo Lopez, o médico-naturalista teria oferecido a Ruiz, em troca do material que havia sido confiscado, livros novos de Botânica.

Lopez também faz menção à uma queixa que o ministro das Índias teria feito ao vice-rei do Peru, quando do recebimento da primeira parte do produzido pela expedição, enviada a bordo do navio *Buen Consejo*, em 1779. Neste comunicado, o ministro afirmava que o herbário que Dombey havia enviado à França era muito mais completo do que aquele enviado à Espanha. Ao ser inquirido pelo vice-rei do Peru, o médico-naturalista francês teria respondido que também não havia recebido cópias de desenhos e outros materiais dos espanhóis.

É preciso ter em mente que, além das disputas em torno da posse dos herbários formados pela expedição (que materializavam o capital informacional tão almejado), o regresso antecipado de Dombey promoveu uma disputa pelo ineditismo e pela autoria das obras que viriam a ser publicadas. Isto porque a chegada de um francês, trazendo consigo tantas novidades sobre o mundo natural e as gentes de além-mar, certamente, deve ter causado agitação na comunidade científica europeia. Porém, “*ante las exigencias del Gobierno español y el plázet del Ejecutivo francés, el próprio Dombey se sintió obligado a renunciar a dar a luz sus escritos hasta la llegada de los españoles a Europa [...]*” (NOZAL; BUENO, 2007, p. 25).

Após a chegada de Dombey a Paris, o *Journal Général de France*, do dia 14 de janeiro de 1786, publicou que o botânico francês Charles Louis L'Héritier de Brutelle “[...] *se ocuparía del estudio y descripción del herbario acumulado por Dombey durante su itinerario americano*” (NOZAL; BUENO, 2007, p. 25). Segundo Nozal e Bueno, L'Héritier teria recebido a coleção de Dombey diretamente das mãos do conde de Buffon. O conde, por sua vez, ciente do embargo espanhol e buscando

garantir a primazia na publicação dos novos conhecimentos trazidos, intentou que os estudos de L'Héritier sobre o herbário de Dombey fossem publicados em prensas inglesas.

A estratégia de Buffon, no entanto, gerou um clima de animosidade com o *Real Jardín de Madrid* e com a corte espanhola. Conforme Nozal e Bueno, a atitude francesa chegou a ser considerada um incidente diplomático, ocasionando a publicação de uma resposta na *Gaceta de Madrid*⁷⁷, em 11 de julho de 1786, sendo que “*el secretario del embajador de España en Inglaterra se cuidó personalmente de informar a sir Joseph Banks, director de los Kew Gardens*⁷⁸, de lo publicado en la *Gaceta de Madrid*” (NOZAL; BUENO, 2007, p. 25). Após o incidente, cessaram os preparativos para a publicação.

Visando, portanto, à preservação do ineditismo daquilo que seria publicado após à expedição, as autoridades espanholas adotaram medidas bastante rígidas. Cientes da importância e do prestígio que se agregava à instituição do *Real Jardín* e à figura do monarca, elas se utilizaram de todos os subterfúgios possíveis para tentar garantir que a circulação do conhecimento produzido sobre América hispânica a partir dessa expedição se desse por intermédio de mãos e prensas espanholas.

Levando-se em consideração as reflexões do sociólogo francês Pierre Bourdieu sobre a relação de proximidade que o Estado mantém com a produção e o acúmulo de capital informacional, pode-se afirmar que o *Real Jardín*, ao atuar como uma instituição oficial, administrou seu acervo e suas produções com o propósito de formar e reunir um capital informacional útil. Além disso, esta instituição deteve um poder simbólico capaz de legitimar a prática da ciência botânica, tendo sido fundamental para a afirmação do Estado espanhol em um cenário profundamente marcado pelos efeitos da Ilustração, da expansão tecnológica e de um novo imperialismo na segunda metade do século XVIII.

Na continuidade, voltamos nossas atenções para a forma como este conhecimento, tão protegido pelo Estado espanhol, veio a público. Tratamos, portanto, das obras produzidas, com ênfase no seu conteúdo, nos interesses que atendiam e nas influências que receberam do meio social em que foram publicadas.

⁷⁷ Diário oficial, que circulou em Madrid, entre os anos de 1697 e 1936.

⁷⁸ Também conhecidos como *Royal Botanic Gardens* ou, em português, Reais Jardins Botânicos de Kew, se localizavam na cidade Richmond, na Inglaterra.

4. PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO – A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

Desde o tempo dos antigos assírios, se não antes, os governos estiveram interessados em coletar e armazenar informações sobre os povos que controlavam. Como diz um sociólogo contemporâneo, “todos os Estados foram ‘sociedades da informação’, pois **a geração do poder de Estado pressupõe a reprodução reflexivamente monitorada do sistema, envolvendo a coleta, armazenamento e controle regulares da informação** aplicada a fins administrativos” (grifo nosso)

Peter Burke

Ao abordarmos o complexo processo de produção de conhecimento científico no decorrer do século XVIII e seus eventuais desdobramentos na centúria seguinte, é necessário que se tenha em mente alguns aspectos de suma importância sobre as forças que exerceram influência sobre esta produção. Como já mencionado anteriormente, as condicionantes do discurso contido nos relatos de viagem ultrapassam os limites daquilo que compete à literatura fantástica e corroboram para uma produção direcionada a um público leitor bastante específico e cada vez mais especializado.

Obras idealizadas e escritas em torno de descobertas e observações realizadas durante a viagem, necessariamente, atendiam às demandas, em primeira instância, do monarca. Afinal, seu interesse, talvez não no conteúdo técnico das publicações, mas, sim, no retorno que estas poderiam gerar, foi um combustível essencial para que empreendimentos como a expedição ao Peru e ao Chile pudessem, de fato, seguir adiante, razão pela qual não são poucas as referências à grandeza do monarca e à sua erudição nos prólogos das obras geradas nestas condições. Este enaltecimento da figura do rei, que, em grande medida, financiava os empreendimentos, materializava as expectativas de poder referidas por Francismar Alex Lopes de Carvalho (2005).

De maneira a contemplar não só as expressões mais diretas das condicionantes da experiência pessoal e subjetiva que emergem das linhas traçadas no decorrer do diário de Ruiz, mas, também, as condicionantes das expectativas de poder e a possibilidade de conversão do discurso em algo útil para a nação (principalmente no que se refere ao fortalecimento do Estado), neste capítulo,

tratamos das obras produzidas a partir da expedição realizada. Interessa-nos, em razão disso, tanto o processo de escrita, sua organização e publicação, quanto o discurso nelas defendido por seu autor.

Tal qual assinala Peter Burke, no excerto que introduz este capítulo, que está em consonância com o que nos traz Pierre Bourdieu⁷⁹, a coleta, o armazenamento e o controle da informação, assim como a sua distribuição, são práticas comuns entre os Estados que se querem fazer soberanos. No que compete à consagração do Estado, devido à sua influente posição sobre as instituições e estruturas que definem o *modus operandi* social, a manipulação coordenada de informação coloca em prática e eleva à máxima potência o dito popular de que “conhecimento é poder”.

Atualmente temos, ao menos em parte, uma ideia mais concreta e melhor difundida de que a informação por si só não basta. O conhecimento, tão almejado como um objeto de interesse capaz de mudar a sociedade, só pode ser alcançado a partir da coleta e de uma avaliação sistêmica de uma série de informações diversas que dialogam, se complementando ou se contrapondo. É preciso, portanto, que a informação passe por uma série de processos criteriosos para que se converta em conhecimento.

Da igual maneira, os dados recolhidos e o registro materializado nas coleções e herbários trazidos pelos expedicionários deveriam passar por um longo processo de refinamento até tornarem-se conhecimento palpável e digno de corresponder às demandas que lhes foram impostas. Afinal, desde o momento da nomeação de Ruiz como encarregado da expedição não faltaram referências do monarca à necessidade de se dedicar atenção especial às espécies consideradas úteis, nem menções de que seria necessária a conversão destas em artigos ou processos técnicos com valor econômico agregado:

[...] conviene a mi servicio, y bien de mis vasallos el examen y conocimiento methodico de las producciones Naturales de mis Dominios de América, no solo para promover los progresos de las ciencias Phisicas, sino **tambien para desterrar las dudas, y adulteraciones que hai en la Medicina, Tintura, y otras Artes importantes, y para aumentar el Comercio**, y que se formen

⁷⁹ BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

Herbarios, y Colecciones de productos Naturales, describiendo y deliniando las Plantas que se encuentren en aquellos mis fértiles Dominios **para enriquecer mi Gavinete de Historia Natural, y Jardín Botánico de la Corte** [...] (“EL REY” apud GONZÁLEZ-HIDALGO, 1889, p. 354) (grifo nosso)

Além do discurso que aponta para o sentido de posse pelo monarca, cabe destacar ainda a consciente percepção da viagem como laboratório. Neste espaço e tempo da viagem, os envolvidos deveriam experimentar, analisar e descobrir formas de corrigir eventuais equívocos em diversas áreas de saber, incitando ao progresso científico. Desta maneira, fortaleceriam-se relações comerciais entre metrópole e colônia, além de contribuir para um aumento do prestígio das instituições ligadas às ciências naturais. Tendo em vista, portanto, o enriquecimento das instituições espanholas, como bem destacam Nozal e Bueno, os expedicionários “[...] *también se ocuparon de las producciones zoológicas, etnográficas, mineralógicas y arqueológicas*” (2007, p. 26-27).

Ao regressarem à Espanha, a vasta gama de itens recolhidos durante a viagem, no entanto, acabou gerando um problema administrativo que demonstra, em certa instância, a grandiosidade do empreendimento realizado. Segundo Nozal e Bueno, não havia local ou instituição que possuísse uma infraestrutura capaz de suportar o trabalho de catalogação e estudo de todo o material recolhido⁸⁰. Em razão disso, a solução encontrada para que os viajantes pudessem prosseguir com o trabalho foi a de vinculá-los ao *Real Jardín* como agregados e não como funcionários ou integrantes de fato. Desta maneira, o trabalho poderia gozar de maior liberdade administrativa, pois ocorria paralelamente às atividades do Jardim e fora do âmbito de sua administração. Além disso, outra particularidade na gestão do projeto é que, nestas circunstâncias, Gómez Ortega poderia se manter como responsável pela liderança do projeto de estudo da flora americana. Sobre este vínculo estabelecido entre os viajantes e a instituição, Nozal e Bueno afirmam que

[...] los integrantes de la Expedición a Perú y Chile nunca llegarían a trabajar físicamente en el Real Jardín; durante los años transcurridos entre su llegada a España (1788) y la adquisición de la primera sede

⁸⁰ *Pliegos de herbario, dibujos, maderas, semillas, frutos, animales disecados, y una nada despreciable colección de objetos arqueológicos y etnográficos conforman el material científico acumulado como resultado de sus pesquisas por tierras americanas [...]* (NOZAL; BUENO, 2007, p. 26).

para la “Oficina de la Flora Americana” (1792) lo harían en sus propios domicilios (2007, p. 27).

De fato, foi somente quatro anos após o regresso dos viajantes, em agosto de 1792, que a *Oficina de la Flora Americana* ganharia uma sede própria. Entretanto, inoportunamente, a *Oficina* acabou por viver uma certa itinerância que prejudicou em demasia o trabalho dos envolvidos. Seus membros e seu acervo tiveram sete sedes diferentes durante o período em que a *Oficina* atuou independente do *Real Jardín*, ou seja, até outubro de 1831. Na ocasião, os fundos da *Oficina* foram incorporados definitivamente ao *Real Jardín* e esta foi dissolvida.

O trabalho de sistematização e catalogação do acervo, que culminaria na publicação da obra intitulada “*Flora Peruana y Chilense*”, teve início em março de 1789, conforme as condições já mencionadas. Após cerca de um mês, já havia um plano de ação para a tarefa, formulado pelos botânicos Ruiz e Pavón, juntamente com o desenhista Gálvez, e que era constituído por 17 artigos, nos quais foram definidas todas “[...] *las obligaciones del personal encargado de la edición de la obra botánica, las necesidades materiales y la organización necesaria para llevar a buen fin el proyecto*” (NOZAL; BUENO, 2007, p. 28).

Nesta distribuição de atividades e responsabilidades relativas à escrita da obra, foi mantida, de certa forma, a hierarquia observada durante os onze anos de herborização. Com isso, queremos dizer que Ruiz continuou a atuar em posição de destaque, sendo o principal responsável por conduzir o trabalho e pelas relações diplomáticas com os superiores e catedráticos do *Real Jardín*. Ainda que, formalmente, não houvesse uma grande distinção entre os cargos de Ruiz e de Pavón, na prática, conforme Nozal e Bueno, o último esteve subordinado a Ruiz:

El segundo botánico quedaba relegado a las tareas de ordenación de los herbarios, nexos de unión entre el primer botánico y el dibujante y a mero copista, encargado de poner en limpio el ejemplar definitivo para mandar a la imprenta (2007, p. 28).

Já Ruiz, encarregava-se não só de administrar as relações diplomáticas da *Oficina*, como também de redigir as principais descrições de plantas que seriam incluídas na obra. Considerando a posição de destaque de Ruiz no decorrer de todo o empreendimento e durante o trabalho de catalogação e de sistematização que foi

realizado após viagem, é interessante refletir sobre certos aspectos de sua relação com Gómez Ortega e com os demais expedicionários. Durante a existência e atuação da *Oficina de la Flora Americana*, Gómez Ortega não só ocupava o posto de primeiro catedrático do *Real Jardín*, como também era dono de uma famosa botica em Madrid. Já Ruiz, recebeu o título de boticário somente em fevereiro de 1790, quando passou a conciliar o trabalho na *Oficina* com a administração de sua própria botica – que havia herdado de seu tio – situada também em Madrid.

Além da aparente boa relação que havia entre eles no âmbito profissional, na esfera particular, como já exposto no primeiro capítulo da dissertação, Ruiz e Ortega possuíam laços bastante estreitos, devido ao casamento da filha do catedrático com o botânico. Tudo isso agitava as relações com os demais membros da *Oficina*, contribuindo para a criação de um clima de tensão alimentado pela percepção de que havia predileção e favorecimento de Ruiz, enquanto que os demais eram ser vistos como meros colaboradores incapazes de grandes contribuições.

Dito isso, poderíamos questionar até mesmo a necessidade de ser mantido o trabalho da *Oficina* em paralelo ao do *Real Jardín*. Afinal, nessas condições, Ortega manteve grande influência sobre o projeto, direta e indiretamente, através da influência que exercia sobre seu genro e pupilo. Cabe, portanto, o questionamento: a gestão do projeto pode ser compreendida como uma estratégia adotada por Ortega? Embora Ortega possa ser considerado, de certa forma, como efetivamente o principal favorecido, também é importante considerar que o governo espanhol já vinha promovendo uma série de iniciativas visando à criação de novos jardins que pudessem atuar como correspondentes e contribuintes do *Real Jardín*, algo que apontamos já no capítulo anterior. Esta necessidade já assinalada de serem criados espaços complementares, nos quais pudessem ser distribuídas e executadas ações diversas, tais como administração de aulas e a formação de jardins de aclimação, demonstra claramente que o *Real Jardín*, de fato, não possuía infraestrutura capaz de lidar com o trabalho que era realizado pela *Oficina de la Flora Americana*. Parece-nos, contudo, bastante plausível que Ortega tenha se valido de uma aliança com Ruiz, bem como das relações que estabeleceu com outros homens de ciência, para garantir uma posição influente nos campos da Botânica e da Farmácia, definindo a condução do processo de sistematização e de divulgação dos

conhecimentos produzidos a partir das expedições científicas promovidas pelo Estado espanhol.

As atividades na *Oficina de la Flora Americana* eram, com certeza, atravessadas pelo clima de animosidade entre os envolvidos, devido à evidente aliança firmada entre mestre e pupilo. Pode-se supor, também, que eram comuns as discussões e que o ambiente de trabalho devia ser marcado por conflitos, como o que ocorreu entre 1791 e 1792, e que extrapolou o espaço da *Oficina*. Na ocasião, Ortega pronunciou-se oficialmente em carta encaminhada ao “*Ministro de Gracia y Justicia de Indias*”, Antonio Porlier, na qual denunciava o descaso e a morosidade com que Pavón e Gálvez haviam trabalhado no último ano.

Segundo a missiva, em função de sua postura desleixada, Pavón e Gálvez haviam deixado “[...] *todo el peso de las actividades en manos de Ruiz*” (NOZAL; BUENO, 2007, p. 29). A denúncia, no entanto, recebeu uma réplica alguns meses depois, através de outra carta dirigida ao ministro Porlier, desta vez escrita por Pavón e Gálvez, na qual se queixavam da aliança entre Ruiz e Ortega. Segundo os acusados, agora na posição de acusadores, o botânico e o catedrático mantinham forte cumplicidade, excluindo os demais de toda e qualquer decisão importante em relação à obra na qual se encontravam trabalhando.

Já a tréplica de Ortega, veio de forma agressiva e contundente, repleta de acusações extremamente sérias. Além das críticas de desleixo em relação ao trabalho, ainda teceu comentários sobre aquilo que chamou de “[...] *un exceso de ambición* [...]” (NOZAL; BUENO, 2007, p. 29) por parte do desenhista que havia tentado converter-se em ilustrador da obra; denunciou Pavón, Brunete e Gálvez de insubordinação e os acusou de terem principiado o incêndio em Macora. Segundo Ortega, os expedicionários teriam atado fogo aos herbários, livros e manuscritos, por conta de um ressentimento com Ruiz, o primeiro botânico da expedição. Assim, queixava-se que a falta de interesse e de dedicação ao trabalho se davam por conta da falta de reconhecimento que creditavam a ele e a Ruiz, chegando a solicitar seu próprio afastamento do cargo de diretor facultativo para que se colocasse uma figura capaz de gerir melhor os membros da *Oficina*. No entanto, mesmo nessas circunstâncias, Ortega e os demais envolvidos mantiveram seus postos e a discussão parece não ter ido adiante.

Em novembro de 1793, houve a incorporação de um novo desenhista ao quadro de colaboradores da *Oficina*. José Rubio ocupou o cargo de segundo desenhista, porém seu temperamento e seu trabalho levaram Ortega, Ruiz, Pavón e Gálvez a solicitarem seu afastamento em 1796. Alegavam lentidão e incoerência em seu trabalho, sendo que o ápice da insatisfação se deu quando contraiu uma doença que o obrigava, por ordens médicas, a ausentar-se da cidade: “*De hecho, el fracaso de José Rubio en la dirección provocó su aislamiento a comienzos de 1798. Pese a sus escritos de protesta, la solución pasó por separarle de la Flora y trasladarle a la Real Fábrica de porcelanas*” (LÓPEZ GARCÍA, 2000, p. 107).

A partir de 1794, o então primeiro ministro e sucessor do Conde de Aranda, Manuel Godoy, impôs sobre a *Oficina de la Flora Americana*, um novo regime de trabalho que contava com um investimento mais modesto e projetava uma publicação de 12 tomos para a obra. Com a redução dos fundos e a aparente diminuição da publicação, Gómez Ortega abandonou a instituição e o projeto.

Todos estes fatores contribuíram para que a “*Flora Peruana*” permanecesse como obra inacabada e quase totalmente inédita até os dias de hoje. Apesar de todos os contratemplos administrativos e interpessoais enfrentados, parte do trabalho foi trazida à luz através de publicações realizadas à época como: o *Flora peruviana, et chilensis Prodromus* (Madrid, 1794), o *Systema Vegetabilium* (Madrid, 1798) e os três primeiros tomos da *Flora peruviana, et chilensis* (Madrid, 1798-1802). Além disso, o trabalho realizado pela *Oficina de la Flora Americana* também produziu concretamente cerca de 536 lâminas de gêneros e espécies vegetais, destinadas ao *Prodromus* e aos cinco primeiros tomos da *Flora peruviana* (ainda que só tenham sido publicados os 3 primeiros).

Boa parte do material produzido não chegou a ser publicado em função da falta de recursos para arcar com os gastos de impressão da obra. Com a chegada de Fernando VII ao trono em 1814, intentou-se um novo incentivo à produção, porém os fundos continuavam escassos e de difícil direcionamento, pois a

instituição era vista, em primeira instância, como um “centro americano”⁸¹ e não como um estabelecimento científico.

[...] lo que provocó una supeditación de la “Oficina de la Flora Americana”, desde su creación, a los organismos ministeriales de Indias, en claro contraste con el resto de las instituciones científicas similares, como el Real Jardín Botánico o el Real Gabinete de Historia Natural, que dependían jerárquicamente de la Primera Secretaría de Estado (NOZAL; BUENO, 2007, p. 32).

Mas, de todos os contratempos que a obra enfrentou, talvez o maior deles tenha sido a morte de Ruiz, em 1816, posto que era a figura que encabeçava o projeto. Sem a influência anteriormente exercida por Gómez Ortega e Ruiz, Pavón passou a vender as coleções peruano-chilenas e mexicanas para outros botânicos europeus. Por conta do feito, em 1835, Pavón foi suspenso imediatamente, sem direito a pagamentos, porém, mesmo após sua morte, 5 anos mais tarde, a venda das coleções de história natural se manteve, desta vez, conduzida por seus herdeiros e pelos herdeiros de Ruiz.

Deste período de sistematização e escrita das obras que se originaram a partir da expedição, outro evento que merece menção foi a substituição de Gómez Ortega, no cargo de primeiro catedrático do *Real Jardín*, por Antonio Joseph Cavanilles⁸², em 1801. Sua saída do cargo, no entanto, não o distanciou do trabalho como boticário, que exerceu até sua morte em 1818. Segundo Nozal e Bueno, durante o período em que atuou como boticário, Ortega, manteve, através de sua botica, o monopólio pessoal de alguns produtos de origem americana, prática que

⁸¹ Por tratar-se de uma instituição encarregada de divulgar conhecimentos produzidos no e sobre o além-mar, ela foi direcionada, inicialmente, aos ministérios encarregados das Índias, respeitando a lógica de que todo assunto voltado às colônias deveria responder diretamente a estas unidades do Estado. Isto não significava, necessariamente, uma desvalorização do projeto, mas acabou por dificultar o processo de solicitação e distribuição de recursos.

⁸² Antonio Joseph Cavanilles nasceu em 1745, em Valência, onde iniciou sua formação no colégio jesuíta de *San Pablo*. Em 1759, matriculou-se na Universidade de Valência, onde estudou teologia e filosofia. Obteve, em 1766, o grau de doutor em teologia pela Universidade de Gandia e, mais tarde, foi consagrado em Oviedo, no ano de 1772. Viajou para Paris em 1777, onde passou a ter contato com as ciências naturais e a voltar-se para Botânica, que estudou, inicialmente, por conta própria, logo passando a acompanhar aulas ministradas pelo francês Antoine Laurent de Jussieu no *Jardín du Roi*, com quem manteve contato. No ano de 1789, foi nomeado membro da *Scientific Society of Uppsala*, e, no seguinte, se tornou membro da *Linnaean Society of London* e, em 1801, assumiu o cargo de primeiro catedrático do *Real Jardín Botánico de Madrid*. Devido à sua percepção da Botânica como ramo científico independente (algo que reverberou entre seus discípulos), se configurou como antagonista e dirigiu impugnações a alguns trabalhos de Ruiz e de Gómez Ortega, promovendo diálogos que foram fundamentais para a conformação do campo na Espanha.

Ruiz tentou estabelecer⁸³ em relação a plantas de grande valor econômico, como a ratânia, por exemplo.

A aliança firmada entre mestre e discípulo favoreceu a ambos. Enquanto Ruiz contava com o apoio e a autoridade do mestre para que suas publicações atingissem o maior público possível, o mestre pôde, seguramente, contar com o auxílio do primeiro botânico, responsável pela descoberta de inúmeras espécies novas (e com alto valor econômico/utilitário), para constituir algum novo monopólio de extração e comercialização de plantas medicinais. Já em suas publicações, ambos apoiavam-se e defendiam-se contra possíveis vozes descontentes e discordantes.

Paralelamente ao trabalho realizado na *Oficina de la Flora Americana*, Ruiz também realizou algumas publicações sobre suas investigações farmacológicas. Como requisito para ingressar como “*Socio Numerario en la Clase de Farmacéutico*” na *Real Academia Médica Matritense*, em 1794, ele submeteu três memórias no lugar de uma única dissertação, como usualmente estava estabelecido. Nestas memórias, tratou de espécies consideradas úteis pelo seu viés farmacológico e econômico, como a *calaguala*,⁸⁴ a *canchalagua*,⁸⁵ a *china peruana*⁸⁶ e a *ratânia*.⁸⁷

⁸³ Este monopólio seria estabelecido desde a produção e extração do gênero até a sua comercialização. O produto deveria ser elaborado por pessoas de confiança em terras americanas e, mais tarde, comercializado pela botica de Ruiz para as demais boticas europeias, em um modelo bastante similar ao que Gómez Ortega mantinha em relação a produtos como as “*aguas de Trillo*”, águas termais buscadas pelos espanhóis devido às suas propriedades curativas.

⁸⁴ Também conhecida como “Coca do Inca”, recebeu este nome devido ao uso que os nativos faziam da mesma para atenuar os efeitos causados pela altitude na ausência de coca. Ruiz atribui àquela que chama de “*verdadera y legítima Calaguala, Polypodium Calaguala Ruiz*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 142), as propriedades de antiasmática, anti-inflamatória, anti-reumática, antitussígena, diaforética, diurética, expectorante, hepática, hipotensiva, peitoral, sudorífica e tônica. Embora não haja atribuição de sua descoberta a Ruiz, a dita “*verdadeira Calaguala*” leva seu nome na terminação, mostrando que, se não foi o descobridor, ao menos, é provável que tenha sido o responsável pela descrição e classificação desta espécie. Em sua obra, ainda destaca a necessidade de se realizar uma análise minuciosa da planta, alertando que, por vezes “[...] *en la Medicina se usen en lugar de la legítima y verdadera Calaguala las raíces de otras plantas, ó sean Especies del mismo Género ó de otros afines, las cuales jamas pueden producir rigurosamente los mismos efectos que experimentan los Indios y naturales del Perú [...]*” (RUIZ, 1796, p. 19-20), equívoco que poderia gerar a descrença em sua eficácia.

⁸⁵ Segundo Ruiz, “*es bien frecuente el uso que en el reyno de Chile y del Perú se hace de la infusion de la Canchalagua para atemperar, purificar y atenuar la sangre, para poner en tono las relaxaciones del estómago y para cortar las fiebres intermitentes y en calidad de sudorífica se tiene tambien por especial contra los dolores laterales sin calentura*” (RUIZ, 1796, p. 53). Entretanto, o botânico chama a atenção para que se faça distinção entre a *Gentiana Canchalagua* e a *Gentiana Centaurium*, pois a primeira espécie teria propriedades farmacológicas que justificavam uma exploração comercial da

Tais obras, no entanto, quando foram trazidas a público e submetidas ao escrutínio dos pares, receberam algumas críticas. A partir disso, teve início um trabalho intelectual de defesa de seu conteúdo, que reverberou para além da figura de Ruiz e de seu principal interlocutor, Antonio Joseph Cavanilles. É sobre esse embate, travado no meio acadêmico e que pôs em discussão o próprio papel dos campos científicos envolvidos, que trataremos no próximo tópico, buscando analisar as estratégias discursivas adotadas pelos homens de ciência do período, ao defenderem suas opiniões e o trabalho de suas vidas.

4.1. A Botânica, a Farmácia e a Medicina – campos em formação, agentes em discussão

Ao realizar a expedição aos reinos do Peru e do Chile, Ruiz e os demais expedicionários deveriam atender às demandas propostas pelas instituições (a saber, os respectivos Jardins Reais da Espanha e da França) e pelas Coroas que financiavam o empreendimento. Assim sendo, coube a ele e aos demais integrantes da expedição a missão de encontrar plantas medicinais com valor comercial, promover o reconhecimento da flora americana e formar duas coleções idênticas para ambos monarcas.

Ainda que, em um primeiro momento, as diretrizes sob as quais estes homens balizaram suas atividades parecessem estar diretamente voltadas a uma produção de conhecimento botânico com caráter muito descritivo, considerando o habitat, o recolhimento, a dissecação, as virtudes e os usos medicinais, observam-se, também, preocupações com aspectos relacionados à farmacotécnica, à química e a ensaios clínicos feitos com plantas americanas, o que deixa transparecer a ênfase na exploração comercial das drogas naturais. O conhecimento sobre a natureza americana deveria, portanto, servir à metrópole.

mesma, enquanto a segunda carecia de maiores experimentações para averiguar suas potencialidades.

⁸⁶ “*En la Medicina llamamos Raiz de China á la parte turmosa, y mas gruesa de la raiz de una planta conocida por los Botánicos con el nombre de Smilax China*” (RUIZ, 1796, p. 57). Era conhecida pelos indígenas *Panatahuas* pelo nome de *Purhampui*, enquanto *criollos* e indígenas do Peru a conheciam como *Santo Palo*, provavelmente devido à similaridade de suas virtudes com as do *Palo Santo*. Era valorizada pelo seu uso como fármaco antivenéreo e antireumático.

⁸⁷ De nome científico *Krameria triandra*, esta planta foi introduzida na Europa por Hipólito Ruiz em 1780. O sumo de suas folhas poderia ser utilizado no trato de cataratas, enquanto que sua raiz possuía uma tão poderosa virtude estíptica que, segundo Ruiz, tomando-se sua infusão, “[...] contiene qualquiera fluxo de sangre [...]” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 276). Além disso, destaca que sua utilização não possuía efeitos colaterais como outros vegetais também adstringentes, aos quais comumente se recorria.

Fator primordial para essa nova percepção da natureza⁸⁸ foi a mudança de como se concebe o exercício prático da Botânica. Até então tida como uma ciência através da qual o homem intenta conhecer e classificar a flora como um exercício de poder sobre a natureza, ela passaria a ser vista como uma ciência “auxiliar” a serviço da Farmácia. Ruiz compartilhava dessa nova percepção e foi um forte difusor dessa ideia, o que fez com que encontrasse forte resistência na figura do clérigo valenciano Antonio Joseph Cavanilles, para quem a ciência botânica era uma área autônoma e autossuficiente.

O choque entre estas duas personagens, representativas de formas tão distintas de pensar a Botânica enquanto ciência, se deu no seio da instituição⁸⁹ que então detinha o capital simbólico capaz de legitimar essa prática sob uma perspectiva oficial: o *Real Jardín Botánico de Madrid*. O embate entre Hipólito Ruiz e Don Antonio José de Cavanilles emerge das produções acadêmicas de ambos, ficando mais evidente a partir do momento em que Cavanilles assume a direção do *Real Jardín*, que esteve sob os cuidados de Ortega até 1801. Este conflito se manifestará de forma mais evidente em 1796, ano em que Ruiz publicou sua *Respuesta para desengaño del público á la impugnacion que ha divulgado prematuramente el presbítero don Josef Antonio Cavanilles: contra el pródromo de la flora del Perú é insinuacion de algunos de los reparos que ofrecen sus obras botánicas*, na qual, ao referir-se à Botânica, deixou bem claro seu posicionamento em relação à farmacologia:

⁸⁸ Dentre as mudanças de paradigmas ocorridas no século XVIII, apresentam-se novas formas de se pensar a natureza. “Na tradição clássica a natureza, ou universo, pois ambos são praticamente sinônimos, é considerada como uma totalidade coerente e racional criada por Deus, na qual o homem e todas as demais criaturas existiriam e estariam dispostos em um tipo de hierarquia predeterminada e governada pelas leis divinas” (KAWANA, 2006, p. 19). Porém, com a adoção de procedimentos científicos, surgem novas interpretações, cada vez mais distantes da metafísica e próximas do materialismo, que buscavam compreender se haveria de fato uma ordem no mundo ou não. Se, para os materialistas convictos, o mundo é visto como um aparelho regulado por leis mecânicas, o deísmo surge como “[...] refúgio daqueles espíritos que não podem aceitar o materialismo, a ideia de uma natureza determinada por leis inflexíveis que tornaria desnecessária a intervenção da divindade” (KAWANA, 2006, p. 42), afinal, segundo a autora, o deísmo “[...] prega uma religião natural, um Deus universal que poderia ser apreendido por todos, sem a necessidade de frequentar uma igreja (KAWANA, 2006, p.42). Mas, ainda que aparente distanciar-se da tradição clássica, pois não há menções ao divino ou a elementos metafísicos em suas obras, as mesmas também não contêm elementos suficientes para afirmar que sua produção possui um caráter materialista ou, então, deísta.

⁸⁹ Como bem observado por Michel de Certeau, uma “instituição não dá apenas uma estabilidade social a uma ‘doutrina’. Ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina. Não que uma seja a causa da outra. Não seria suficiente contentar-se com a inversão dos termos (a infraestrutura tornando-se a ‘causa’ das ideias) [...]” (CERTEAU, 1982, p. 60-61). Assim, a institucionalização da ciência botânica dita o rumo da prática, ao mesmo tempo em que se forma a partir dela.

[...] y esto se sin hacer la crítica de lo que falta [...] al discernimiento del Género e de la Especie sin dar la menor noticia de los usos y virtudes, como si este conocimiento no fuera el resorte del Botânico, á quien de poco serviria la esteril habilidad de distinguir todas las plantas del Universo, ignorando sus propiedades y usos que pueda hacerse con ellas. (RUIZ, 1796, p. 37)

Logo, para Ruiz o papel do botânico extrapolava a simples descrição da flora e abrangia também seus aspectos utilitários⁹⁰, justificando, desta forma, a necessidade de se produzir conhecimento sólido a respeito dessas plantas e suas propriedades farmacológicas, bem como sua capacidade de produção, extração e comercialização. A partir do trabalho realizado pelo botânico, se promoveria a aclimação das espécies consideradas úteis e o transporte das mesmas para outras colônias, “[...] com o objetivo de diversificar a agricultura colonial, sendo um requisito de destaque para o fortalecimento do comércio entre metrópole e colônia” (RAMINELLI, 1998, p. 2). Ronald Raminelli, contudo, adverte que, ainda que a postura adotada pelos expedicionários do século XVIII, ao exercerem a prática científica, aparentasse ser guiada por um interesse meramente econômico, trazia imbricada em si a busca pelo reconhecimento público do trabalho que lhes assegurasse a autoria da descoberta e a consagração do esforço realizado. Pois,

[...] sem os testemunhos materiais da viagem – narrativa, correspondências, desenhos e exemplares recolhidos da natureza –, a expedição era esquecida, tornando-se irrelevante para os avanços da História Natural. Era ainda imprescindível a publicação dos seus resultados em livros e artigos para que circulassem entre as sociedades científicas” (RAMINELLI, 1998, p. 2).

Tal forma de se pensar a Botânica favorecia a construção de uma imagem das colônias americanas enquanto fornecedoras tanto de simples, quanto de compostos⁹¹, algo que, muito provavelmente, chamou a atenção das monarquias sobre as terras americanas e serviu muito bem ao projeto colonial espanhol, visto

⁹⁰ Ruiz compartilhava da visão de Georges-Louis Leclerc, o conde de Buffon, principal nome à frente do *Jardin des plantes*, em 1739, que procurou através de sua obra, “[...] colocar o homem no centro da natureza e da ciência que devem lhe servir. A natureza é digna de atenção na medida em que é útil ao homem. Sua observação não deve conduzir a Deus, mas ao próprio ser humano” (KAWANA, 2006, p. 33).

⁹¹ No universo da farmacologia, os elementos são divididos em simples e compostos. Aqueles considerados simples são fundamentalmente extratos de plantas medicinais ou as próprias *in natura*, como esclarece Raphael Bluteau, em seu dicionário: "Simplez, ou simples ou simpleces. Hervas medicinales; curar simplez, he dar medicamentos de hervas, & plantas, misturar sua droga com outra" (BLUTEAU, 1720, p. 650). Já sobre elementos compostos, Bluteau descreve: "Composto. Que se compõem de várias partes, ingredientes, simplices. [...]. Que se resulta da união de várias partes" (p. 298), logo, seriam medicamentos resultantes de uma combinação (podendo esta ser química) dos elementos simples ou de suas virtudes.

que ele diferia muito do projeto português de colonização. Enquanto o império luso intentava promover a ocupação e povoamento das terras, estendendo as fronteiras, para a Coroa espanhola, as colônias eram fonte para extração direta daquilo que interessava à ela (como a exploração da prata e a produção de quina em território peruano), pouco se preocupando com o povoamento das regiões sob seu domínio.

Quanto à origem do conflito entre Ruiz e Cavanilles, este parece remontar à relação conturbada de Cavanilles com Ortega, constituindo-se numa espécie de desdobramento de um embate entre mestres, que se estende aos seus pupilos. Como resultado, temos uma publicação de Cavanilles, em que ele denuncia possíveis deslizes de seus antagonistas na tarefa de classificação das espécies e, ainda, sugere a existência de uma influência negativa de Ortega sobre seus discípulos. No texto da *Respuesta* publicada por Ruiz encontramos as acusações feitas pelo presbítero, bem como a fundamentação que ele adotou para rebatê-las.

Na *Respuesta*, antes de iniciar sua defesa, o botânico espanhol faz uma breve introdução, na qual professa seu amor pela Botânica e pela verdade⁹². Em seguida, reconhece ser obrigação daqueles que se aventuravam nas áreas das ciências experimentais, o compromisso de sempre denunciar ao público possíveis equívocos cometidos por outro pesquisador (ou por eles mesmos), ressaltando que, dessa forma, se estaria contribuindo para o avanço científico. Esta posição de Ruiz caracterizava a prática científica do século XVIII e se aproximava do pensamento do já referido Benito Jerónimo Feijoo, que professava a necessidade de se

[...] erradicar prejuicios y errores mediante el camino de la verdad, al establecer que, cuando existan argumentos eficaces contra las opiniones recibidas, es obligación de los escritores batallar por la verdad ilustrando al pueblo de los aciertos para erradicar los errores, ya que existe para el bien común, pues “a éste atiende, y no a su interés particular” (SALADINO-GARCÍA, 1990, p. 33)

Após deixar claro qual era sua posição, Ruiz trata de explicar as razões que o levavam a responder a Cavanilles. No terceiro “*Quaderno de Plantas*” da obra de Cavanilles, o valenciano tece comentários acusadores ao “*Pródromo*” da “*Flora del Perú y Chile*”, obra que Ruiz menciona como sendo “*fruto del trabajo de once años*

⁹² “El amor á la verdad, y la afición que siempre profesé á la Botánica desde el año de 1772 en que empecé muy joven á dedicarme á su estudio en el Real Jardín Botánico de esta Corte, continuándole sin interrupcion hasta el día, no menos que la obligacion á que estamos sujetos, cada uno en su carrera, de anunciar al Público las equivocaciones que se estampen, así en esta, como en las demas Ciencias experimentales [...]” (RUIZ, 1796, p. 3).

que peregriné por aquellos Reynos en calidad de primer Botánico de la Expedicion, hecha de orden, y á expensas de S.M.” (RUIZ, 1796, p. 3). Considerava-se, portanto, autorizado a responder à contestação com o propósito de contribuir para o progresso da Botânica. Isto, no entanto, não impediu o autor da *Respuesta* de denunciar que:

[...] se vale nuestro Impugnador [...] de la arbitraria suposicion de que por haber sido el Catedrático Don Casimiro Ortega (quien da á entender es su émulo) Maestro de los Autores del Pródromo, y ser tío político de uno de nosotros, nos persuadió á publicar lo que á el Señor Cavanilles le ha incomodado; [...] (RUIZ, 1796, p. 4).

A passagem acima parece sugerir que as críticas dirigidas a Ruiz estavam também perpassadas por ressentimentos e mágoas de outra ordem. Neste mesmo trecho, em uma nota de rodapé, Ruiz destaca o reconhecimento que seu mestre Ortega desfrutava, o que, inclusive, havia rendido a ele menção na *Nueva Encyclopedia*, impressa em Paris, em 1784. Parece-nos que Ruiz, efetivamente, herdou a disputa que seu mentor já mantinha com Cavanilles.

Não se sabe ao certo o que despertou as críticas feitas por Cavanilles. Pode-se, no entanto, especular que tenham alguma relação com o que encontramos na obra *Flora Peruviana, et Chilensis Prodromus*, publicada em 1794, por Ruiz e Pavón. Nela, há uma descrição curiosa de uma certa espécie de árvore que recebeu a nomenclatura de *Cavanillesia umbellata*, ou “Árvore do Tambor”:

[...] por servir su corteza para aros de Tambores: es árbol de 30 á 40 varas, su Tronco muy grueso y desproporcionado y de una madera tan fofa que parece de consistencia de Corcho y Hongo, introduciendose en ella la hacha como en una Calabaza, por lo que el árbol que mandamos cortar, sin embargo de no poderle abarcar dos hombres, le derribó uno de estos con la mayor facilidad á pocos golpes (RUIZ, 1794, p. 97).

Se levarmos em conta a provável aparência física de Cavanilles e as possíveis analogias, tanto o homem, quanto a árvore, seriam robustos, porém, passíveis de serem derrubados com poucos golpes, o que poderia ter sido uma das motivações para o estopim das acusações. Mas na crítica publicada pelo presbítero encontramos outras as espécies de plantas que também são alvo de sua contestação.

Tomemos por exemplo, o gênero *Molina* proposto por Cavanilles. Para Ruiz e seus colaboradores, esta nomenclatura é equivocada, pois tratar-se-ia de uma espécie do gênero *Banisteria*. Segundo o botânico, não havia nada que justificasse a separação da planta observada em um gênero novo, ainda mais que sua nomeação havia se dado por meio da observação de um exemplar malconservado da espécie. Esse tipo de engano, segundo ele, não era incomum. O próprio Don Antonio José Cavanilles já havia escrito sobre a possibilidade de até mesmo Linneu ter cometido deslizes dessa natureza:

[...] Linneo habia unido varias especies en una, á veces multiplicando en vario los Géneros, y fundado otros dignos de separarse, y habia dado caracteres muchas veces incompletos, y algunas falsos; y que todas estas cosas juzgaba deberse atribuir á la estrechez del tiempo, ó à los esqueletos de las Plantas en gran parte defectuosos [...] (RUIZ, 1796, p. 6).

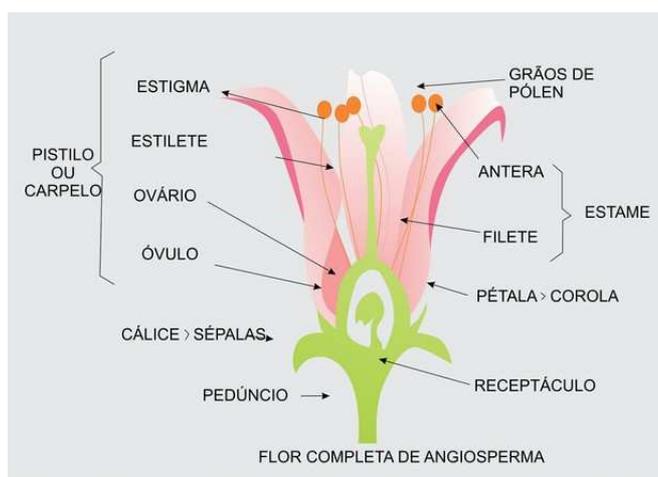
E agora, na *Respuesta* escrita por Ruiz, Cavanilles se tornava alvo da mesma crítica, pois parte dos enganos encontrados em sua obra são atribuídos ao comprometimento da amostra analisada e à pouca reflexão sobre certas colocações. Constata-se, no entanto, que Ruiz procurou elogiar o talento de seu antagonista, na medida em que reconhecia que o deslize havia decorrido da utilização de um material orgânico prejudicado, o que poderia ser evitado, caso a espécie tivesse sido observada em seu habitat natural.

[...] son precisamente los mismos descuidos que se han notado en los Escritos del Señor Cavanilles, y las propias causas á que los atribuyo, especialmente á haberse valido de Plantas secas para su exâmen, como en gran número de ellas lo previne él mismo, y no á falta de zelo, y buena voluntad, sobre que le hago justicia igualmente á su laboriosidad y talento (RUIZ, 1796, p. 6).

Em relação à classificação da espécie *Banisteria*, Ruiz inicia contestando a descrição realizada por Cavanilles, para quem a espécie em questão apresentaria somente um Estilete com Estigma simples e três Frutos. Esta descrição, segundo Ruiz, seria equivocada, porque na natureza poderia ser observada uma correspondência direta entre o número de Frutos com o de Estiletos e Estigmas:

Ya se dexa ver que no describir mas que un Estilete con el Estigma sencillo en la Molina es una contradiccion, quando mas abaxo disse que tiene três Escróculos ó Frutos, lo que es imposible pueda suceder, á no haber errado la Naturaleza, que siempre observa en las Plantas una correspondência entre los Frutos, Estiletos y Estigmas (RUIZ, 1996, p. 11).

Figura 3 - Flor completa de angiosperma



Fonte: MONIZ, Priscilla. *Angiospermas*. Educação.biologia. In: <http://educacao.globo.com/biologia/assunto/microbiologia/angiospermas.html>

Para Ruiz, não seria nenhum absurdo concluir, então, que os outros dois Estiletes haviam se desprendido do exemplar dissecado da planta e se perdido em função de algum manuseio ou transporte sem o devido cuidado. Valendo-se do equívoco de seu antagonista como referência, Ruiz reforça a importância de as plantas serem observadas em seu habitat para uma classificação correta, pois “*sabemos muy bien los que hemos tenido la oportunidad de observar vivas las Banisterias que todas ellas convienen exàctamente en las partes de la fructificacion [...]*” (RUIZ, 1796, p. 10).

Figura 4 - *Banisteria febris*

Fonte: Archivo del Real Jardín Botánico – CSIC. Madrid. In: <http://plants.jstor.org/stable/10.5555/al.ap.visual.ma-ajb04-d-2118>.

Em suas respostas formais a Cavanilles, Ruiz recorre a explicações de caráter puramente científico, mas não deixa de defender-se de acusações morais, mostrando o quanto pode ser tênue a linha que separa as dimensões do público e do privado. Expõe seus pontos e defende seus posicionamentos sem esconder sua metodologia, como se pode constatar no valor que atribui ao “olhar”, condenando, desta forma, a passividade do “ver”⁹³. Ao debater com Cavanilles,⁹⁴ Ruiz recorre a

⁹³ Sérgio Cardoso, em seu “O olhar viajante (do etnólogo)”, se propõe a discutir a distinção entre “ver” e “olhar”. De acordo com as reflexões do autor, “ver” é uma ação superficial, ela compreende certa passividade do sujeito, pois espelha e registra, reflete e grava. Já o “olhar” é um ato de

todas as formas de legitimação que conhece, mas não negligencia o argumento respaldado pela fé perceptiva: o “eu vi”.

Em sua resposta a Cavanilles, fica evidenciada tanto a intenção de Ruiz de preservar a imagem e o prestígio de seu mestre Casimiro Gomes Ortega, rebatendo acusações de cunho moral e político, quanto de defender sua produção científica, sem deixar de apontar que estas contestações e defesas (realizadas nos espaços destinados a isso) são necessárias, pois promovem debates capazes de contribuir para o progresso científico. Esse esforço de validar aquilo que foi produzido nos mostra, ainda, que o trabalho do naturalista não findava no retorno da expedição, pois o registro, a aceitação e a circulação do conhecimento produzido, se configuravam como o epílogo da viagem, tão importante quanto a viagem em si.

Ao mesmo tempo, o enfrentamento entre estas figuras é sintomático do período de construção dos campos da Botânica, da Farmácia e da Medicina⁹⁵ no território espanhol. A natureza do embate tem como uma de suas principais bases a discussão sobre o real papel que cada uma destas áreas de saber desempenha, até

interiorização, ele é investigativo, podendo indagar a partir e além do que é visto, portanto, sofre a ação direta da subjetividade do indivíduo: “ela, a simples visão, supõe e expõe um campo de significações, ele, o olhar - necessitado, inquieto e inquiridor - as deseja e as procura, seguindo a trilha do sentido. O olhar pensa; é a visão feita interrogação” (CARDOSO, 1995, p. 349).

⁹⁴ Levando-se em consideração que o embate entre os referidos acadêmicos teve como principal suporte as obras escritas e publicadas sob a forma de impugnação e de resposta, cabe evocar as reflexões de Michel De Certeau sobre o processo de escrita da história. Assim, podemos observar que da mesma forma com que a escrita da história parece se basear em “[...] uma tautologia sócio-cultural entre seus autores (letrados), seus objetos (livros, manuscritos, etc.) e seu público (cultivado)” (1982, p. 65), a escrita acadêmica da Botânica recorre à mesma lógica na busca pela legitimação do discurso. Para além das evidências empíricas, portanto, o indivíduo busca ainda o diálogo com a produção de seus pares e o atendimento das demandas de seu público, retroalimentando o campo.

⁹⁵ Como já mencionado anteriormente, ao longo do século XVIII, o governo espanhol realizou uma série de investimentos em favor da renovação científica. A partir do fim da década de 1740, a balança da disputa entre o “antigo” e o “moderno” pendeu em favor da modernidade com a criação de instituições como o *Colegio de Cirugía de Cádiz* (1748), o de Barcelona (1760), o *Observatorio de Marina de Cádiz* (1753), a *Asamblea Amistoso-Literaria de Cádiz* (1755), a *Academia de Ingenieros de Cádiz* (1750), o *Real Jardín Botánico de Madrid* (1755) etc. Razão pela qual, Lafuente e Peset se referem ao período como um marco na história da ciência espanhola. Neste período, em que a Espanha ainda pôde contar com um acréscimo significativo do tesouro em função da prata americana, “desde el punto de vista institucional aparecen o se consolidan no sólo algunos centros que aseguran una difusión más estable para las nuevas ideas, sino que algunas personas logran tanta influencia y eficacia para sus propuestas, que casi cabría considerarlas como instituciones de la vida cultural y científica española. Este sería el caso de Feijoo, José Ortega, Jorge Juan o José Cervi”. (LAFUENTE; PESET, 1989, p. 33). Este cenário, onde as instituições vinculadas ao Estado passaram a ditar as normas que balizavam a formação e as práticas dos profissionais, permitiu que se engendrassem e estabelecessem os campos das ciências de maneira mais sólida e coerente. Afinal, como reforçado por Michel De Certeau, “os nascimentos das ‘disciplinas’ estão ligados à criação de grupos” (1982, p. 60), os quais ocuparam um espaço social próprio, que o autor chamou de “lugar ‘científico’” devido ao seu distanciamento em relação a outros lugares de natureza política ou eclesiástica.

que ponto são autônomas e autossuficientes ou até que ponto são dependentes e complementares umas das outras. Por conta desse papel indefinido de cada área, os próprios agentes podiam transitar entre os campos, como podemos observar através da trajetória de Ruiz, que além de botânico e boticário, também estabeleceu relações com a Real Academia Médica Matritense⁹⁶ na qualidade de farmacêutico.

Essa fluidez experimentada durante o período de formação dos campos, tenderia a se tornar mais comedida com o passar dos anos e com o consagrar das definições de cada área através do processo de especialização.⁹⁷ Contudo, as obras de Ruiz, que privilegiavam o viés farmacológico do estudo da botânica, eram perpassadas também por um discurso político de interesses econômicos bem claros, e que, considerando sua relação com Gómez Ortega (que, além de mestre e sogro, era botânico e boticário), aparentava favorecer a exploração sistêmica de gêneros valiosos com vistas à sua comercialização na botica da família.

Em suas obras, encontramos vários indícios que reforçam a existência da aliança familiar e profissional com Ortega a que nos referimos. Primeiramente, ele buscou promover a utilização de drogas americanas, apresentando-as como superiores em suas virtudes a outros produtos espanhóis, incentivando, desta forma, o comércio com as colônias. Em seguida, defendeu o cultivo extensivo de plantas específicas que tinham seu valor como fármaco comprovado. E, por último, sugeria a criação de um sistema de “estanco”⁹⁸ para melhor controlar os gêneros

⁹⁶ Devido à inexistência de uma Academia de Ciências propriamente dita na capital espanhola, esta instituição, segundo nos revelam Nozal e Bueno, “[...] *tomó la responsabilidad, no sólo de los saberes médicos sino también de aquellos procedentes de otras ciencias, como la Botánica, la Química, la Física, la Farmacia, la Cirugía o la Historia Natural*” (2007, p. 40). É plausível supor, portanto, que as publicações submetidas por Ruiz a esta instituição, foram realizadas em busca do reconhecimento que lhe alçaria à qualidade de referência em sua área, atestando assim a importância desta instituição como espaço legítimo de interação entre os agentes ligados às ciências naturais.

⁹⁷ “Na Ciência Moderna, a concepção linear e mecanicista do universo, propostas por René Descartes e Isaac Newton, passa a se edificar na lógica racionalista que nega o sagrado e a subjetividade” (BEHRENS; OLIARI, 2007, p. 58). Em função deste paradigma newtoniano-cartesiano vigente no século XVIII, as Ciências, bem como a Educação, passaram por mudanças significativas cujos efeitos reverberam até os dias de hoje. Considerando que o pressuposto básico do paradigma se encontra na fragmentação e em uma visão dualista do universo, “as instituições, em especial as educacionais, passaram a ser organizadas em departamentos estanques, no qual emergem os especialistas, considerados pela sociedade como os detentores do saber. Neste processo reducionista, criam-se as especialidades em uma única área de conhecimento” (BEHRENS; OLIARI, 2007, p. 59-60).

⁹⁸ Proibição do trânsito e venda livre de mercadorias específicas, bem como o estabelecimento de seus valores de compra e venda, garantindo, assim, a exclusividade do mercado.

mais valiosos, como as quinas. Por estar ciente das intenções que outros boticários alimentavam de estabelecerem sistemas de monopólio pessoais com as colônias,

[...] él mismo intentó propiciar su propio monopolio en torno a la ratania, un producto que habría de ser confeccionado por personas de su confianza en tierras americanas y comercializada, desde su propia botica, con destino al resto de Europa. En definitiva, un sistema de comercio similar al que ya mantenía Gómez Ortega, su tío político, con otros productos de procedencia nacional [...] (NOZAL; BUENO, 2007, p. 42).

Diante do exposto podemos considerar que o discurso do botânico espanhol também funcionava como uma voz em consonância com o discurso utilitarista da Botânica,⁹⁹ atendendo às expectativas do monarca, ao mesmo tempo em que buscava favorecer a si mesmo e a seus aliados.

Entretanto, a monarquia espanhola atuou efetivamente sobre o *Real Jardín*, na medida em que a instituição passou a desempenhar funções que ultrapassaram a de reunir coleções botânicas e de se constituir como instituição de referência no tocante à produção de conhecimento científico a partir da segunda metade do século XVIII, como se pode observar na sua utilização para estreitamento de laços político-diplomáticos e de afirmação econômica no conjunto das nações europeias.

Desta maneira, o Estado espanhol foi capaz de influenciar o processo de formação dos demais campos, estabelecendo aqueles que seriam os terrenos de acordo e desacordo de cada um deles.¹⁰⁰ A própria discussão entre Ruiz e Cavanilles respeitava essa lógica constitutiva dos campos, no caso específico, o da Botânica, e era travada dentro do espaço legítimo destinado ao desacordo: as

⁹⁹ Como já mencionado, ao longo do XVIII, a produção e circulação de saberes tornava-se cada vez mais secular e técnica, baseada em uma hierarquização instituída entre homem e natureza, na qual o último seria subjugado. O discurso utilitarista cresceu significativamente neste período, pois o terreno era prolífero em função do crescimento do racionalismo e do potencial retorno econômico agregado. Tal discurso era revestido de um grande senso prático, fruto do processo da valorização das ciências, das quais a Botânica se destacou no decorrer do século (PEREIRA, 2013, p. 175).

¹⁰⁰ Segundo Pierre Bourdieu, o Estado promove a integração lógica e a integração moral do mundo social (como já mencionado em nota anterior), pois o “[...] consenso fundamental sobre o sentido do mundo social que é a condição mesma dos conflitos a propósito do mundo social. Em outras palavras, para que o próprio conflito sobre o mundo social seja possível, é preciso haver uma espécie de acordo sobre os terrenos de desacordo e sobre os modos de expressão do desacordo” (BOURDIEU, 2016, p. 31).

publicações acadêmicas, seja sob a forma de divulgação das pesquisas realizadas, seja sob a forma de impugnação e das respostas às críticas feitas pelos pares.¹⁰¹

Em seu estudo sobre a gênese do Estado, Pierre Bourdieu menciona que “o nascimento do Estado é inseparável de uma imensa acumulação de capital informacional” (BOURDIEU, 2016, p. 285), razão pela qual “os poderes públicos operam investigações sobre a situação dos recursos destinados a serem “estimados”” (BOURDIEU, 2016, p. 285). Dito isso, podemos afirmar, com base nas reflexões do sociólogo, que o *Real Jardín* exerceu um papel de instituição a serviço do Estado espanhol. Através de suas coleções e produções, a instituição foi capaz de formar e gerir um capital informacional útil, ao mesmo tempo em que detinha um poder simbólico que, por extensão, legitimava os discursos de seus agentes. Sendo assim, sua atuação foi peça-chave para que o Estado espanhol se afirmasse frente às demais potências europeias, cujos imperialismos emergentes ameaçavam sua supremacia na segunda metade do XVIII, como já tratado anteriormente.

Contudo, para o Estado espanhol, o capital informacional a ser acumulado não se limitava ao conhecimento do mundo natural, na medida em que buscava meios de melhor explorar as riquezas naturais de suas colônias. Para tanto, estendeu seus interesses também às gentes que habitavam as colônias americanas e dedicou especial atenção ao clima - e às condições do ar - das distintas regiões, aspectos que abordamos a seguir.

4.2. O exercício etnográfico do Botânico: um meio social como objeto de interesse

[...] hay que evitar ciertos escollos: 1) el calor, que tiende a rarificar las partículas que componen los cuerpos, y por tanto a hacer más frágil el sistema de protección; 2) la humedad, que relaja la cohesión de las partes; 3) la inmersión de un aire que ha perdido algo de su

¹⁰¹ Michel de Certeau, em sua obra *A Escrita da História*, ressalta que “o público não é o verdadeiro destinatário do livro de história [ou de um livro de Botânica, em nosso caso], mesmo que seja o seu suporte financeiro e moral. [...] uma obra é menos cotada por seus compradores do que por seus “pares” e seus “colegas”, que a apreciam segundo critérios científicos diferentes daqueles do público e decisivos para o autor [...]” (CERTEAU, 1982, p. 63). Sob esta perspectiva, o resultado do embate entre as referidas personagens – e o reconhecimento da autoridade e, conseqüentemente, da legitimidade – viria a ser definido através do debate pela comunidade científica na qual se encontravam inseridos.

elasticidad y que, por esse hecho, se opone con menos eficacia al escape del “aire fijo”.

Alain Corbin

Segundo Corbin, desde meados do século XVIII, um ramo da química conhecido por “neumática” convencionou que o ar seria uma espécie de fluido elemental. Sendo que até então era entendido como resultado de uma combinação química, de uma mistura de elementos, esta nova concepção propiciou uma série de teorizações e reformulações sobre a maneira como a própria manifestação concreta da vida era compreendida. Desta maneira, estabeleceu-se certo consenso entre alguns membros da comunidade científica de que o ar estaria contido em todo tipo de tecido vivo. Afinal, acreditavam que *“todos los elementos que componen el cuerpo, tanto los fluidos como los sólidos, dejan escapar aire cuando cede su cohesión”* (CORBIN, 1987, p. 19).

Partindo do pressuposto de que o ar estava presente em tudo, ponderavam sobre quais relações poderiam ser estabelecidas entre o ar externo e este contido nos seres e demais elementos. De acordo com esta teoria, o ar externo poderia, portanto, exercer influências sobre os organismos vivos na medida em que alternava sua própria natureza,¹⁰² variando sua temperatura, por exemplo. O contato se daria através de processos diversos, contemplando desde um contato direto com a camada mais externa dos corpos e o simples toque da pele ou o contato com as membranas pulmonares durante o ato de respirar, até a partir da ingestão de alimentos, visto que suas composições também respondiam a esta lógica e, assim, carregavam “ar” em sua matéria. Inalado ou ingerido, o ar externo adentraria o corpo, se convertendo em matéria e parte constituinte da carne e do sangue.

Acrescenta-se a isto a aceitação, como verdade científica, da existência e ação da gravidade sobre os corpos. Nesta percepção sobre a natureza do ar, este elemento exercia uma pressão constante sobre os organismos. Tal força haveria de ser compensada por meio de uma pressão interna para que a vida fosse possível, estabelecendo assim, um *“[...] equilibrio precario restablecido sin cesar por los eructos, los ventoseos, los mecanismos de ingestión y de inhalación”* (CORBIN, 1987 p. 19).

¹⁰² *“Por sus cualidades físicas, que varían según las regiones y las estaciones, el aire regulariza la expansión de los fluidos y la tensión de las fibras”* (CORBIN, 1987, p. 19).

El aspecto teórico del discurso sobre los miasmas y los virus, la vaguedad acerca de las emanaciones, la ausencia de análisis correctos a los cuales referirse, **lo impreciso de un vocabulario que apenas se esboza**, contribuyen a descalificar el olfato (CORBIN, 1987, p. 22) (grifo nosso).

Tão fugidio quanto o elemento de que se ocupavam, era a descrição e a análise do mesmo. O ar, cuja avaliação encontrava-se em grande medida associada à experiência subjetiva de cada cientista, carecia de uma universalização quando o quesito era avaliá-lo. Afim de sanar ou ao menos minimizar as discrepâncias entre os estudiosos, entre as décadas de 1760 e 1780 aproximadamente, alguns químicos se propuseram a criar um arcabouço não só teórico, como prático, para identificar e classificar os odores conforme uma escala essencialmente olfativa.

Em se tratando da observação de fenômenos como a putrefação e a fermentação, o sentido do olfato é uma ferramenta privilegiada, afinal, os gases liberados nestes processos são de fácil percepção. Devido à baixa confiabilidade dos instrumentos existentes no período¹⁰³, o referencial para a formulação de uma primeira escala olfativa acabou sendo a relação entre determinado odor e o grau de corrupção ou decomposição das matérias. Além disso, para referenciar corretamente o estágio de que se tratava e para denominar combinações gasosas, criou-se um vocabulário específico.

Todo este arcabouço, possibilitava que homens de ciência como Ruiz e os demais expedicionários pudessem produzir relatos sobre as qualidades do ar nas regiões pelas quais transitaram. Assim, a impossibilidade de representar graficamente o ar ou a dificuldade de enviá-lo engarrafado para além-mar era suprida pela descrição daquilo que o olfato era capaz de perceber.

La traducción de la vigilancia olfativa al lenguaje científico suscita el impresionante ascenso de las ocurrencias, registradas por todos los especialistas del siglo XVIII y que ya declinan. Vigilancia que en lo sucesivo tiene por múltiples objetos **detectar los gases y sobre todo los “aires” irrespirables**; de discernir y describir virus, miasmas y venenos hasta entonces inasibles [...] (CORBIN, 1987, p. 23).

¹⁰³ Alguns químicos interessados no estudo do ar e dos gases já utilizavam instrumentos como o eudiômetro. Este instrumento, empregado na medição do nível de gases no ar através da observação de reações físicas ou químicas em seu interior, ainda que atualmente esteja aperfeiçoado e goze de maior confiabilidade, possuía modelos bastante precários na segunda metade do século XVIII.

Após uma série de experimentos baseados na exposição de pequenos animais a certos gases e à análise da reação que estes organismos vivos apresentavam a eles, estes químicos puderam constituir, ainda que com algumas limitações e incertezas, uma classificação de “ares” tidos como respiráveis ou maléficos. Na década de 1770, o teólogo britânico Joseph Priestley realizou alguns observações do processo respiratório e da produção “*del ‘aire flogístico’ (ázoe) y del ‘aire fijo’ (gas ácido de carbono) a costa del ‘aire vital’ deflogistificado (oxígeno)*” (CORBIN, 1987, p. 23), chegando à conclusão de que o oxigênio seria o ar respirável por excelência e esboçando o estabelecimento de uma relação entre as plantas com uma compensação do ar viciado pela respiração animal.

É importante observar, que o desenvolvimento da pneumática e os estudos relacionados a este ramo da química não necessariamente estavam em desacordo com outras teorias e concepções da época. Se na medicina hipocrático-galênica - que em fins do XVIII ainda ocupava espaço de grande relevância - o equilíbrio dos humores determinava o bem-estar do indivíduo, a lógica do aerismo emergia sem maiores conflitos, ao compreender que o “ar” estava presente na própria constituição dos humores. Estes quatro fluídos componentes do corpo humano estariam constituídos de ar, tanto quanto a própria carne.

Assim, as variações na natureza do elemento do qual o aerismo se ocupava, poderiam influenciar a saúde dos indivíduos. Como já mencionado por Corbin no excerto que introduz este subcapítulo, a atmosfera de dado ambiente poderia suggestionar a própria eficácia do sistema imunológico. Além disso, poderia também ser causa de estímulo ou inibição de algum humor, contribuindo para o desequilíbrio que se manifestaria em forma de enfermidade, ou para o reequilíbrio da cura.

De acordo com a concepção de doença proposta pela teoria hipocrático-galênica, cabia, então, ao médico, “[...] por um lado, indicar aos que gozam de saúde o meio de manter esse equilíbrio dos ‘humores’ do corpo e, por outro, em tentar restabelecê-lo quando ele desaparece” (LE GOFF, 1985, p. 45). Podemos inferir a partir disto que, para os adeptos desta teoria, a manutenção ou restauração do equilíbrio do corpo consistia não apenas em remediar, mas, também, em prevenir.

Considerando que, como já mencionado, nas décadas de 1760 a 1780 foram publicados vários trabalhos sobre o aerismo e que estes desfrutaram de boa aceitação no meio científico, podemos especular sobre a possibilidade de esta teoria estar presente (direta ou indiretamente) nos relatos dos expedicionários espanhóis que se lançaram rumo à América hispânica em 1777.

Como já apontado anteriormente, no diário de Ruiz encontramos uma série de descrições que buscavam atender a demandas igualmente diversas do monarca. Dentre as províncias que o botânico espanhol percorreu, ele descreveu, primeiramente, a *Provincia del Cercado*, que também serviu de ponto de partida para a herborização. Após situar geograficamente a província, dando suas dimensões territoriais e sinalizando com quais outras fazia fronteira, o botânico espanhol prossegue, afirmando:

Su temperamento es expuesto á tercianas, catarros, constipaciones, pasmos, afectos de pecho, reumatismos, viruelas, mal del valle ó vicho y mucho mal venereo. El frio del invierno no es sensible para los que pasan de otros países mas frios, pero si bastante penetrante para los naturales; y en esta estacion está la atmosfera cubierta de una neblina [...] Jamas llueve sino una menudisima neblina que llaman Garua (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 121).

De suma importância para promover o controle das colônias, mesmo a partir de um capital informacional ainda em produção, é realizada, já no primeiro momento da descrição, uma listagem das doenças que comumente acometiam as populações que viviam nesta província. Algo que talvez pudesse ser uma espécie de alerta para futuros viajantes ou imigrantes, mas, também, para o próprio Estado espanhol, que deveria estar preparado para assegurar a manutenção da saúde e bem-estar das populações. Ruiz chega, inclusive, a propor uma relação entre as doenças mais frequentes e o clima frio da região.

Em sintonia, também, com a teoria hipocrática, que se fundamentava em “[...] uma concepção do corpo humano baseada em grupos de oposição como o cru e o cozido, o calor e o frio, o seco e o húmido, o amargo e o doce” (LE GOFF, 1985, p. 45-46), o botânico preocupa-se em dar maiores detalhes sobre a caracterização do clima, afinal, “a manutenção do equilíbrio, índice de boa saúde, implicava um sistema de compensações avaliadas em função da estação, do ar, da direcção do vento” (1985, p. 46).

À esta primeira descrição, ele acrescenta, de maneira complementar, que a região não sofria com tempestades, porém, durante a primavera experimentava fortes terremotos. Sobre a ausência de chuvas, Ruiz relata que, como consequência, observava-se uma arquitetura baseada na utilização de materiais orgânicos e terra: “*Como no llueve en este distrito ni en toda la Costa de las Casas y Ranchos estan techados con madera, cañas, chaclas & y una argamasa de tierra ligosa*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 121).

Apesar das descrições sobre aspectos variados das províncias, uma das principais preocupações parece pairar, efetivamente, sobre as enfermidades. Cabe lembrar que o próprio Ruiz lidou com várias delas no decorrer da viagem, fosse na condição de enfermo, fosse na qualidade de farmacêutico (chegando inclusive, a sugerir tratamentos e experimentos de certos fármacos em pacientes de médicos das regiões visitadas).¹⁰⁴ Ademais, é preciso ressaltar que o botânico compartilhava com seu mentor uma visão sobre o papel da Botânica como ciência vinculada à Farmácia, o que, provavelmente, motivou Ruiz a dedicar tanta atenção às enfermidades locais e a iniciar por elas as descrições que fez das províncias.

Além destas motivações, que remontam mais ao interesse pessoal do indivíduo, é importante considerar sempre o interesse do Estado e de suas instituições no conteúdo dos relatos feitos pelos expedicionários. Afinal, se na qualidade de agente do *Real Jardín* e da Coroa, Ruiz versa sobre tais questões, isto, com certeza, se devia à consciência de que eram informações valiosas¹⁰⁵. O próprio alerta em relação às enfermidades mais recorrentes em cada região também poderia servir para um eventual mapeamento das áreas de risco, visto que o Império espanhol já havia enfrentado surtos epidêmicos em suas colônias americanas, as quais haviam dizimado parte considerável da população.

¹⁰⁴ “Con fecha de 26 de Mayo de 1794 me comunica desde Lima el R. P. Francisco Gonzalez Laguna los admirables efectos que ha obrado en aquella Capital el *Extrato* que yo le habia dexado en dos frasquitos; y añade que una Religiosa Trinaría hermana de los Caballeros Gallos, abandonada á la muerte por un fluxo continuo y pertinaz, solo halló remedio y vida en el *Extrato* [...]” (RUIZ, 1796, p. 6).

¹⁰⁵ Aqui, observa-se, novamente, uma atuação das já referidas “condicionantes das expectativas de poder” sobre a escrita do relato. Tais condicionantes eram capazes de materializar a influência exercida no discurso através daquilo que o autor, consciente ou inconscientemente, entendia como sendo de interesse daqueles que financiaram o empreendimento e que, portanto, alimentavam expectativas em relação aos resultados do mesmo.

Tomemos a título de exemplo, o caso da Guatemala, que, desde a ocupação hispânica até as primeiras décadas do século XIX, sofreu com algumas epidemias como a do *tabardillo* e a da varíola, passando por períodos de grande recessão demográfica por conta disso. Segundo W. George Lovell em seu “*Las enfermedades del Viejo Mundo y la mortandad indígena*”,

cuando se declaraba la enfermedad, se desencadenaba un ciclo prolongado de desorganización, el cual suponía un aumento de la mortalidad, el pánico, el abandono de las poblaciones invadidas por la enfermedad en busca del supuesto santuario de las áreas rurales no infectadas o menos infectadas, la incapacidad de los pueblos afectados de pagar tributo en especie y servicios, y la imposibilidad por parte de los indígenas de sembrar sus campos para el año siguiente. **Por consiguiente, el hambre, la miseria y una existencia desgraciada nunca estaban muy lejos y sólo servían para aumentar la vulnerabilidad** de los nativos a nuevos brotes de peste (LOVELL, 1988, p. 283) (grifo nosso).

Ainda que a descrição de doenças não figure como uma demanda explícita do monarca nas ordens e instruções que os expedicionários deveriam seguir e observar, podemos inferir que Ruiz, por sua própria formação, conhecia os efeitos que uma epidemia podia causar nas colônias. O autor não justifica no decorrer do texto porque dedicou tempo e atenção ao levantamento que realizou, o que parece sugerir que partiu dele o interesse do registro das enfermidades mais comuns de cada província. Porém, considerando as relações entre a saúde e o bem-estar das populações das colônias e a situação econômica da metrópole (considerando os interesses daqueles que financiavam o projeto), Ruiz teria motivos suficientes para registrá-las, levando em conta, ainda, o conhecimento que poderia ter sobre as plantas medicinais empregadas e práticas curativas adotadas pelos nativos e *criollos* que viviam em cada região.

Ao descrever regiões da Província de Chancay, em dado momento, Ruiz relata que

en la Costa y Valles se logra de un temperamento algo **mas suave y benigno que el de Lima; por que siendo los ayres mas puros**, no permiten se condensen tanto los arrumazones y asi no sucede estar cubierto el Sol todo el dia como acontece en Lima casi los mas días del invierno. Sin embargo de su benignidad **hai uno ú outro parage expuesto á fiebres intermitentes y otros accidentes provenientes de la mucha humedad** que con los riegos queda estancada, y del excesivo calor de todo el año y son causas tambien estas de que abunden las Pulgas, Piques ó Nihuas y Mosquitos todos ellos vichos

intolerables (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 105) (grifo nosso).

Novamente, encontramos no relato associações entre o clima e as enfermidades que afligiam a região. Apesar de Ruiz não manifestar explicitamente sua adesão aos pressupostos das teorias médicas vigentes no Setecentos, pode-se inferir a partir de seus registros, que o botânico espanhol fundamenta suas observações nas teorias hipocrático-galênica e aerista.

Em relação à última teoria, Ruiz parece, efetivamente, evocá-la quando se refere à pureza do ar, que se configuraria em condição fundamental para assegurar a saúde dos habitantes das províncias, e ao associar a elevada umidade do ar a enfermidades específicas, algo que também atende à lógica dos opostos e da compensação encontrada na teoria hipocrático-galênica que já tratamos anteriormente.¹⁰⁶

Outro elemento que parece evidenciar a apropriação que Ruiz faz de pressupostos da teoria aerista parece estar na menção que faz em à utilização de plantas para a limpeza do ar. Em sua descrição da árvore e das flores da espécie *Drimys acris*, de nome popular “Canelo”, o botânico afirma que “*estos árboles destilan algunas lagrimas de Goma aromatica. El humo de su madera ofende la vista. [...] Su humo depura los ayres, por lo que se usa en fumigatorios contra los contagios y contra los insectos*” (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 194), manifestando, desta forma, sua preocupação com o contágio e com os insetos capazes de acelerá-lo. Para ele, a umidade, associada ao clima quente, estimulava a presença de pulgas, mosquitos e ácaros, pequenos seres que, além de propiciarem desconforto aos homens, eram transmissores de doenças.

Ao descrever a Província de Lurin, Ruiz ressalta que

[...] en un valle frondoso y delicioso y de temperamento benigno mucho mas saludable que Lima y demas Pueblos circunvecinos por lo q^e. **algunos Virreyes y otros Cavalleros y familias de Lima pasan algunas temporadas á divertirse á este Pueblo** [...] Este Pueblo presenta tan hermosa vista con su frondosidad, y variedad de flores que se dexan ver por las Quinchas en los Huertos q^e. -

¹⁰⁶ Cabe lembrar que estas teorias não se apresentam como excludentes e que desfrutavam de grande aceitação ainda no final do Setecentos, razão pela qual não deve causar estranhamento a utilização de ambas pelo botânico espanhol.

puede llamarse Pueblo de recreo por ser todo el un Paseo delicioso [...] (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 112-113) (grifo nosso)

Assim, de acordo com Ruiz, além de sua beleza e do clima saudável, a região também atraía a elite peruana devido às várias festividades que nela ocorriam:

Por Sⁿ. Pedro, Patrono del lugar se hace función de Novillos y fiesta de Polvora. Por Sⁿ. Miguel hai igual funcion y algunos años corridas de Toros con cuyo motivo concurre mucha gente de Lima que se ocupa en diversiones y juegos por 15 ó 20 días. Celebran también a N^{ra}. S^{ra}. de Guadalupe: Y el día de Sⁿ. Nicasio, fiesta de precepto p^a. los Indios hai por la tarde carrera de Gallos ó Patos colgandolos por las patas en un cordel con la cabeza hacia abaxo para que el mas diestro q^e. á carrera de caballo se la arranque se lleve la presa [...] (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 113).

Atento também ao cotidiano das populações das províncias visitadas, durante sua passagem por Huánuco Ruiz observou um grupo de senhoras e percebeu que elas esfregavam os dentes com uma espécie de palito vermelho. A prática causou, inicialmente, grande estranhamento, a ponto de provocar o questionamento: “que palito era aquele e com que fim o usavam?”.¹⁰⁷ Ao interrogá-las, soube que o palito era uma raiz de uma planta chamada “*Ratanhia*”, e que, em Lima, a conheciam como “*raiz para los dientes*”, pois era utilizada para limpar e fixar a dentição, assim como para colorir os lábios conferindo-lhes um tom avermelhado.

Questionou-as, então, se a planta era facilmente encontrada na região e se poderia ter acesso a um exemplar vivo dessa planta.¹⁰⁸ De posse da planta com flor e fruto, Ruiz a analisou e percebeu que não se tratava de uma espécie desconhecida, mas, sim, de um exemplar de *Krameria Triandra*, cujo gênero já havia sido descrito anteriormente por ele e também por um discípulo de Linneu, Pehr Löfling, em 1758.

Além da ratânia, outra planta bastante popular entre os habitantes nativos de regiões de altitude elevada como a andina era o uso da coca. As folhas desta planta, devido às suas virtudes, eram empregadas para reduzir os efeitos da altitude sobre o corpo, mas seu uso excessivo reduzia o cálcio nos dentes e afrouxava a

¹⁰⁷ “*Qué palito era aquel y con qué fin le usaban?*” (RUIZ, 1796, p. 5).

¹⁰⁸ Mais tarde, Ruiz tomaria conhecimento de que a planta, na verdade, era trazida por índios de Canta e Huarocherí em dias de festa e comercializada nos *pulperos* locais, que eram tendas populares nas quais eram vendidos artigos comestíveis e outros produtos.

dentição. Se, por um lado, a coca produzia esse efeito indesejado, por outro, o uso do palito de raiz da ratânia poderia servir como uma medida preventiva, assegurando que os dentes permanecessem em seus devidos lugares. Interessado na preservação de sua saúde bucal, Ruiz passou a fazer uso da raiz, incorporando-a à sua rotina do mesmo modo como as mulheres peruanas a empregavam. Em seu diário, ele relata que, ao mascar a raiz, constatou que sua estipticidade era superior à de qualquer outra planta que já havia observado no reino vegetal, o que o levou a afirmar que a planta merecia maiores estudos.

Motivado a conhecer melhor as virtudes dessa planta, recolheu uma porção de raízes, que, depois de bem lavadas e cortadas em pequenos pedaços, foram colocadas em infusão em água fria durante uma noite. No dia seguinte, as colocou para cozer em fogo aberto até que a água tingiu-se intensamente de vermelho, separou esta primeira solução, repôs a água e, novamente, levou ao fogo até que julgou ter retirado toda essa parte extrativa. Uniu as soluções, passou o montante por toalhas (para fins de filtragem e para testar a possibilidade de utilizar essa solução para tingimento de tecidos) e a evaporou até que o extrato ficasse com uma consistência de mel bastante líquido. Retirou-o do fogo e o expôs ao sol para que a redução pudesse ser concluída. Deixou, então, evaporar até que restasse uma espécie de resina, dura e quebradiça, transparente como um cristal de cor violeta.

Com o propósito de testar a adstringência contida agora no extrato, remeteu uma amostra ao Doutor Don Cosme Bueno, médico e cosmógrafo do Peru, com quem mantinha correspondência. Porém, antes mesmo de deixar a cidade, testemunhou o caso de um menino com cerca de onze anos – que apresentava um forte fluxo de sangue pela boca e pelas narinas – e as tentativas frustradas feitas pelo cirurgião Don Narciso Bracamonte para conter os sangramentos com os medicamentos comumente utilizados.

Un hijo del platero Mego, muchacho de diez á doce años, se hallaba con un flujo de sangre por boca y narices tan copioso que le puso sumamente postrado y sin aliento para incorporarse en la cama. El Cirujano Don Narciso Bracamonte le habia administrado aquellos medicamentos que para semejantes casos suelen emplearse por los mejores Facultativos, y no pudo lograr el detener el flujo (RUIZ, 1796, p. 4).

Ao saberem do extrato de ratânia produzido pelo botânico, decidiram testá-lo e, após três dias de uso do fármaco em gotas (dissolvido em água), testemunharam a cura do menino, que, segundo as cartas trocadas entre Ruiz e outros médicos americanos e espanhóis¹⁰⁹, foi a primeira de muitas outras que foram alcançadas com a utilização deste extrato.

A utilização do fármaco se mostrou tão promissora, que, como já mencionado anteriormente, Ruiz alimentou esperanças de se tornar o detentor do monopólio de extração e comercialização da planta. O interesse do botânico na forma como se dava a comercialização e utilização das plantas medicinais pelas populações nativas fica evidenciado nesse registro que faz sobre a província de Huarocherí:

en las Quebradas y altos se crian diferentes Plantas Medicinales algunas de las que llevan á vender á Lima, como son las de legitima y verdadera Calaguala, el Quinchamalí, Salvia, Escorzonera, Puma y Santra, y otras varias de que hacen frecuente uso (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 128).

Já no pueblo de Cuchero, segundo o relato, era comum a presença de indígenas provenientes de outras regiões, que se utilizavam dos rios como vias de acesso para o estabelecimento de uma rede comercial

Los Indios de Pampahermosa suben en Canoas por este Rio hasta el embarcadero de Cuchero caminando agua arriba en 8 ó 12 dias cien leguas las que desandan en quatro. [...] El trafico de estos Indios se reduce á ciertas Telas de Algodon, Tabaco, Cacao, Loros, Cotorras, Monos y algunas Resinas y veneno para cazar con una arma llamada Zarabatana en cuyo manejo son distrisimos (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 158).

Se, por um lado, o saber nativo sobre a flora local e seu manejo pelos indígenas são apresentados como conhecimento sumariamente empírico, por outro, Ruiz reconhece a possibilidade de as plantas medicinais constituírem novos mercados para a metrópole. Sobre o *Obispado de la Concepcion*, por exemplo, Ruiz menciona que

[...] se hallan los campos generalmente poblados de Arboles de exquisitas maderas para fabricas y construcciones, Arbusto, Matas y

¹⁰⁹ “Despues de mi regreso á España se ha continuado administrando en esta Corte, y aun fuera de ella el *Extracto de la Ratanhia* por los Doctores Don Ignacio Ruiz de Luzuriaga, Don Gines Lario, Don Juan Naval, Don Manuel Casal, Don Joseph Lopez y otros á quienes hice relacion de su virtud estíptica, y de los maravillosos efectos que en los casos anteriores as habian experimentado; y en todas las ocasiones que estos Facultativos le han dispensado, ha producido iguales efectos que en el Perú” (RUIZ, 1796, p. 6)

Yerbas **de conocidos usos economicos y virtudes medicinales**, como queda dicho, con que los Naturales se curan sus enfermedades y dolencias, conducidos para las aplicaciones de estos especificos y medicamentos simples **por un instinto natural, por la casualidad y observaciones comprobadas con la experiencia** (RUIZ apud NOZAL; BUENO, 2007, p. 225) (grifo nosso).

Pode-se, portanto, observar que o botânico espanhol não esteve interessado apenas em descrever aquilo que competia exclusivamente à sua área de saber. Oscilando entre um viés fortemente econômico e outro mais apoiado na curiosidade científica, o botânico realizou, assim, um trabalho também etnográfico. Ora obedecendo as ordens e instruções que recebera, ora se detendo naquilo que julgava pertinente para seus projetos pessoais, Ruiz tratou de registrar outros aspectos da natureza americana e dos costumes das populações das províncias que percorreu.

5. Considerações finais

“Nada parece casual en la redacción de los diarios de viaje; ni siquiera la utilización de los recursos literarios: una prosa aséptica, libre de retórica y metáforas, en la que la descripción de lo observado prima sobre la elegancia literaria, y en la que, con ánimo de enfatizar la verosimilitud del relato, el autor suele recurrir al empleo de la primera persona del singular” (NOZAL; BUENO, 2007, p. 77).

Considerando que o discurso de um indivíduo pode materializar-se em texto através da escrita, um diário de viagem (quer seja ele manuscrito ou publicado) pode vir a tornar-se fonte para os historiadores na medida em que traz na sua essência um ponto de vista. Um diário de viagem carrega a marca da subjetividade daquele que o escreve, ao mesmo tempo em que se constitui em expressão das respostas que este indivíduo dá aos questionamentos feitos ao mundo externo.

Criado em um contexto europeu, educado e treinado para ler o mundo com olhos curiosos, Hipólito Ruiz Lopez, o líder da *Real Expedición al Virreinato del Perú y Chile*, nos legou a sua interpretação dos eventos que observou no diário que escreveu. Tais registros, no entanto, sofreram algumas alterações à medida em que novas edições do diário foram produzidas. Afinal, como mencionado anteriormente, existem, pelo menos, três versões manuscritas deste texto, nas quais informações sobre províncias e outras referências foram supressas ou inseridas. Em suas obras, por sua vez, ele procurou assegurar a intelegibilidade necessária e o rigor científico que seus leitores e pares nelas buscariam.

Ruiz não apenas transpôs o oceano, como também percorreu regiões ainda pouco exploradas por seus conterrâneos, conviveu com pessoas criadas em um contexto que muito diferia do seu e frequentou espaços sociais pouco familiares. Ao longo dos onze anos que durou a expedição, permitiu-se experimentar, retornando à Espanha diferente de como havia partido. Ao contrário de Ulisses, personagem da *Odisséia* escrita por Homero, que buscou manter sua identidade grega e manifesta em um anseio por retornar a sua terra, Ruiz manteve-se aberto e atento ao mundo que o cercava, ainda que, por vezes, manifestasse também certo anseio pelo retorno. Seu desejo de regresso, no entanto, não decorria do rechaço às experiências que vivenciava. Ruiz reconhecia a importância destas experiências e, a partir do material recolhido e catalogado ao longo dos onze anos que durou a

expedição, publicou uma série de memórias, trabalhos de cunho acadêmico, nos quais tratou, de forma pormenorizada, de espécies que considerava serem de grande utilidade para o homem. Com estas obras, não somente conseguiu ingressar na Academia Médica Matritense, como também se dedicou a estabelecer o monopólio de extração e distribuição, em território espanhol, de fármacos como a ratânia. Ruiz esteve, ainda, à frente do Colégio de Boticários de Madrid como primeiro secretário e liderou o projeto de sistematização e preparação para a publicação da obra que apresentaria os resultados da expedição, a *Flora Peruviana et Chilensis*.

Contudo, devido ao falecimento de Ruiz em 1816, a obra nunca foi concluída, sendo que vários tomos iniciados ainda figuram como inéditos. Houve tentativas de dar continuidade ao projeto, porém a venda de itens do herbário e todos os demais problemas financeiros com que a *Oficina* teve de lidar fizeram com que estas tentativas falhassem.

Todas as experiências vividas e relatadas pelo espanhol se refletem nas suas obras. Escritas na primeira pessoa do singular, elas não deixam tão evidente para o leitor que nelas se expressam o botânico, o súdito do rei espanhol, o pupilo, o expedicionário e o agente a serviço do Estado. As diferentes vozes presentes nessas narrativas acabam conformando uma espécie de caos ordenado que é tão característico da complexidade humana, que é, em si, descontínua e ilógica na medida em que não obedece à uma coesão ou predeterminação.

Enquanto indivíduo representante dos interesses da metrópole, vinculado diretamente ao *Real Jardín*, uma das principais instituições a serviço do Estado espanhol, Ruiz realizou, no decorrer e no período posterior à viagem, descrições de caráter extremamente utilitarista. Os interesses comerciais ocupam, sem dúvida, lugar central na obra de Ruiz. Ainda que os principais motores da prática científica possam ser a curiosidade e a busca pelo conhecimento capaz de promover avanços para a humanidade, durante o século XVIII era impossível dissociar a ciência da economia. Afinal, o projeto científico se constituiu alicerçado sobre uma concepção utilitarista da natureza.

Diante disso, podemos nos perguntar: Ruiz incorporou em seu relato apenas aquilo que teria valor econômico para o Estado espanhol ou para si mesmo? A

resposta a esta pergunta talvez não seja tão clara, ainda que pareça pender para um tentador sim, em função da atuação de Ruiz como boticário. Das obras de Ruiz, em especial seu diário de viagem, é possível extrair descrições de inúmeras plantas tidas como úteis por motivos diversos (quer pela qualidade da madeira, do potencial como fármaco ou como matéria para tinturaria, quer pela toxicidade que deveria ser evitada, etc.), relatos de práticas comerciais estabelecidas entre as províncias, observações sobre a qualidade de vida dos locais visitados e sobre os conhecimentos e as habilidades demonstradas pelos nativos, entre outras coisas.

Muitas destas informações, no entanto, ainda que não tivessem um valor econômico direto, poderiam ser convertidas em capital informacional útil ao Estado espanhol. Dentre elas podemos destacar, por exemplo, o levantamento que o expedicionário realizou sobre as doenças que acometiam as populações de cada província, relacionando-as com o clima local, que poderia facilmente ser utilizado para mapear zonas de risco epidêmico nas colônias ou potenciais mercados farmacológicos.

Enquanto circulavam pelo território americano, recolhendo informações, os expedicionários tiveram de lidar com uma série de situações inesperadas como roubos, perda de animais e carga, acidentes, doenças, levantamento de nativos, etc. Para que isso fosse possível, tiveram de se adaptar às situações, não deixando, contudo, de agir conforme a formação moral e intelectual e, especialmente, de acordo com a posição ocupada na expedição. O grupo foi dividido e os expedicionários atuaram separadamente sempre que foi considerado necessário; roteiros foram alterados como forma de minimizar o perigo enfrentado; incursões paralelas foram realizadas a mando das autoridades locais; atitudes e, até mesmo, reações contrárias a certas demandas foram tomadas, sem que, no entanto, fossem comprometidas a tarefa de recolhimento, descrição e catalogação das espécies, mesmo após as perdas causadas pelo incêndio em Mácora e o atraso gerado por conta disso.

A presença de um expedicionário francês no empreendimento atendia a propósitos importantes como a criação de uma aliança diplomática entre os jardins reais e a melhor formação dos botânicos espanhóis. No entanto, em função do protecionismo que a metrópole exercia sobre as colônias, demandava certo cuidado

para que o viajante/o expedicionário não retivesse informações que pudessem sugerir fragilidades e contestações à administração espanhola das colônias.

Ainda que entre as orientações do monarca estivesse a de que, durante a herborização, as boas relações entre os expedicionários deveriam ser prezadas,¹¹⁰ Joseph Dombey acabou descumprindo a ordem real de produzir dois herbários idênticos para ambas as coroas, o que fez com que, em seu regresso a Cádiz, metade do herbário que levava consigo fosse confiscado. Algo que também atesta o interesse espanhol em assegurar o ineditismo das publicações que resultariam após o término da expedição.

Atendendo também a este interesse, logo após o retorno dos demais membros da expedição foi criada a *Oficina de la Flora Americana* e tiveram início os trabalhos de organização e síntese do material que deveria ser publicado. Inicialmente, o trabalho foi realizado nas residências dos expedicionários, devido à falta de um local com infraestrutura capaz, que viria a ser, posteriormente, suprida com a criação da *Oficina*. Contudo, a ausência de uma instituição central voltada para as ciências na Espanha, como existia na França e na Inglaterra, e a falta de espaço físico para armazenar todas as espécies coletadas durante a expedição, acabaram determinando a itinerância da sede e provocando dificuldades na obtenção de recursos, algo que perdurou até sua incorporação pelo *Real Jardín*.

Por estar vinculada inicialmente aos ministérios de Índias, a *Oficina* pôde ser gerida independente do *Real Jardín*, o que permitiu que os trabalhos fossem coordenados por Gomez Ortega. Ainda que a indicação do sogro de Ruiz para liderar o projeto pudesse gerar atritos internos e acusações de predileção em detrimento dos demais expedicionários, a opção inicial de manter o projeto fora da jurisdição do *Real Jardín* parece ser explicada pela busca de outros locais nos quais pudessem ser construídos jardins auxiliares.

¹¹⁰ “Procurarán vivir en la mejor armonía, y buena correspondencia con el referido Medico Dⁿ. Josef Dombey, ganar su confianza y amistad, y aprovecharse de los conocimientos que tiene, assi en la Botánica, é Historia Natural, como en el arte, y methodo de ordenar, y conservar las plantas, y de formar Herbarios” (“EL REY” apud GONZÁLEZ-HIDALGO, 1889, p. 356)

Paralelamente ao seu trabalho na *Oficina*, Ruiz também escreveu e publicou algumas obras, sendo que algumas delas chegaram a lhe render títulos¹¹¹. A partir destas publicações, direcionadas a outros homens de ciência como ele, ligados aos campos da Botânica e da Farmácia, ele buscou o reconhecimento dos pares e algum retorno financeiro atuando como boticário. Em função da aliança formada com seu mestre e sogro Gomez Ortega, Ruiz atraiu para si tanto os favores e privilégios, quanto os rancores de seus desafetos, contra os quais procurou defender-se em suas publicações.

Em seu diário e em suas obras, o botânico espanhol manifestou-se enquanto indivíduo, com seus interesses particulares e pautados na sua subjetividade, sem descuidar das funções próprias de um agente a serviço do Estado espanhol. Incumbido de atender às demandas do *Real Jardín* e do monarca, Ruiz descreveu a natureza americana sob um viés utilitarista, sem deixar, no entanto, de contribuir para a formação do campo da Botânica na Espanha.

Seu vínculo com a Botânica, no entanto, não o impediu de voltar sua atenção para vários outros aspectos das províncias que percorreu. Muitas das descrições de caráter etnográfico contidas no diário foram consideradas dignas de registro devido ao provável interesse que poderiam despertar junto aqueles que financiavam o projeto ou de outros homens de ciência. Isto pode ser observado no registro que Ruiz fez das doenças mais frequentes, das potencialidades farmacológicas de certas plantas ou de sua utilidade para a tinturaria, das práticas curativas empregadas pelos nativos e dos locais de clima mais ou menos favoráveis. Já suas descrições sobre o clima, as condições do ar e sobre as doenças apontam também para as apropriações que o botânico faz das teorias médicas vigentes nas décadas finais do Setecentos, fazendo com que se tornasse alvo da contestação ou do reconhecimento pelos pares.

Nas atividades que Ruiz desempenhou na condição de agente do Estado espanhol, tais como a herborização, os registros botânicos, etnográficos e geográficos, que encontramos em seu diário, e os trabalhos e publicações aos quais se dedicou após seu regresso à Europa, encontramos, sem dúvida, a preocupação

¹¹¹ Em 1790, obteve o título de boticário; em 1794 foi admitido pela Real Academia Medica Matritense como *Socio Numerario en la Clase de Farmacéutico*, e, em 1798, foi eleito primeiro secretário do Colégio de Boticários de Madrid.

com o atendimento dos objetivos traçados para o *Real Jardín*, instituição que colocava a ciência a serviço do Estado. Este atendimento, ainda que pautado no interesse pela exploração econômica e controle social, propiciou investimentos importantes e foi capaz de operar mudanças nos campos da Botânica e da Farmácia na Espanha do final do Setecentos e primeiros anos do Oitocentos. Aplicando os conceitos propostos por Pierre Bourdieu, poderíamos dizer que Ruiz materializa em seu discurso a relação dialética entre o agente e a estrutura estruturante, que se faz estrutura a partir, justamente, da prática do agente. Assim, ao mesmo tempo em que as estruturas demandaram do viajante/do expedicionário uma produção que atendesse às expectativas do Estado, elas não deixaram de influenciar o campo da Botânica e o próprio *Real Jardín*.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, José Otávio. A Botânica como missão pedagógica: Manuel Arruda da Câmara e as peculiaridades de suas interpretações sobre as espécies brasileiras (1752-1811). *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, n. 29.1, p. 1-33, 2011.

ALEZA-IZQUIERDO, Milagros; LÓPEZ GARCÍA, Ángel (org.). *Estudios de filología, historia y cultura hispánicas*. Universitat de Valencia, 2000.

ASTORGANO ABAJO, Antonio. El Conde de Aranda y las necesidades económicas del abate Requeno en 1792. Publicado previamente em: *El Conde de Aranda y su tiempo*. Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2000, p. 558-578.

BARROS, José D'Assunção. História comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, Campinas, Nº.13, p. 07-21, jan.-dez. 2007.

BEHRENS, Marilda Aparecida; OLIARI, Anadir Luiza Thomé. A evolução dos paradigmas na educação: do pensamento científico tradicional a complexidade. *Diálogo Educ.*, Curitiba, vol. 7, nº 22, set-dez. 2007, p. 53-66.

BIEHL, Maico. *Natureza, ciência e história na experiência da viagem: o olhar de Johann Rengger sobre o Paraguai (1818-1835)*. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/7465/Maico%20Biehl_.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 mar. 2019.

BLOCH, Marc. *História e Historiadores: Textos reunidos por Étienne Bloch*. Lisboa: Teorema, 1998.

_____, Marc. *Os Reis Taumaturgos* O caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra. Companhia das Letras, 1993.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1720.

BORGES, Joyce Cordeiro; ALVES, Larissa Pereira. *Atividade antibacteriana do óleo essencial de aroeira (Schinus Terebinthifolius Raddi)*. Anais III Conbracis. V. 1, 2018, p. 1-8.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1998, p. 183-191.

_____, Pierre. *Coisas ditas*. Editora Brasiliense, 1990.

_____, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2014.

_____, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BUENO, Antonio González; SARMIENTO, Francisco J. P. Ciencia y farmacia durante la Ilustración. In: *Carlos III y la ciencia de la Ilustración*. Madrid: Alianza Editorial, 1989, p. 127-140.

BURKE, Peter. O Controle do Conhecimento: Igrejas e Estados. In BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento I - de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 109-135.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz E. de O.; MARTINS, Maria Cristina Bohn. As Américas na Primeira Modernidade. In: CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; FERNANDES, Luiz E. de O.; MARTINS, Maria Cristina Bohn (org.). *As Américas na Primeira Modernidade (1492-1750)*. Editora Prismas, vol. 1., 2017, p. 13-46.

CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, Adauto. (org.). *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 347-360.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de Carvalho. Perspectivas teóricas acerca da leitura e análise de relatos de viajantes: Hercules Florence, Narrador. *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*, ano II, vol. 2, n. 2, abril/maio/junho 2005, p. 1-20.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Editora UNESP, 1998.

_____, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: DIFEL, 1990.

_____, Roger. *A Ordem dos Livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução Mary Del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, Vol. 11, Nº 5, jan.-abr., 1991, p. 173-191.

_____, Roger. Textos, Impressão, Leituras. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 211-238.

CHARTIER, Roger; FAULHABER, Priscila; LOPES, José Sérgio Leite (Orgs.). *Autoria e história cultural da ciência*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012.

CORBIN, Alain. *El perfume o el miasma El olfato y lo imaginario social Siglos XVIII y XIX*. Fondo de Culura Económica, México, 1982.

CORONA, Víctor Alfonso B.. El uso de San Pedro en el norte del Perú. Un acercamiento etnohistórico. *Textos Antropológicos*, 2007, v. 18, n° 1, p. 25-36.

CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho. As viagens são os viajantes: dimensões identitárias dos viajantes naturalistas brasileiros do século XVIII. *História: Questões & Debates*, n. 36, 2002, p. 61-98.

CRUZ, Rida de Cassia Ariza da. “Patrimonialização do patrimônio”: Ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. *GEOUSP - Espaço e Tempo*. São Paulo, n° 31, 2012, p. 95-104.

DAVIS, Natalie Zemon. *León el africano. Un viajero entre dos mundos*. Valencia: Publicaciones de la Universidad de Valencia, 2008.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa* (o sistema totêmico na Austrália). São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

EAGLETON, Terry. Versões de cultura. In: *A ideia de Cultura*. Editora UNESP, 2000, p. 9-50.

FIGUERÔA, Silvia F. de M. A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. *Fênix. Revista de História e Estudos Culturais*. Ano IV, v. 4, n. 3. Jul-Ago-Set 2007, p. 1-14.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatenna. *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. Universidade de São Paulo, Humanitas. 2011, p. 62-86.

GONZÁLEZ-HIDALGO, Joaquín Rodríguez. Algunas noticias sobre la expedición científica hecha al Perú por orden del Rey de España Carlos III. *Ciencias Naturales*, 1889, p. 352-372.

GUILLÉN, Esther Garcia; SANTOS, Rosario Noya. Colecciones Especiales de la Real Expedición Botánica al Virreinato del Perú (1777-1815). Recuperación de una Colección Histórica. In: LIMA, Laura; BARATINO, José (org.). *Museologia & Interdisciplinaridade*, Universidade de Brasília, v. 5 n. 9, 2017, p. 160-174.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2006.

HARTOG, François. *Memória de Ulisses. Narrativas sobre a fronteira na Grécia antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do Outro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

HESPANHA, António Manuel. Porque é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou o revisionismo nos trópicos. *Promontoria*, ano 4, número 4, 2006, 319-351.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatema. (Orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. Vol. II. São Paulo: FFLCH. USP. 2011, p. 62 – 86.

KAWANA, Karen Kazue. *Natureza dividida: considerações sobre a ideia de natureza no século XVIII e sua influência na formação do pensamento*. 2006. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280921>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

LAFUENTE, Antonio; PESET, José Luis. Las actividades e instituciones científicas en la España ilustrada. In: *Carlos III y la ciencia de la Ilustración*. Madrid: Alianza Editorial, 1989, p. 29-79.

LAFUENTE, Antonio; PUIG-SAMPER, Miguel A.; et al. Literatura científica moderna. In: AGUILAR PINÁL, Francisco (ed.). *Historia literaria de España en el siglo XVIII*. Ed. Trotta/CSIC, Madrid, 1996, pp. 965-1028.

LAVAL, Enrique R. El garrotillo (Difteria) en España (Siglos XVI y XVII). *Revista Chilena de Infectología*, Santiago, v. 23 n. 1, 2006, p. 78-80.

LE GOFF, Jacques (Org.) *As Doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LEÓN, Leonardo. *El Parlamento de Tapihue, 1774*. Editora Rehue, 1993.

LOPEZ, Enrique Alvarez. Dombey y la Expedición al Perú y Chile. *Anales del Jardín Botánico A. J. Cavanilles*. 1955.

LOVELL, W. George. *Las enfermedades del Viejo Mundo y la mortandad indígena: la viruela y el tabardillo en la Sierra de los Cuchumatanes, Guatemala (1780-1810)*. Mesoamérica 16, dezembro, 1988, p. 239-285.

LUIS, José Peset. El Jardín Botánico de Madrid y sus Relaciones con Francia. *Asclepio*. Vol. XLVIII, 1, 1996, p. 59-70.

MARTINEZ Y ALVAREZ, German. *Ventajas que reportó la farmacia de la expedición botánica al Perú y Chile en 1777*. Madrid: Imprenta de Manuel Anoz, 1864.

MARTINS, Lilian Al-C. P.; SILVA, Paulo J. C.; MUTARELLI, Sandra R. K. A teoria dos temperamentos: do corpus hippocraticum ao século XIX. *Memorandum*, 14, 2008, p. 9-24.

NIETO, Mauricio. Políticas Imperiales en la Ilustración Española: Historia Natural y la Apropiación del Nuevo Mundo. *Revista Historia Crítica*. N° 11, Julio-Diciembre, 1995, p. 39-52.

NOZAL, Raul Rodriguez. Las Colecciones Americanas Generadas Por Las Expediciones Botánicas de la España Ilustrada: Un Analisis de su Dispersion. *LLULL*, vol. 17. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. 15 de julho 1994, p. 403-416.

NOZAL, Raul Rodriguez; BUENO, Antonio González. *Hipólito Ruiz Relación del viaje hecho a los reinos del Perú y Chile por los botánicos y dibujantes enviados por el Rey para aquella expedición, extractada de los diarios por el orden que llevó en éstos su autor*. Madrid: Catarata, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação – Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

PASSETTI, Gabriel. *O mundo interligado: poder, guerra e território nas lutas na Argentina e na Nova Zelândia (1826-1885)*. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08112010-152048/publico/2010_GabrielPassetti.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

PEREIRA, Rodrigo Osório. *O império botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia atlântica colonial (1768-1808)*. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-9DTJJ5/tese_rodrigo_os_rio.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 ago. 2019.

PERÚ: PAÍS MEGADIVERSO. Comisión Nacional de Diversidad Biológica. Disponível em <<http://www.sernanp.gob.pe/documents/10181/88081/Peru+Pais+Megadiverso.pdf/4f361370-434d-405f-986e-2b4052219abf>> Acesso em: 5 jul. 2019.

PESET, José Luis. El Jardín Botánico de Madrid y sus relaciones con Francia. *Asclepio*, vol. XLVIII, 1996, p. 59-70.

PESET, José Luis; PESET, Mariano. La renovación universitaria . In: *Carlos III y la ciencia de la Ilustración*. Madrid: Alianza Editorial, 1989, p. 143-155.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999a.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski; OLIVEIRA, Patrícia; JESSEN, Gerda Maísa. As origens da classificação de plantas de Carl von Linné no ensino de biologia. *Filosofia e História da Biologia*, v. 4, 2009, p. 101-137.

PUIG-SAMPER, Miguel Ángel. Antonio Palau Verdera y la enseñanza en el Real Jardín Botánico. In: BELTRÁN, José Checa; BARRIENTOS, Joaquín Alvarez coord. *El siglo que llaman ilustrado: Homenaje a Francisco Aguilar Piñal*. Madrid, Trotta-CSIC, 1996, p. 723-728.

_____, Miguel Ángel. Las expediciones científicas españolas en siglo XVIII. *Revista del Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert*, nº 57, 2011, p. 20-44.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *6 Tempo*. UFF – artigos livres, jun-1997, p. 1-19.

RAMÍREZ, Gustavo. Valeriana (*Valeriana officinalis* L. y *V. pinnatifida* RyP.). Fitoterapia. Revisiones monográficas. *Natura Medicatrix*, 2003, p. 154-160.

REICHEL, Heloisa Jochims. Relatos de viagens como fonte histórica para estudo de conflitos étnicos na região platina (séc. XIX). In: VÉSCIO, Luiz Eugênio; SANTOS, Pedro Brum. (Orgs.). *Literatura e História: perspectivas e convergências*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999b, p. 55 – 77.

REIS, Vitor Manoel Silva dos. Dermatoses provocadas por plantas (fitodermatoses). *Anais Brasileiros de Dermatologia*, vol. 85, nº 4, 2010, p. 479-489.

RIVIALE, Pascal. Las primeras instrucciones científicas francesas para el estudio del Perú prehispánico (siglos XVIII y XIX). *Bull. Inst. Fr. Études andines*, 2000, p. 29-61.

RODRIGUEZ, Margarita Eva. Lejos del gabinete: viajes científicas a la América portuguesa y española (1777-1792) y representación de la naturaleza. *Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano*, Universidad del Norte Barranquilla, 2015.

RUIZ, Enrique Martínez. *Ilustración, ciencia y técnica en el siglo XVIII español*. Valencia: Publicaciones de la Universitat de València, 2008.

_____, Enrique Martínez. La presencia española en el pacífico: de la ilustración al desastre. *Cuaderno del Instituto de Historia y Cultura Naval*, nº 66, Out-2012, p. 161-180.

RUIZ, Hipólito. *Disertaciones sobre la raíz de la ratánhia, de la calaguala y de la china, y acerca de la yerba llamada canchalagua*. Madrid, 1796.

_____, Hipólito. *Memoria de las virtudes y usos de la raíz de la planta llamada Yallhoy en el Perú*. Madrid, 1805.

_____, Hipólito. *Memoria sobre las virtudes y usos de la planta llamada en el Perú Bejuco de la Estrella*. Madrid, 1805.

_____, Hipólito. *Respuesta para desengaño del público á la impugnacion que ha divulgado prematuramente el presbítero don Josef Antonio Cavanilles: contra el pródromo de la flora del Perú é insinuacion de algunos de los reparos que ofrecen sus obras botánicas*. Madrid, 1796.

RUIZ, Hipólito; RUIZ GOMEZ, Antonio. *Memoria sobre las virtudes y usos de la raíz de Purhampuy ò China Peruana*. Imprenta de don José del Collado, Madrid, 1821.

SAGRERA, Juan E.. La farmacia española durante la Guerra de Independencia (1808-1812). *An. R. Acad. Nac. Farm.* 2009, nº 75, p. 513-526.

SALADINO-GARCÍA, Alberto. *Dos científicos de la ilustración hispanoamericana: J. A. Alzate; F. J. de Caldas*. México: Nuestra America. 1990.

SARMIENTO, Francisco J. P. El Real Jardín Botánico de Madrid durante el reinado de Carlos III. In: *Carlos III y la ciencia de la Ilustración*. Madrid: Alianza Editorial, 1989, p. 247-261

_____, Francisco J. P. Jardines de aclimatación en la España de la Ilustración. *Revista Ciencias* n° 68., out.-dez., 2002, p. 30-41.

_____, Francisco J. P. *La ciencia en España, el modelo ilustrado de expedición científica y la expedición botánica de José Celestino Mutis*. Madrid, 2009, p. 77-93.

SELLÉS, Manuel; PESET, José Luis; LAFUENTE, Antonio (orgs.). *Carlos III y la ciencia de la Ilustración*. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

SILVA, Danilo Manoel Farias da. A construção da realidade na perspectiva relacional de Pierre Bourdieu. *Temáticas*, 22 (44), ago-dez, 2014, p. 61-86.

SILVEIRA, Ismael Calvi. *Navegando em mares ilustrados: Ciência, política e discurso colonial na expedição Malaspina-Bustamante (1789-1794)*. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2015.

VENANCIO, Gisele Martins. *Oliveira Viana entre o Espelho e a Máscara*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.